

CEDI - P. I. B.
DATA 19/05/93
COD 14D 00473

1

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS - INESC

S E M I N A R I O

OS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO NOS ANOS 90:
ANALISE DA CONJUNTURA ATUAL E PERSPECTIVAS PARA COOPERAÇÃO A
NÍVEL DA SOCIEDADE CIVIL INTERNACIONAL

(10-11 de março de 1993)

Local: Auditório da OAB (Brasília, DF).

PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA

Às 8h45 do dia 10 de março de 1993, teve início a primeira sessão plenária, sob a direção da Sra. Yara Pietricowsky de Oliveira (INESC), que atuou como moderadora.

Após cumprimentar os presentes, em nome das entidades promotoras do evento (EDF, OXFAM e INESC), e transmitir alguns informes de caráter administrativo, relacionados com o atendimento aos participantes do seminário, a Moderadora afirmou que o impulso maior para a realização deste encontro foi a vontade de refletir sobre mais de uma década de ação das Organizações Não Governamentais junto aos bancos multilaterais, bem como de socializar as informações advindas dessa experiência e torná-las disponíveis, do modo mais amplo possível, para as entidades brasileiras, a fim de, a partir daí, suscitar reflexões e possibilidades de ação futura.

Em seguida, convidou para compor a Mesa as seguintes pessoas: Michael Bailey (OXFAM), Stephan Schwartzman (EDF), Flora Holzman e Maria José Jaime (INESC).

Dando inicio aos trabalhos, convoca os expositores da Mesa 1, Stephan Schwartzman (EDF), que abordará o tema "Os Bancos Multilaterais, seu funcionamento e a pauta para o Brasil", e Flora Holzman (INESC), que falará sobre "A Influência das ONGs no Banco Mundial - perspectivas para o futuro".

(MESA 1)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR STEPHAN SCHWARTZMAN

Referindo-se a um grande ecologista brasileiro, segundo o qual "o desenvolvimento é uma religião", destaca o papel representado pelo Banco Mundial, que considera o maior templo dessa religião e uma entidade um tanto mágica, por tratar-se da maior instituição pública de desenvolvimento do mundo, envolvendo contribuintes do Norte e do Sul, conseguindo, entretanto, exercer total controle sobre os documentos referentes a suas operações, eis que nem mesmo os

governos que a apóiam têm acesso à maioria das informações relativas a qualquer projeto.

Discorre sobre as origens e a estrutura da entidade, que, organizada como uma empresa privada, foi criada com o objetivo primordial de financiar a reconstrução da Europa após a 2a. Guerra Mundial, a partir de mecanismos financeiros bastante criativos e de um modelo que visava, posteriormente, o desenvolvimento dos vários países envolvidos.

Assinala que a idéia funcionou em alguns casos, como no Japão, que na década de 50 fez vários empréstimos, reconstruiu-se, cresceu e tornou-se um país rico, mas que o mesmo não ocorreu na maioria dos outros países, em face de inúmeras dificuldades. Em alguns, como o Brasil, havia crescimento econômico, mas não necessariamente desenvolvimento. O modelo adotado pelo Banco não conseguia equacionar certos problemas, como, por exemplo, de distribuição de renda e de terras. Havia crescimento, mas aumentavam igualmente as desigualdades sociais, eis que, na grande maioria dos casos, o projeto não funcionava em face da má aplicação dos recursos por parte dos países beneficiados com os empréstimos.

Focaliza as crises de endividamento verificadas em vários países e que envolveram o Banco Mundial - os países pobres pagando mais do que recebendo, em termos de novos empréstimos, e sem condições de acesso aos mercados internacionais de crédito. Assinala que a solução adotada pelo Banco foi aumentar o volume de empréstimos, para tentar inverter o fluxo negativo de recursos, e criar novas instâncias para fazer face a esses empréstimos. Esclarece que a situação atual e o fluxo de recursos dos países em desenvolvimento para o Banco indicam que essa estratégia não funcionou, constituindo uma tendência global e não isolada, se somados os fluxos de todas as regiões onde o Banco opera.

Quanto ao Brasil, afirma que a dívida com o Banco Mundial representa uma fração pequena do total da dívida externa do País, mas um grande problema para o Banco. (Mostra ao Plenário dados básicos sobre os empréstimos feitos pelo Banco, com a dimensão das operações, os quais estão incluídos na pasta distribuída aos participantes).

Pondera que tal problema representa uma crise de identidade para o Banco, por vários motivos: cria uma pressão muito grande, por parte dos países membros, sobre os tomadores de empréstimos, para que seja equacionada a situação, e, ao mesmo tempo, dentro do Banco, para que empreste mais dinheiro.

A nova conjuntura, afirma o expositor, obriga o Banco Mundial a fazer novas tentativas e, assim, o aumento de seus

projetos ecológicos, os de desenvolvimento sustentável, como os de Rondônia e de Mato Grosso, bem como a criação de novas instâncias ou a utilização de outras formas de negociação internacional representam, de certo modo, uma reação a esse quadro.

Assinala que uma outra razão para o Banco assumir cada vez mais um discurso "verde" é a pressão que vem sofrendo. Desde o início da década de 80, uma série de organizações não governamentais em todo mundo, principalmente do Hemisfério Norte, conseguiu como que estabelecer uma ameaça na própria fonte dos recursos do Banco, obrigando-o a pedir mais capital aos países industrializados, para ter condições de emprestar mais.

Discorre, a seguir, sobre a estrutura administrativa do Banco nos Estados Unidos, ressaltando o peso especial do Congresso norte-americano na apreciação dos respectivos gastos.

Assinala o fato de várias entidades ambientalistas terem conseguido demonstrar, através de estudos de casos de projetos específicos (ex.: o Polonoroeste, maior programa de colonização agrícola na Amazônia, a pavimentação da BR-364, no Acre, os empréstimos para o setor energético etc.), a existência de dificuldades com relação ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Banco e, ao Congresso e à opinião pública norte-americanos, que era preciso mudar a filosofia do Banco. Esclarece que, neste sentido, foi aprovada, em meados dos anos 80, uma legislação sobre reformas no âmbito do Banco Mundial, com ampliação de seus quadros, para melhor avaliação dos efeitos ambientais dos projetos. Uma das consequências foi a implantação do sistema de relatórios de impacto ambiental, os quais têm que ser tornados públicos nos países onde os projetos estão sendo implementados.

Assinala que a questão do acesso às informações é primordial para essa iniciativa de reforma, já que, por ser uma instituição de caráter sigiloso, o Banco precisaria abrir o processo decisório e facilitar o acesso às informações por parte das populações e entidades da sociedade civil eventualmente envolvidas. Esclarece, porém, que este é um ponto em que o Banco tem relutado muito e, portanto, em que houve menos progresso até o momento.

Resume seu pronunciamento, em face do adiantado da hora, e passa à questão relacionada com a pauta do Banco Mundial para o Brasil.

Menciona documentação que está sendo distribuída aos participantes do Seminário e referente aos projetos novos, os quais dizem respeito a questões ligadas à infra-estrutura urbana, alguns projetos ambientais e outros.

Ressalta a contradição implícita nos empréstimos que o Banco tem feito ao Brasil. Pondera que o BM gostaria de fazer grandes empréstimos, o que não tem sido possível devido à crise macro-econômica em que vive o País. Afirma que a tendência é este quadro manter-se inalterado, até que ocorram mudanças na economia brasileira. Sugere que este ponto seja discutido com mais detalhes posteriormente, quando do debate sobre políticas internacionais do Banco.

Quanto às oportunidades existentes no momento, ressalta, em primeiro lugar, a importância deste Seminário, por propiciar o encontro, pela primeira vez, de várias experiências localizadas de movimentos sociais e entidades não governamentais. Sugere que se aproveite o ensejo para elaborar uma agenda comum, com a finalidade de se exercer pressão sobre o Banco.

Destaca dois momentos importantes no processo de análise de projetos pelo Banco: antes e depois de sua aprovação. A seguir, descreve as várias etapas do processo de apreciação dos projetos pelo Banco, enfatizando a importância de se intervir no processo, relativamente a projetos já em curso.

Ressalta, mais uma vez, a importância do acesso às informações, por ser um ponto chave. Exemplifica com o fato de o Banco desejar promover um desenvolvimento sustentável, socialmente justo, mas cujos beneficiários não são informados sobre o modelo a ser adotado. Por tratar-se de questão consensual no âmbito das ONGs e sendo tão fracos os argumentos do Banco, acredita ser possível promover ações ou campanhas no sentido de mudar esse **status quo**. Menciona, a propósito, a oportunidade que para isto oferecerão a reunião de cúpula de Ministros da Economia dos países membros do Grupo dos 7, a ser realizada em Tóquio, no mês de junho, em cuja pauta deverá ser incluída a discussão sobre a reforma do Banco, e a reunião anual do Banco Mundial, no próximo mês de setembro, em Washington, ocasião em que as entidades não governamentais costumam fazer reuniões paralelas, sendo, portanto, teoricamente, o momento propício para promover um **lobby** conjunto.

Afirma, em conclusão, ser possível conseguir mudanças importantes e específicas nos projetos aqui, no Brasil, o que, em sua opinião, já ocorreu em alguns casos, como, por exemplo, no Programa Piloto do G-7 para a Amazônia, onde tem havido enorme mobilização de entidades que começam a ter acesso ao Banco, discutindo o projeto diretamente com o Banco e com alguns órgãos do Governo responsáveis pelo projeto. Afirma que isto se deve à mobilização das entidades brasileiras, articuladas com a pressão lá fora. Destaca, no caso, a importância da ação das ONGs na implantação dos projetos de Itaparica, Rondônia e Mato Grosso.

(MESA 1)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DA SRA FLORA HOLZMAN (INESC)

Assinala que as relações do Brasil com as instituições multilaterais de crédito são, de modo geral, marcadas pela ausência de políticas consistentes no País, dadas as inúmeras mudanças que vêm ocorrendo na área econômica brasileira, em termos de prioridades, políticas sócio-econômicas etc., gerando uma série de problemas na tramitação dos projetos já existentes e na contratação de novos.

Quanto à questão da fixação de prioridades dos projetos, refere-se aos diferentes tipos de visão encontrados no âmbito do Governo brasileiro e de alguns organismos internacionais de crédito, com relação ao problema do impacto ambiental, nas diferentes fases de cada Governo, o que também prejudica a contratação de novos projetos.

Enfatiza a necessidade de maior pressão, internamente, e de uma definição muito clara sobre o que se pretende em termos de política ambiental e de política de desenvolvimento, dada a diferença de conceitos existente lá fora, no exterior – tudo isto, no sentido de compatibilizar esses dois tipos de visão.

Menciona, ainda, a questão da inconsistência técnica dos projetos e das falhas verificadas em sua elaboração (estimativas do impacto ambiental e do impacto social), o que afeta os objetivos pretendidos com o projeto. Afirma que vários projetos muitas vezes não se coadunam com a política governamental, em detrimento, por exemplo, dos projetos de impacto social ou ambiental, por falta de entendimento entre Governo Federal, Governo Estadual e os diversos segmentos da sociedade quanto ao projeto ideal para determinada região. Exemplifica com o caso de Roraima, onde distintas visões desenvolvimentistas, do Governo Federal, do Governo Estadual e dos vários grupos de pressão tornam extremamente difícil definir o melhor projeto de desenvolvimento para a região.

Discorre, a seguir, sobre a importância da etapa de desembolso dos recursos financeiros, logo que aprovados os projetos, e da disponibilidade para efetivação das contrapartidas. Assinala que em muitos casos os projetos têm problemas nesta fase, por parte do Governo brasileiro, que em momentos de crise suspende a liberação dessas contrapartidas, o que provoca atraso na implementação dos projetos, o que, por sua vez, provoca a cobrança de multas, redundando em desperdício de recursos, dada a desvalorização de nossa moeda. No final do processo, portanto, é frequente a ocorrência de tais problemas.

Considera esta uma das questões mais complicadas de serem resolvidas, já que envolvem autoridades do Governo Federal e políticas muitas vezes momentâneas.

Assinala que todos esses fatores têm levado o Governo brasileiro, inevitavelmente, também a uma revisão do seu ponto de vista e que, não obstante a atuação dos grupos de pressão, que têm conseguido modificações positivas na carteira de projetos, o Governo Federal costuma, igualmente, a cada operação, alterar toda a carteira, com isso afetando a credibilidade do País e prejudicando a aprovação de nossos projetos, além de causar o retrairoimento do Banco Mundial.

Menciona, ainda, a questão dos empréstimos setoriais para ajustes estruturais e o interesse do Governo brasileiro em fechar tais acordos - o dinheiro destinado a esses projetos pode, no caso, ser utilizado também no pacote da dívida externa - sem que, no entanto, consiga finalizá-los. Exemplifica com o caso do projeto relativo ao comércio exterior, em que o Brasil tinha que fazer uma série de acertos, com liberação de tarifas, abertura de mercado e assim por diante, e no qual, por indefinição do Governo, deu-se o retrairoimento do Banco.

Esclarece, por fim, que no atual Governo não há prioridade para projetos setoriais e, assim, embora esse dinheiro seja extremamente necessário para fechar o pacote da dívida com os bancos externos, tais projetos encontram-se literalmente engavetados, inclusive os que estavam prontos para serem liberados.

* *

(A Mesa convoca os expositores da Mesa 2, Srs. José Carlos Gadelha (Forum RO), Luís Rodrigues de Oliveira (Forum dos rurais/RO) e Brent Millikan (IEA), que abordarão o tema "PLANAFORO".)

(MESA 2)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR JOSÉ CARLOS GADELHA (FORUM RO)

Apresenta um breve histórico do Projeto Polonoroeste, no contexto do PLANAFORO, e das prioridades fixadas pelo Banco Mundial para o programa.

Assinala que até meados dos anos 80 os objetivos do programa não haviam sido cumpridos, especialmente no que se refere à questão da preservação ambiental, e que o asfaltamento da BR-364 também criou vários problemas: aumento drástico da migração para Rondônia, causando um processo de ocupação indiscriminada e redundando em crescimento dos conflitos de terras em Rondônia e em áreas

de colonização de Mato Grosso; aumento da área desmatada (de 5.74% para 17.1%, entre 1983-88); não demarcação das reservas indígenas; invasão das terras por madeireiras, mineradoras e outros (a questão da saúde das comunidades chegou, em muitos casos, a um estado de calamidade); depredação e invasão de reservas florestais (parques nacionais e reservas biológicas); inviabilização de projetos de colonização devido à falta de infra-estrutura (estradas, saúde, transporte) assistência técnica e à própria questão do modelo de agricultura implantado na região, que não foi bem sucedido. Afirma que tudo isso tornou patente a insustentabilidade do modelo agrícola que estava sendo implantado através do Polonoroeste e exemplifica com o caso dos projetos de colonização de Rondônia - um exemplo típico da política equivocada implantada na região.

Referiu, ainda, a questão da pecuária extensiva, que ocupou espaços inclusive dentro desses projetos de colonização.

Informa que o Planaforo começou a ser trabalhado em 1986, com técnicos do Governo do Estado de Rondônia e consultores do Banco Mundial e da FAO, dentro da perspectiva de elaboração de um projeto e de dar continuidade às ações do Polonoroeste. O Estado tinha necessidade de receber recursos externos e, já que o Polonoroeste havia sido caracterizado, em termos mundiais, como um fracasso, era importante para o Banco recuperar sua imagem, seriamente deteriorada por inúmeras denúncias de ONGs na área internacional. Daí surgiu o Planaforo.

No que diz respeito à participação das ONGs, na questão do Planaforo, esclarece que desde 1988 o Forum RO começara a fazer algumas mobilizações, no âmbito das ONGs, correspondência aos Diretores do Banco Mundial, pressionando o Banco Mundial, já que as entidades existentes em Rondônia - representantes de seringueiros, trabalhadores rurais, ambientalistas e outros segmentos da sociedade - não haviam sido consultadas na elaboração e discussão desse novo projeto. Relembra, igualmente, as consequências do Polonoroeste em Rondônia. Assinala ter sido esta a primeira mobilização das ONGs, no que tange à questão de Rondônia, e que, mais tarde, em 1990, quando praticamente o Banco e o Governo já haviam engavetado o projeto - era final de Governo e o Banco quase interrompera as negociações, havendo ainda pouco interesse por parte do Governo Estadual, que sentira que não haveria mais possibilidade de receber os recursos ainda durante o seu mandato - foram realizadas algumas reuniões, promovidas por seringueiros, trabalhadores rurais e índios, para discussão do programa Planaforo, tendo sido produzido um documento conjunto, com críticas e sugestões a respeito do projeto.

Destaca o posicionamento do Governador Oswaldo Piana, contrário ao projeto desde a época em que era Presidente da

Assembléia Legislativa, quando promoveu articulações que prejudicavam a viabilização Planaforo, considerando-o um projeto inviável. Mas em março de 1991, ao assumir o Governo do Estado, coloca-o novamente na pauta de prioridades do Estado, demonstrando claramente o desejo do Governo de angariar recursos para manter em funcionamento a máquina administrativa, hoje muito deficiente.

Informa que, em junho de 1991, o Governo Estadual convidou algumas ONGs para participarem de uma reunião em que seria discutido o projeto, quando, então, foi ampliado este espaço de discussão pelo Forum, com a articulação de várias outras ONGs, e doze entidades assinaram, em 20 de junho daquele ano, um protocolo com o Governo do Estado, segundo o qual este garantiria, de forma institucional, a participação das ONGs, através de um conselho deliberativo e de comissões normativas, para elaboração dos Planos Operativos Anuais e também para avaliação e monitoramento do programa, e a promoção de algumas ações emergenciais, como a interdição de algumas áreas para criação de reservas extrativistas, desinclusão de áreas indígenas e assim por diante. Protesta contra o fato de nada ter sido feito até agora, apesar da insistência do Forum e de terem sido renovados os prazos de vigência do decreto de interdição das áreas indígenas.

Sugere, em conclusão, que mais adiante o assunto seja aprofundado, quando da exposição dos outros companheiros.

(MESA 2)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR LUIS RODRIGUES DE OLIVEIRA (Forum dos Rurais/RO).

Aborda a questão dos recursos do Planaforo a serem aplicados nas áreas indígenas e a da demarcação das áreas indígenas em Rondônia.

Informa que a desinclusão das áreas indígenas foi incluída no protocolo de entendimento mencionado antes como uma das condições para efetivação do Planaforo, tendo o Governo do Estado cumprido muito pouco do que havia sido fixado naquele protocolo, tendo, na verdade, cabido às ONGs o cumprimento da parte referente à aprovação do Planaforo. As áreas indígenas continuam sendo invadidas, principalmente por madeireiros e garimpeiros, sendo que um relatório publicado no ano passado e elaborado pelo próprio Secretário de Meio Ambiente de Rondônia em conjunto com algumas ONGs informa que 90% de toda a madeira de lei do Estado saem de áreas indígenas, o que por si só é inconstitucional. A invasão é, portanto, uma realidade, acrescida dos muitos conflitos que ocorrem entre madeireiros e índios. Em algumas áreas esse trabalho é feito de comum acordo entre madeireiros e índios, mas em outras a madeira é roubada, redundando até em

mortes em ambos os lados. Garimpeiros também têm invadido as áreas indígenas, extraíndo ouro e outras riquezas de que o Estado, por omissão, não toma conhecimento.

Assinala que, no caso do Planaforo, o Estado entrou em um círculo vicioso - segundo o Governo Estadual - ou seja, se o Estado não cumprir sua parte, o Planaforo não poderá ser implementado e, se o Planaforo não for implementado, o Governo Estadual não terá como promover as ações emergenciais. Daí as enormes dificuldades decorrentes da inoperância do Estado: 26% das áreas estão demarcadas, cerca de 32% estão em processo de demarcação e o restante permanece sem qualquer providência por parte do Estado. Informa que nos Planos Operativos Anuais do Planaforo para 1993 está incluída a demarcação dessas áreas e que a perspectiva é, portanto, de que isto realmente se concretize, sendo, entretanto, muito difícil que o Governo tenha condições de fazer o desembolso desses recursos ao longo deste ano.

Na avaliação do Forum, as maiores falhas do Plano, principalmente quanto à questão das áreas indígenas, resultam do fato de não ter sido prevista, em particular para as áreas de extração de madeira e outros recursos naturais, uma alternativa econômica para os povos indígenas, já que nenhum recurso está previsto para implementar qualquer projeto de auto-sustentação daquelas áreas, com base na capacitação das próprias comunidades, para que elas próprias levem avante seus projetos de autonomia. Nada existe também no que se refere à educação.

Em conclusão, informa que o Forum vem discutindo com as próprias comunidades a possibilidade de nos próximos Planos Operativos Anuais serem incluídos tais recursos.

* *

(A Mesa comunica uma inversão na pauta, ficando o último tema da parte da manhã incluído como primeiro tema da sessão plenária da tarde. Em seguida, passa a palavra ao último orador da Mesa 2, Sr. Brent Millikan.)

(MESA 2)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR BRENT MILLIKAN (IEA e Forum das ONGs/RO)

Informa que primeiramente abordará sua experiência em termos dos espaços de participação há pouco referidos pelo companheiro Gadelha, para em seguida discorrer sobre a questão das políticas públicas - mais especificamente a política fundiária e o zoneamento em Rondônia - e a importância da participação das ONGs no acompanhamento dessas questões maiores, no que se refere ao âmbito

institucional em que se insere o fluxo de recursos de um projeto como o Planaforo, e até que ponto esses projetos "verdes" vão refletir nos problemas sociais e ambientais, dada a contradição implícita nas políticas públicas quando se levam em conta os próprios objetivos desses programas.

Quanto aos espaços de participação, assinala tratar-se de experiência bastante complexa e que precisaria ser melhor documentada para conhecimento do Plenário. Em resumo, afirma que a participação das ONGs tem sido frustrada, sobretudo na parte de planejamento das ações executivas, por falta de orientação técnica dos órgãos governamentais quanto ao entendimento de seu papel no Planaforo, em particular no que diz respeito à articulação de cada órgão no programa.

No que diz respeito ao problema da falta de capacitação técnica, tem dificultado a participação das ONGs, em especial nas discussões sobre a problemática a ser enfrentada, por inexistir um processo de reflexão sobre os problemas, para construção de uma base de planejamento, de uma estratégia de atuação e para compreensão dos papéis de cada órgão. Não há planejamento, na realidade, mas apenas ações estanques, isoladas, sem uma estratégia global.

Assinala que este problema está vinculado à questão da capacidade institucional do Estado e que não tem sido levada a sério nem pelo Banco Mundial nem pelo Governo Federal. Exemplifica com a inexistência, no Banco Mundial, de uma análise séria sobre a problemática de cargos e salários e dos recursos humanos necessários à execução de um programa como o Planaforo - isto, apesar de não ser segredo, embora não reconhecido publicamente, o fato de o Estado de Rondônia não ter condições de executar um programa desse tipo, dada a enorme evasão de técnicos que ali tem ocorrido, sobretudo os mais qualificados, em função dos baixos salários e, ainda, muitas vezes, em face da ingerência política nos trabalhos (algumas pessoas que procuram fazer um trabalho mais sério sofrem, às vezes, perseguições políticas), o que, sem dúvida, representa uma tendência histórica naquela região.

Destaca, a seguir, o aspecto político implícito em um programa como o Planaforo, quando se consideram os interesses que apóiam o Governo e que lucram com a depredação do meio ambiente, como no caso dos madeireiros, e o tipo de sustentação política, na medida em que tal programa começa a limitar o poder de ação desses atores econômicos, e levando-se em conta o fato de que tais grupos têm grande poder de influência sobre o Estado.

Considera importante tais questões, tendo em vista a discussão do problema do desenvolvimento sustentável, no sentido de ser definido o tipo de sustentação política que tem esse modelo que se deseja implantar e que se constitui

em algo novo. Trata-se de refletir sobre o uso de recursos naturais a longo prazo, com uma preocupação social, algo bastante diferente da forma de "desenvolvimento" que acontece numa região fronteiriça como Rondônia. Ressalta a necessidade de se pensar nesse aspecto político e lamenta o fato de o Banco Mundial não estar atentando para esta questão. Destaca o fato de há poucas semanas os Secretários do Estado de Rondônia terem pedido demissão coletiva, numa espécie de manobra para conseguir o apoio da Assembléia Legislativa para o Governador do Estado, tendo assumido a Secretaria de Planejamento o Sr. William Cury (?), Presidente da CODARON, Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia, que executou boa parte do BDRI (?) de Rondônia, dentro do Polonoroeste, sendo bastante conhecidas as irregularidades ocorridas durante sua gestão. Agora, tendo em vista estar o Planaforo subordinado à SEPLAN, isto é algo preocupante.

Assinala, ainda, que essa instabilidade política tem reflexos diretos na administração estadual e na implementação do programa.

Como terceiro ponto, passa a abordar a questão das políticas públicas, que considera extremamente importante, na medida em que muitas vezes poder-se-ia argumentar que os grandes problemas sociais e ambientais, num Estado como Rondônia, tem suas raízes em políticas públicas contraditórias, equivocadas, e que a vinda desse dinheiro verde para um projeto como o Planaforo não vai reverter automaticamente este quadro. No caso do Planaforo, porém, o interessante é que pressupõe a reformulação e a compatibilização de uma série de políticas governamentais, inclusive a institucionalização do zoneamento sócio-econômico e ecológico de Rondônia, a eliminação do desmatamento como forma de obter titulação de terras, bem como a adoção de políticas e práticas adequadas de regularização fundiária, a eliminação de incentivos econômicos e fiscais, que estimulam a utilização ineficiente de recursos naturais, e assim por diante. Esclarece que, inclusive, está previsto um plano de investimentos de médio e longo prazo, no âmbito do Governo Estadual.

Esclarece também que o empréstimo prevê um acordo sobre a política fundiária do INCRA, que deve obedecer ao zoneamento e ser consistente com a idéia de ocupação racional da terra e outros pontos. Como exemplo de questão ligada a políticas públicas, assinala que a política fundiária do INCRA não se alterou praticamente em nenhum aspecto com o Planaforo e até com a assinatura de acordos entre o INCRA e o Governo de Rondônia, já que muitas vezes tais acordos implicam que o INCRA pode continuar agindo da forma como sempre agiu. Considerando-se o histórico da ocupação de Rondônia, constata-se que muitos dos problemas de ocupação desordenada e que criaram problemas sociais e ambientais, ocorridos nas

décadas de 70 e 80 em Rondônia, foram incentivados pelo fluxo migratório da época e tiveram a ver com a atuação do INCRA. E isto até agora não se alterou.

Como exemplos concretos e de casos que as ONGs têm questionado, menciona que o INCRA, apesar de formalmente estar de acordo com o zoneamento de Rondônia, com base em lei complementar estadual, não tem reconhecido esse zoneamento. No ano passado, as ONGs questionaram o fato de o INCRA ter criado três projetos de assentamento numa área de mais de 200 mil hectares, destinada a reservas extrativistas, nos quais estava previsto o assentamento de cerca de 2.800 famílias, completamente à revelia da legislação que dispõe sobre o zoneamento. Ao mesmo tempo, as ONGs questionaram o fato de nenhum desses projetos ter contado com a elaboração prévia de RIMAs, por parte do INCRA, ao arrepio da legislação do CONAMA (Resolução nº.001/86) segundo a qual qualquer projeto agropecuário de grande porte deve basear-se previamente no RIMA.

Assinala, ainda, os problemas derivados do fato de os projetos de assentamento, além de se encontrarem em áreas previstas para o extrativismo, ou seja, com presença de seringueiros e solos de baixo potencial agrícola, terem sido planejados para serem encostados em áreas indígenas, o que também facilita a invasão destas áreas, principalmente a ação de madeireiros. E que os critérios de seleção das áreas, mal elaborados, partiam de preços supervalorizados (em mais ou menos cem por cento) como forma de corrupção, já que o pessoal do INCRA levava sua parte.

Enfatiza a importância da política de alienação de terras, em que o INCRA tem titulado terras completamente à revelia do zoneamento, principalmente no Vale do Guaporé, em áreas ocupadas por seringueiros, já que os acordos do INCRA com o Governo de Rondônia, relativamente ao Planaforo, deixaram esta brecha, já que só trataram de aquisição de terras para projetos de assentamento.

Esclarece que outro aspecto que as ONGs têm questionado é a continuação do reconhecimento do desmatamento e da implantação de pastagens como forma de mostrar a ocupação da terra para fins de regularização fundiária. Esclarece que, formalmente, o INCRA deveria repassar a gestão das terras ou boa parte de suas atribuições para o ITERON (?), mas tal não ocorreu de forma jurídica e boa parte do patrimônio fundiário do Estado não foi repassado para o Governo Estadual. Além disso, o órgão estadual de terras não tem capacidade institucional (plano de cargos e salários) para administrar o uso dessas terras em Rondônia.

Aponta outros exemplos de participação das ONGs, para influenciar na solução desses problemas fundiários, isto é, a Comissão da Terra e a Comissão de Zoneamento, as quais,

porém, não têm funcionado. Sugere, no caso, que o companheiro Gadelha detalhe mais esta questão.

Em conclusão, refere a existência de certa incompatibilidade entre a política fundiária e a política ambiental em Rondônia, considerando importante a participação das ONGs na realização de levantamentos ou análises das políticas públicas.

Ressalta o exemplo de Rondônia, que a seu ver mostra a importância de uma abordagem desse tipo de problema, sob o risco de se tornar parceiro de algo equivocado.

* *

(A Mesa retorna a palavra aos demais componentes da Mesa 2, para detalhamento de pontos referidos em suas exposições, antes de passar à fase de interpelações do Plenário).

JOSÉ CARLOS GADELHA (Foro RO) ressalta que, quanto à questão da participação de sua entidade, alguns pontos poderiam ser levantados, especificamente no que se refere às políticas públicas, problema que, a seu ver, se encontra muito patente no âmbito do Governo Estadual. Assinala que os projetos não são discutidos globalmente, por exemplo, na Secretaria de Saúde e na Secretaria de Agricultura, mas são compartimentados por especialização, o que gera muito confronto entre as ONGs e os técnicos do Governo. Afirma que o ideal seria analisar o projeto como um todo, o que permitiria uma visão global do programa.

Ressalta que isso, por sua vez, tem propiciado às ONGs uma capacidade de compreensão muito maior do programa como um todo, ao contrário da visão isolada existente de parte das Secretarias do Governo Estadual.

Ainda com relação ao problema da participação das ONGs, afirma estar sendo dificultada também por outros fatores. Em primeiro lugar, porque o Planaforo, dentro do contexto de Rondônia, é um macroprograma, que seria desenvolvido através de toda a máquina do Governo, com o envolvimento de todas as Secretarias de Estado, prejudicando a interferência de algumas poucas ONGs no programa, já que estas possuem deficiente infra-estrutura de recursos humanos, de estrutura física e assim por diante.

Assinala que tudo isto preocupa os dirigentes, quanto ao processo de participação, não obstante as entidades já tenham conseguido, de forma institucional, garantir paridade no Conselho Deliberativo (13 Secretarias de Estado e 13 entidades não governamentais), bem como nas comissões normativas de programas, responsáveis pela elaboração dos projetos executivos anuais. Refere o questionamento hoje

existente nas áreas das ONGs, quanto à sua capacidade técnica, para que possam discutir com os técnicos do Governo, eis que, apesar de toda a deficiência técnica do Estado, este consegue arregimentar pessoal qualificado.

Alega que outro fator a dificultar a ação das ONGs é sua localização, na grande maioria dos casos, no interior do Estado, além dos poucos recursos financeiros de que dispõem, o que, em sua opinião, é também um modo de o Estado inviabilizar a ação das organizações nesse contexto.

Assinala, ainda, a questão do relacionamento das ONGs com o Banco Mundial. Destaca, a propósito, o fato de o Banco retrair-se sempre que as ONGs lhes apresentam as incoerências do Governo, sob o argumento de tratar-se de questão interna a ser resolvida diretamente com o Governo Estadual.

No que diz respeito ao desejo do Banco de injetar recursos "verdes" nessas regiões, ficou patente para as ONGs, no caso do Planaforo, o comportamento contraditório do Governo do Estado, ou seja, este nada poderia fazer por não ter recursos, sendo necessário que os recursos cheguem para que o Governo possa atuar.

Outra questão referida pelo expositor é a forte tendência do Banco no sentido de uma cooptação das entidades, já que por várias vezes foram oferecidos recursos para projetos que as organizações poderiam apresentar, os quais seriam integralmente aprovados pelo Banco. Afirma que neste sentido as ONGs conseguiram um grande avanço, pois conseguiram decidir, em conjunto, que não iriam fazer uso de recursos do Planaforo para desenvolver suas atividades, mas apenas para garantir despesas com deslocamentos e alimentação, a fim de que seu pessoal possa participar das discussões. Além disso, concordaram em não elaborar nenhum projeto que compromettesse as organizações com o programa em si.

A participação das ONGs é também dificultada, na opinião do expositor, pela questão dos prazos estabelecidos pelo Governo a partir de seus próprios interesses, constituindo este um ponto que também vem sendo questionado pelas organizações no Estado, as quais têm sugerido que para o próximo ano seja fixada uma agenda mínima de trabalho, a fim de que não se comprometam as atividades que as ONGs já vêm desenvolvendo e estas possam continuar seu trabalho independentemente da questão do Planaforo, ou seja, para que o Planaforo seja mais uma atividade das ONGs e não a atividade das ONGs.

LUIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (Forum dos Rurais/R0) assinala a forte tendência do Governo de mostrar-se vulnerável à influência de certos grupos econômicos organizados no Estado e infiltrados no próprio Governo, com Secretarias ocupadas por representantes desses grupos - madeireiras e mineradoras, principalmente - constituindo um exemplo o fato de o próprio Vice-Governador estar ligado a uma série de grupos madeireiros. Refere que tais grupos tentam convencer o Governo de que seria até prejudicial ao Estado aceitar as exigências do Banco Mundial em relação ao Planaforo. Disque, quanto à questão do garimpo e à extração de madeira, esses grupos propõem ao Governo Estadual, ao invés da implementação do Planaforo, a liberação dos garimpos e da extração de madeira, o que a seu ver poderia render muito mais ao Estado, através de uma política fiscal mais adequada, e em prazo menor do que o fixado para o Planaforo.

Esclarece que tais episódios representam uma grande preocupação para as ONGs, no sentido de que tais interferências não continuem a fazer-se sentir no âmbito do Governo Estadual.

* *

FASE DE INTERPELAÇÕES

JOSÉ EDER BENATTI (Sociedade Paraense de Direitos Humanos/GTA) - Indaga se, tendo em vista o boicote do Governo, o movimento pensou em romper ou sair do processo.

LUÍS CARLOS GADELHA - Esclarece que a decisão havia sido no sentido de que a participação se daria até o final do primeiro ano de implantação do programa, para depois ser avaliado todo o processo. Até agora, porém, o programa sequer começou a ser executado.

RUBENS BORN - Dado o retrairo do Banco Mundial, quando a ele são levadas as incorreções constatadas na condução de um projeto, e o fato de que a atuação das ONGs teria sido fundamental para a aprovação do crédito, indaga qual está sendo a reação do movimento ao Banco Mundial e se já pensaram em exigir uma comissão de sindicância do Banco.

Indaga, ainda, se em função da mudança de Governo nos Estados Unidos haverá alterações na Diretoria do Banco, em termos de pessoa física, ou na política norte-americana, no âmbito do Banco Mundial.

LUÍS CARLOS GADELHA - Esclarece que a princípio foram tentados outros canais de contacto, até com outras entidades, os quais, entretanto, não se mostraram muito

eficientes, já que as questões que chegam ao Banco permanecem sem resposta.

MODERADORA (Yara Pietricowsky de Oliveira) - Sugere que na fase final de debates seja aprofundada esta questão, já que se trata de um ponto relevante a ser ressaltado no momento do debate.

BRENT MILLIKAN - Esclarece que não seria o caso de se afirmar que o Governo tem boicotado a participação das ONGs, embora no início tenha sido complicado, até em termos de argumentar com o Banco Mundial e o Governo do Estado em relação a quais organizações foram consultadas e que tipo de participação se deseja no projeto.

No que diz respeito ao processo de reivindicação de negociação, assinala que as ONGs têm conquistado alguns espaços, embora essa participação esteja sendo frustrada por outros problemas. Em primeiro lugar, pela incompetência técnica e pela incapacidade institucional dos órgãos governamentais, não levadas a sério pelo Banco Mundial, e, em segundo, a adoção de políticas equivocadas e outros interesses que influenciam o processo, à revelia das instâncias oficiais de participação - as comissões.

Assinala que seria importante refletir sobre até que ponto essa questão das reformas internas do Banco, para torná-lo mais ambientalista, mais verde, irá funcionar.

Destaca que, apesar de todos esses problemas, as ONGs têm tido um papel relevante, em termos de reivindicação, continuando a denunciar. Afirma ser este o papel das ONGs, estejam ou não participando oficialmente dos programas.

Para concluir, sugere um trabalho conjunto com os parceiros do Norte, para o fortalecimento das ONGs locais, que são uma fonte de informação para essas campanhas internacionais, mas cuja capacidade, em termos de recursos humanos e de infra-estrutura, é muito pequena, se comparada à das outras do resto do mundo.

STEPHAN SCHWARTZMAN - Esclarece que, no que se refere à Diretoria do Banco Mundial, a pessoa física muda, por tratar-se de indicação política, quando muda o Governo. Não está informado, porém, sobre quem será o novo titular. Quando ao BID, tem acompanhado o processo e sabe que há um candidato mais definido. Informa que, mais adiante, quando se tratar do tema relativo às políticas internacionais relacionadas com o Banco Mundial, dará mais detalhes.

(Intervenção fora do microfone)

STEPHAN SCHWARTZMAN - Informa que o Tesouro começa agora a preparar seu programa, tanto no que se refere à área

internacional quanto às demais, e que há sinais de que haverá significativas reformas no Banco, sendo possível que o nível de negociação diplomática entre Estados Unidos e os maiores países doadores seja ampliado. Acrescenta que nos últimos cinco ou sete anos os Estados Unidos têm avançado neste campo, em cumprimento a uma legislação sobre acesso às informações, embora não negocie em termos diplomáticos com os outros países doadores no sentido de impô-la ao Banco. Esclarece que este quadro poderá alterar-se e estabelecer-se um outro nível de negociação diplomática. Daí, a seu ver, a importância da reunião de cúpula do G-7, que poderá representar um momento importante.

JOÃO PAULO CAPOBIANCO (SOS-Mata Atlântica) - Assinala que diversos programas de financiamento na área ambiental, com recursos do Banco Mundial, têm mostrado, na verdade, uma prática, por parte do Banco, que muitas vezes inviabiliza o cumprimento do programa. Alega que eles têm - ou tinham - uma tendência de responsabilizar integralmente o Governo brasileiro pela incapacidade operacional dos programas, mas que recentemente vários programas têm mostrado que sua inviabilidade encontra-se em sua própria concepção e no relacionamento do Banco com o Governo.

Indaga se na atuação junto ao Governo Federal e ao Governo Estadual foi identificado esse tipo de postura do Banco Mundial e qual seria a quota de responsabilidade do Banco na inviabilização do Planaforo.

BRENT MILLIKAN - Esclarece que, a seu ver, trata-se de problema de política econômica interna e que a maior culpa do Banco Mundial é não levar em conta a seriedade desses problemas. Assinala que a lógica interna do Banco Mundial é que, na verdade, coordena o projeto.

LUIZ CARLOS GADELHA - Confirma que o Banco costuma transferir responsabilidades, o que parece muito claro no processo em questão. Esclarece que, quanto às missões de avaliação enviadas pelo Banco - e o exemplo do Polonoroeste é típico - contactam apenas o executor, o que privilegia os grupos de influência. É de opinião de que o Banco deveria verificar *in loco* o que realmente acontece e que as ONGs deveriam pressioná-lo para que de fato sejam cumpridos os objetivos fixados no programa.

EDUARDO AMAZONINO DE OLIVEIRA (Comando Nacional dos Trabalhadores em Saneamento e Meio Ambiente) - Considera fundamental a fase de identificação dos projetos e sugere sejam transmitidos mais detalhes sobre o assunto, especialmente no que diz respeito aos mecanismos de aprovação adotados pelo Banco Mundial.

Solicita esclarecimentos sobre alguns projetos de São Paulo financiados pelo Banco Mundial e que apresentam algumas

exigências deste no sentido da criação de foros institucionais com participação da sociedade civil para acompanhamento de sua atuação.

Indaga sobre a perspectiva do Banco Mundial nesses casos e se realmente há algum interesse do Banco na criação de tais foros ou se ele cumpre apenas mera formalidade, para dar uma resposta política.

Menciona a realização de seminário, em São Paulo, para discussão da privatização dos setores de saneamento e meio ambiente, quando foram referidos estudos do Banco Mundial neste sentido. Sugere que o tema seja tratado neste Seminário.

VIRGINIA VALADÃO - Retoma a questão da participação das ONGs na execução do Prodeagro e do Planaforo, esclarecendo que, por se tratar de projetos muito antigos, a inserção das ONGs nessa luta foi uma conquista de espaços e que, por estar claro não terem as ONGs participado do seu planejamento, não têm que carregar o ônus dos equívocos neles cometidos. Isto porque seu nível de ação é muito limitado, restringindo-se mais ao controle da política pública, embora nela não interferindo ao longo de todo o processo.

Quanto ao Prodeagro, esclarece que tanto o componente indígena quanto o componente ambiental são financiados em 100%, enquanto outros projetos têm contrapartida governamental - detalhe que considera interessante e que sugere seja incluído na pauta dos debates finais, para uma discussão mais ampla. Ressalta que, no caso, pelo fato de o processo ser integralmente desconectado, a inserção das ONGs é que permitiu a análise que está sendo levada a efeito neste Seminário.

(INTERVALO)

MODERADORA (Yara Pietricowsky de Oliveira) - Reiniciando os trabalhos, convoca os expositores da Mesa 3 - Sérgio Guimarães e João Dal Poz (Forum MT), Virginía Valadão (CTI) e Márcio Santilli (NDI), que abordarão o tema "PRODEAGRO".

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR SÉRGIO GUIMARÃES (Forum MT)

Assinala a semelhança existente entre os problemas de Rondônia e Cuiabá, já que o formato do Prodreagro é praticamente o mesmo do Planaforo, os quais representam desdobramentos de um programa único, o Polonoroeste.

Considera importante enfatizar algumas questões referidas pelos representantes de Rondônia, com vistas à compreensão do processo e a uma possível tentativa de interferência.

Em primeiro lugar, destaca a incapacidade do Governo do Estado de implementar o programa e a omissão do Banco

Mundial em reconhecer o fato de que suas exigências para que as propostas sejam implementadas são irrealistas, em função da incapacidade técnica e institucional do Governo do Estado. Assinala, a propósito, o problema dos recursos humanos e dos salários dos técnicos, que de tão baixos provocam a evasão do pessoal capacitado do Estado.

Quanto à participação efetiva das ONGs no processo, considerada-a prejudicada, em face de sua reduzida capacidade operacional, especialmente no que diz respeito àquelas localizadas no interior. Considera importante a sugestão do Sr. Brent Millikan, sobre a definição de parcerias concretas com as ONGs do Hemisfério Norte, para que possam ser obtidos resultados positivos, além de um melhor entrosamento entre as organizações locais e aquelas que atuam mais diretamente no programa.

Assinala, a seguir, a diferenciação entre Rondônia e Mato Grosso, do ponto de vista da localização geográfica: Mato Grosso é meio Amazônia e meio Cerrado, dividido entre os planaltos e o Pantanal, com uma posição estratégica, em termos geopolíticos e geoeconômicos, com um alguns projetos estruturantes que tentam definir um novo patamar e consolidar os modelos fixados nas décadas de 70 e 80. Exemplifica com o Prodeagro, com a hidrovía e a ZPE, dentro do contexto do Mercosul, a Ferrovia da Soja, o processo de industrialização do Estado, com a participação de capital paulista, e assim por diante.

Destaca o fato de, em contrapartida, ali existir uma sociedade totalmente afastada do processo, dado seu baixíssimo nível de informação a respeito dos projetos a serem implantados, enquanto os grupos que poderiam atuar como catalizadores da sociedade, ou seja, universidade, as ONGs e os próprios partidos políticos, encontram-se totalmente desarticulados, o que dificulta qualquer ação da sociedade no sentido de contrapor-se a esses projetos ou até de reorientá-los de alguma forma.

Considera o Forum MT o embrião de uma tentativa de articulação dos vários setores, que, se fortalecidos, poderão transformar-se nos principais atores a interferirem no processo e alterarem as políticas públicas, definindo novos parâmetros e novos caminhos de desenvolvimento.

Quando à questão do meio ambiente em Mato Grosso, afirma serem os problemas idênticos aos dos demais Estados, no que diz respeito a desmatamento, queimadas, desagregação social, questão rural, processo de contaminação de solos e de água, inchamento das cidades e outros.

Com relação ao Prodeagro, especificamente, assinala diversas inconsistências em termos da formulação do projeto, da qual o Forum não participou. As exigências feitas pelo Banco

Mundial, que não foram cumpridas, com pequenas exceções, como na questão do zoneamento, e a omissão do Banco são fatores relevantes a serem considerados na análise do problema.

Em conclusão, realça as dificuldades que o Forum encontra para relacionar-se com o Banco e tentar rediscutir o programa como um todo, bem como as pressões exercidas pelo Governo do Estado junto às prefeituras, para fortalecer politicamente o projeto.

* *

(MESA 3)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR JOÃO DAL POZ (OPAN e Forum MT)

Aborda a questão referente às perspectivas de participação no contexto do projeto.

Assinala ter havido certa participação da sociedade civil em algumas instâncias. Exemplifica com o caso da montagem do componente indígena, em 1987, quando foram convocadas entidades indigenistas para levantamento de dados, avaliação do quadro etc., as quais deixaram, no entanto, de participar do processo, assim que foi elaborado o pré-projeto, o mesmo devendo ter ocorrido nas outras áreas. Lamenta o fato de o Governo não propiciar uma participação de cunho mais institucional da sociedade civil, deixando de incorporá-la participação na dinâmica dos projetos.

Destaca um outro aspecto dessa participação, a seu ver mais crucial: todo o cabeçalho do projeto se baseia no modelo de desenvolvimento sustentável, ou seja, parte de uma crítica ao modelo predatório vigente, acirrado pelo Polonoroeste, e pretende ser o reordenador do modelo, gestando o modelo de desenvolvimento sustentável. Contesta o fato de este ser o objetivo que introduz o projeto, com todos os demais componentes nada tendo a ver com isso e ficando cada órgão responsável por sua área, a partir de suas respectivas demandas. Exemplifica com projetos levados a cabo pelo Governo de Mato Grosso, em que fica patente que, na perspectiva do Governo, os recursos do Prodeagro têm um caráter complementar e não reordenador. De igual modo, contesta esse objetivo de reordenação pelo fato de a base política ser a mesma que sustenta a predação dos recursos naturais do Estado. Isto porque a participação prevista no projeto não se dará em termos globais, nem em um nível mais alto, eximindo-se o Governo em reconhecer a importância dos atores sociais inseridos no processo e mantendo-se o processo de dominação por parte das forças políticas, sociais e econômicas locais.

Quanto à atuação das ONGs, ressalta a importância do Prodeagro na sua organização, não através da utilização de recursos, mas contrapondo-se ao programa. A propósito, menciona a realização de um seminário, em outubro do ano passado, que se constituiu no primeiro momento de discussão pública do programa no Estado, quando o Governo foi convidado a discuti-lo com a sociedade, tendo sido comprovado que as demandas dos vários segmentos municipais não vêm sendo atendidas pelo projeto, dadas as dificuldades nele contidas em termos de distribuição e formas de aplicação dos recursos existentes.

Conclui informando que, em relação ao projeto e ao Banco, o Forum MT recusou-se a participar, pelo fato de as regras não estarem definidas e não haver nenhum interesse, por parte do Estado, de repartir o comando ou o gerenciamento do projeto, além de comprovar-se também a omissão do Banco Mundial.

* *

(MESA 3)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DA SRA VIRGINIA GUIMARAES (CTI)

Antes de passar à exposição propriamente dita, faz alguns comentários de ordem geral sobre o Prodeagro.

Esclarece, em primeiro lugar, que a interligação dos componentes não pode ser vista, já que todos os componentes foram pensados de forma estanque, tendo sido o projeto dividido, em seu zoneamento, em Norte e Sul, com vistas a reforçar a preservação, no Norte, e a intensificar a ocupação e o desenvolvimento, no Sul.

Discorre sobre os recursos previstos para o componente indígena e as razões pelas quais o projeto contempla os aspectos terra e saúde, reportando-se aos comentários feitos anteriormente sobre a questão da ausência de projetos de desenvolvimento sustentável. Como exemplo de fatores envolvidos nessa problemática, menciona o ônus que recai sobre o Banco Mundial, no que diz respeito ao Polonoroeste, e, ainda, a total incapacidade da FUNAI de trabalhar projetos desse tipo e a capacitação das ONGs, em casos específicos, de atuar em questões desse tipo.

Quanto ao formato, o projeto, a seu ver, foi elaborado da forma a mais clássica possível, no que se refere a projetos governamentais, contendo apenas um tema (vigilância e fiscalização) e um orçamento envolvendo equipamento e pessoal, sem qualquer concepção ou proposta neste sentido, gerando todas as dificuldades enfrentadas pelas ONGs, no que tange ao interrelacionamento IBAMA/FUNAI/Polícia Federal/Polícia Militar.

Assinala, igualmente, a importância de que se reveste um controle territorial exercido pelas próprias comunidades, no que se relaciona com a vigilância e a fiscalização das áreas indígenas, o que o projeto não contempla em nenhum momento, já que prevê sempre operações policiais e ações militares de grande porte, as quais, dada a precariedade de recursos, nem sempre são realizadas.

Lamenta a omissão do Governo do Estado e exemplifica com os episódios das reservas de Sararé (?) e Joró (?), nos quais ficou igualmente constatada a omissão do Banco Mundial, bem como a incapacidade técnica das partes envolvidas.

Conclui verberando o fato de o Prodeagro não apresentar qualquer concepção de atuação da política indígena e menosprezar totalmente a questão fundiária.

* *

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR MARCIO SANTILLI (Núcleo de Direitos Indígenas - NDI)

Assinala, de início, que o NDI não tem o Prodeagro nem outros projetos financiados pelos bancos multilaterais como ponto de referência para sua agenda de trabalho, eis que sua estratégia de ação baseia-se muito mais na interligação de uma agenda política de âmbito nacional, que envolve a questão indígena, e as demandas selecionadas pela área de relações institucionais ou pelas relações acumuladas com lideranças e grupos indígenas específicos. Esclarece que, neste sentido, eventualmente algum problema de sua jurisdição pode ocorrer com grupos que ocupam área dentro da área de influência desses projetos. Exemplifica com a desinclusão da área indígena Sararé, ocupada por um subgrupo Nhamiquara (?), com tradição de resistência às invasões, e que sofreu uma invasão de garimpo, de consequências muito sérias.

Informa que o NDI atuou, no caso, em colaboração com outras organizações, particularmente o CTI e o Auaru (?), a nível local, sendo que a estratégia aplicada foi a mesma formulada antes, juntamente com o Ministério Público Federal, em relação à questão Ianomami: fundamentalmente, responsabilizar a União e outros órgãos públicos pela situação de fato e pela desinclusão da área em questão. Assinala tratar-se, aí, de uma estratégia indireta, com aspectos de eficácia, já que através dela, objetivamente, foi e é possível desincluir determinadas áreas, embora apresente muitas limitações, quanto a evitar-se a reincidência dessa prática, por não atingir os invasores causadores desses danos, os quais permanecem impunes.

Discorre sobre os aspectos jurídicos da ação, que colocava como réus a União, o IBAMA e a FUNAI, e lamenta que a

morosidade do processo judicial prejudique a eficácia da ação. Ressalta a importância de a demanda ter lugar aqui, no Distrito Federal, e não no Estado onde ocorre o dano, e o fato de tal esforço, naquele período, ter possibilitado uma estratégia de pressão sobre o Banco Mundial, a partir da essência do Prodeagro como um fator que poderia ajudar a potencializar a correlação de forças - extremamente desfavorável aos índios. Tal intervenção deu-se através de uma carta enviada ao Banco, subscrita por algumas entidades que atuavam em conjunto no caso, e através de um recurso à EDF, no sentido de que colaborasse nessa pressão sobre o Banco Mundial. Acrescenta que, posteriormente, foi-lhes transmitido um relato positivo do Steve, de que o Banco tratou com seriedade a questão, exercendo pressões diretas sobre o Governo de Mato Grosso, de tal forma que foi conseguida a desinclusão da área, apesar do descaso com que o problema foi considerado pelas autoridades condenadas.

Afirma que, em função das particularidades do caso, o NDI ainda vem demandando em Juízo, no sentido de que o IBAMA promova e custeie a recomposição ambiental da área degradada, não obstante esteja sendo difícil o enfrentamento desta tese no plano judicial, apesar de a legislação determinar que a responsabilidade pelo dano é de quem o causou.

Enfatiza o caráter relativamente eficaz da iniciativa, na medida em que ainda não está assegurada a recomposição ambiental da área nem há a garantia de que a área não será novamente invadida por garimpos, eis que vem sendo sistematicamente envolvida por roubos de madeiras e assim por diante.

Por último, destaca a relevância deste caso, que demonstra como uma decisão judicial não respeitada internamente pode, como um bumerangue, transformar-se em fator positivo na solução de um problema e de melhoria na correlação das forças envolvidas numa disputa desse tipo.

* *

MODERADORA (Yara Pietricowsky de Oliveira) - Convoca os expositores da Mesa 4, representantes da AS-PTA, do Centro Luiz Freire, do Centro Josué de Castro e do Zarabatana, que abordarão o tema "PAPP - Plano de Apoio ao Pequeno Produtor". (Ausente o representante da AS-PTA).

(MESA 4)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR. VANDERVANDO NOGUEIRA (Centro Luiz Freire).

Destaca, inicialmente, que o Centro Luiz Freire atua juntamente com o PAPP (Plano de Apoio ao Pequeno Produtor) em algumas ações. Discorre sobre o trabalho que o Centro vem fazendo, de acompanhamento da atuação do Banco Mundial, a partir da implementação de um banco de dados sobre a relação do Banco com as ONGs, destas com o Banco, e deste com o processo de desenvolvimento, bem como sobre os projetos que o Banco desenvolve no Brasil, na América Latina, África e Ásia, com vistas a, juntamente com as outras ONGs, exorcizar a questão do Banco Mundial. Coloca tais dados à disposição do Plenário.

Informa, em conclusão, que, no que se refere ao PAPP, o tema será abordado de forma conjunta pelos representantes das outras duas entidades, ou seja, Maria das Graças Paiva, do Centro Josué de Castro, e Renato Athias, do Zarabatana.

* *

(MESA 4)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DA SRA MARIA DAS GRAÇAS PAIVA (Centro Josué de Castro).

Esclarece que o Centro não tem atuação direta sobre o PAPP, embora conte com um setor de tecnologia alternativa preocupado com as políticas públicas, mas, na qualidade de ONG, procura somar esforços, em articulações das federações de trabalhadores e das cooperativas, com vistas a um movimento mais amplo sobre o programa.

Ressalta, a seguir, a atuação da entidade em projetos especiais no Nordeste, como o Sertanejo e o Polonordeste, mas especificamente no que diz respeito no Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP.

Historia as atividades do PAPP, criado, em 1985, para propiciar o aumento dos índices de produtividade, da produção e da renda dos pequenos produtores rurais e suas famílias, a partir de uma série de componentes: ação fundiária, crédito rural, recursos hídricos, comercialização, geração e difusão controlada de tecnologia, assistência técnica e extensão rural, capacitação e apoio a pequenas comunidades rurais.

Assinala que, pelo fato de os recursos do programa serem muito mais usados na burocracia estatal, praticamente tais componentes não têm sido obedecidos, com algumas exceções

(recursos hídricos e o APCR - Apoio a Pequenas Comunidades Rurais).

Discorre sobre o orçamento do Programa e informa que do programa fazem parte dez Estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, Bahia e área de Minas Gerais que faz parte do Polígono das Secas), sendo que na reformulação do programa esse orçamento foi reduzido, o mesmo ocorrendo com os recursos originários do empréstimo do Banco Mundial.

Ressalta as dificuldades encontradas na execução do programa, tendo em vista ter sido iniciado a partir de um diagnóstico regional e de um planejamento a nível de um planejamento global de ações, embora, na realidade, deva ser executado pelos Governos Estaduais, o que resulta em problemas de contrapartida, no âmbito do Governo Federal, em questões relacionadas com a incapacidade operacional dos Governos Estaduais e com os interesses políticos que afetam o programa e seus beneficiários.

Destaca o papel das comissões regionais, no âmbito da SUDENE, em particular da Comissão Regional do Movimento Rural, com participação paritária de representantes do Governo Federal, do Governo Estadual e do movimento sindical, e que se constituiu em um fórum de reflexão e de decisão sobre o programa, bem como, no nível estadual, da comissão paritária de que participavam Governos Estaduais e a CETAG(?), e, no nível municipal, das comissões municipais, integradas por representantes dos produtores rurais, Poder Público e lideranças locais.

Assinala que toda essa participação representa um momento muito rico, já que todo o movimento sindical pôde atuar, na qualidade de representante dos produtores rurais, mas terminou no início do Governo Collor, que proibiu terminantemente qualquer participação de beneficiários ou seus representantes no programa.

Esclarece que em 1988 ocorreu a primeira reformulação do programa, visando concentrar ações - os chamados Planos de Ações Concentradas - onde ele tivesse mais impacto e tentando inverter o uso dos recursos, de atividades-meio para atividades-fim. Lamenta que tudo isso tenha ficado apenas no papel e nada tenha sido concretizado, a não ser no que se refere à contratação de consultoras privadas, a custos elevados, para elaboração de projetos que, em sua maioria, não foram aprovados nem executados.

Informa que em 1991 o Banco Mundial e a SUDENE iniciaram nova proposta de reformulação e, no ano passado, 1992, as ONGs foram chamadas pelo Banco a participarem do processo, tendo sido realizado um seminário, na Paraíba, reunindo as ONGs, as cooperativas rurais e as federações de

trabalhadores, a fim de decidirem sobre uma eventual participação no processo. Dado o total desconhecimento do programa, foi imposta uma condição para a participação no programa, ou seja, que ele fosse transparente para a sociedade civil, tendo sido então iniciado um movimento de articulação neste sentido, que constituiu a primeira articulação de ONGs, trabalhadores rurais e associações de cooperativas na região.

Menciona o fato de nenhum representante das ONGs ou das federações de trabalhadores rurais ter sido convidado a participar de reunião realizada no início deste ano, no México - as ONGs tiveram conhecimento pela imprensa - para fins de implantação, no Nordeste, de programa semelhante ao Solidariedad, executado com êxito naquele país. Apenas representantes dos Governos Estaduais e do Governo Federal, bem como o Superintendente da SUDENE, foram chamados, o que fez com que as ONGs locais se articulassem com entidades estrangeiras, como a OXFAM, a CRS e outras, no sentido de uma reflexão sobre esse processo.

Assinala que dessa articulação resultou, na semana passada, em reunião na própria SUDENE, um acordo assinado com a SUDENE, um **aide-mémoire**, reformulando o programa, o qual, no entanto, praticamente fica extinto como programa de apoio ao pequeno produtor, já que deixa de ter investimentos produtivos.

Destaca os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores: desativação de todas as comissões, falta de participação, mudança nas dimensões dos projetos, excesso de burocracia na liberação dos recursos e a idéia da extinção do APCR.

Enfatiza a importância da realização de um forum paralelo à reunião da SUDENE, do qual resultou um **dossier** sobre o PAPP, com um histórico sobre o programa, não só para maior divulgação do processo entre as ONGs, mas também para tentar influir na área internacional. Na oportunidade, foram igualmente apresentadas propostas consolidando aquelas feitas pelos trabalhadores, cada vez mais reivindicando recursos para investimentos produtivos.

Em conclusão, refere-se à grande preocupação hoje existente com a extinção do programa e a importância de que se reveste o processo de articulação para uma maior conscientização sobre o movimento rural, e reafirma a necessidade não de um programa, mas de uma política de desenvolvimento rural para o Nordeste.

(MESA 4)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR RENATO ATHIAS (Zarabatana).

Alerta para alguns aspectos não observados em outras áreas de projetos semelhantes.

Em primeiro lugar, a questão da participação ou de como o PAPP incorporou segmentos da sociedade civil na sua implementação, a existência da Comissão Regional de Desenvolvimento Rural, órgão deliberativo e que integra as dez federações de trabalhadores na agricultura do Nordeste, o que não ocorreu em nenhum dos projetos executados pelo Banco..

Segundo aspecto: as próprias federações de agricultura, as FETAGs, no Nordeste, passaram a executar os projetos nas áreas rurais, o que significa, de certa forma, uma transferência de burocracia, já que as federações e os sindicatos assumem ônus da administração de alguns projetos, transformando-se em órgãos burocráticos ou em máquinas da administração do PAPP, dividindo, inclusive, alguns pólos sindicais em determinada região, como em Juazeiro, cujos sindicatos têm encontrado enormes dificuldades não só de acompanhar, mas de implementar os projetos.

Assinala ter sido esta a fórmula de participação vendida como modelo nos relatórios do próprio Banco Mundial.

Lembra que em 1988 foi enviada uma missão do Banco Mundial ao Nordeste, para entrevistas individuais com cada uma das ONGs, em cujo relatório foi analisado o segmento APCR (Apoio à Pequena Comunidade Rural), nele constando a proposta de que tal modelo de participação deveria prosseguir e ser ampliado, sem que as críticas e as sugestões feitas ao longo das entrevistas fossem levadas em consideração.

Fator de grande complexidade no caso do PAPP: o projeto, que tem a SUDENE como coordenadora e gestora principal e os Estados como executores, cada um deles com estruturas diferenciadas, sofre os efeitos de uma enorme burocracia, ficando, portanto, prejudicado em seu andamento.

Ressalta, ainda, como esses recursos foram, em certo momento, aproveitados por algumas federações e mal utilizados por outras. Exemplifica com o caso da FETRAEC, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará, cuja participação no recebimento dos recursos foi mínima, ao contrário da FETAB e da FETAG, da Bahia, que receberam grande quantidade de recursos e souberam implementar suas bases, estrutura que foi importante naquele momento em que se articulava o movimento sindical, mas que de certa forma

desarticulou, depois, um processo de democratização que estava ocorrendo, justamente no período de 1986 a 1988.

Quanto à participação das ONGs em todo o processo do PAPP, afirma ocorrer de forma muito fragmentada e local, já que a área de abrangência do projeto envolve todos os Estados do Nordeste, o que dificulta uma articulação mais específica. Outras razões: falta de informação, por parte da SUDENE e do Banco Mundial, quanto ao que acontece; falta de estruturas reais nas próprias ONGs que lhes permitam um acompanhamento e uma monitoria dos projetos implantados.

Por último, enfatiza a relevância do exemplo do PAPP, em termos de gestão do programa, em termos de história de implementação envolvendo a participação, em alguns casos, direta dos trabalhadores, e sugere o aprofundamento da reflexão sobre que tipo de participação seria a ideal nesses casos.

* *

(A Mesa volta a conceder a palavra à Sra. Maria das Graças Paiva e ao Sr. Renato Athias, para esclarecimentos).

MARIA DAS GRAÇAS PAIVA - Esclarece que tal participação, mesmo incipiente, permanece sendo uma reivindicação dos trabalhadores rurais, especialmente para que voltem a funcionar as comissões, por se constituírem nos canais através dos quais eles poderão influir no Programa.

Outra questão: quanto à reunião realizada pela SUDENE, nesta semana, o Banco Mundial de fato não convidou as ONGs, mas chamou-as, juntamente com outras entidades ligadas à questão rural, para informar-lhes de seu desejo de que as ONGs participassem como consultores do Banco, para evitar a possibilidade de influência de qualquer questão política no processo. Todas as entidades recusaram o convite, eis que sua intenção era influir no programa e não atuar como consultores do Banco.

Informa estar sendo realizada pelo Centro, para o Banco e também para os trabalhadores, uma pesquisa de avaliação do APCR e do Programa São Vicente - este, voltado para as comunidades rurais do Nordeste.

Em conclusão, critica o nível de subserviência dos Governos ao Banco Mundial.

* *

RENATO ATHIAS - Reforça a crítica ao Banco Mundial, protestando contra o fato de nenhum Governador ter reagido contra a falta de participação da sociedade civil e fornece maiores detalhes sobre o convite feito às ONGs para serem consultores do Banco e a ameaça por ele feita quanto a um

possível cancelamento do saldo de recursos existente para o projeto, sob a alegação de ausência de propostas, embora os trabalhadores tenham elaborado uma proposta bastante clara.

Quanto à pesquisa feita pelo Centro Josué de Castro, por encomenda do próprio Banco, a qual permitiria a formação de uma massa crítica para a reformulação do projeto, sequer foi apreciada, embora aponte aspectos bastante interessantes e fatos até aberrantes.

* *

FASE DE INTERPELAÇÕES

ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA - (Fundação Onda Azul) - Manifesta preocupação com a questão da eficiência e controle dos projetos de saneamento e desenvolvimento, por estarem se avolumando os aportes dos financiamentos dos organismos multilaterais.

Assinala que tal volume de recursos gera uma questão muito séria, quando levada em consideração a participação das ONGs: como buscar a maior eficiência na aplicação desses recursos, já que se trata de empréstimos e o dinheiro é necessário ao desenvolvimento das regiões e à melhoria da qualidade de vida das populações?

Enfatiza a necessidade da busca de um arco de ações que force o Banco a não ter condições de alegar que se trata de problema interno e que as ONGs têm que resolvê-lo, portanto, internamente.

Exemplifica com o caso da negociação do programa de saneamento do rio Tietê.

Propõe que, na fase de debates finais deste Seminário, seja discutida a questão de como estabelecer uma rede de apoio, em nível nacional, de forma a tornar eficiente a utilização desses recursos e dar um fim à postura de omissão do Banco.

* *

GUSTAVO RIBEIRO (?) - (Sociedade Brasileira de Antropologia/Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais) - Refere-se à questão da atuação dos organismos multilaterais e à necessidade de levar-se em conta a complexidade do campo político e econômico, dada a escala de recursos com que operam, e o fato de a tendência ser sempre de focalizar os atores públicos, em geral o Governo Federal e o Governo Estadual.

Ressalta a importância de uma atuação desde o nível municipal até o nível transnacional, o que realmente aumenta a dificuldade operacional numa escala muito grande, tornando

maior a necessidade de se cobrar de maneira mais completa a responsabilidade dos diversos atores envolvidos.

Em particular, chama a atenção para o fato de ser desconsiderada a responsabilidade do grande capital privado transnacional e do grande capital privado brasileiro - neste caso, as empreiteiras, que detêm enorme poder no País.

Propõe seja incorporada essa variável na discussão final, por suas implicações políticas.

No que diz respeito à participação das ONGs, assinala que se trata de antiga retórica no âmbito das agências internacionais e tem a ver com o estabelecimento de interlocutores. Reporta-se, a propósito, à história do colonialismo britânico na África, em que sempre houve a necessidade de encontrar interlocutores. Sugere a criação de um segmento de interlocutores e uma análise em profundidade do tema, para que se saiba qual o perfil dessa participação, como ela se dá, já que se trata de algo extremamente diferenciado de região para região e em termos de contexto operacional.

Por último, sugere que se tenha sempre presente o fato de que o Banco Mundial, em si mesmo, é também uma agência política, com várias contradições internas, as quais é preciso conhecer para melhor trabalhar, e não uma instituição monólica.

* *

MARCOS ARRUDA (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS/RJ, Coordenador do Grupo de Trabalho das ONGs sobre o Banco Mundial, em Genebra) - Faz dois comentários sobre o PAPP.

Primeiro, que a reformulação desse programa tem por modelo o Programa Solidariedad, do México. Sugere que se considere a origem desse projeto, dada a importância do contexto macroeconômico e social, ainda não discutido neste Seminário, mas, a seu ver, fundamental, por estar na raiz de todo processo.

Discorre sobre os antecedentes e objetivos do programa mexicano, criticando a motivação que levou o Banco Mundial a dele participar, e enfatiza a importância de uma reflexão sobre as causas geradoras dos efeitos sociais e ambientais das políticas de ajuste.

Assinala que a conversão do PAPP em programa de emergência social certamente desvirtua o programa, dele retirando todo o potencial que nele poderia estar contido, de colaborar para uma crescente auto-sustentação e autodeterminação dos pequenos atores da economia brasileira.

Finalmente, quanto à questão da participação popular, assinala ser algo muito complexo e constituir uma das prioridades anunciadas pelo Banco Mundial, havendo espaço para forçar uma efetiva participação das ONGs no processo, cabendo às ONGs dar-lhe um novo conteúdo.

Manifesta a certeza de que em todas as propostas relativas ao programa está implícita a questão de como transformar as organizações da sociedade civil em organismos reconhecidos autonomamente em relação a seus próprios Estados, como parceiros, interlocutores, participantes ativos em todos os projetos que envolvem financiamento internacional.

* *

JOSÉ CARLOS GADELHA (Forum dos Rurais de Rondônia) - Solidariza-se com a proposta do primeiro interpelante, Antônio Carlos, quanto à necessidade de um aprofundamento da discussão dos vários temas abordados neste Seminário.

Enfatiza a necessidade de ser definida a questão da participação. A propósito, solicita esclarecimentos sobre alguns aspectos relacionados com a participação das entidades no que diz respeito à execução do programa. Indaga como é vista a questão da participação na execução.

MARIA DAS GRAÇAS PAIVA - Lê alguns dados preliminares da pesquisa de avaliação que está sendo realizada pelo Centro Josué de Castro, a respeito da administração do programa, segundo os quais há evidências de que a maior participação de representantes da sociedade civil no programa (Igreja, movimento sindical, cooperativas agrícolas e ONGs) tem contribuído para um menor grau de exploração política, maior eficiência e maior acesso dos beneficiários ao programa.

Enfatiza que, no caso, quanto maior a participação, maior é o grau de eficiência obtido não só em termos técnicos, mas também políticos.

Sugere, em conclusão, o aprofundamento da discussão sobre o assunto.

* *

MODERADORA (Yara Pietricowsky de Oliveira) - Antes de encerrar os trabalhos da parte da manhã, resume os pontos apresentados para a fase final de debates da parte da tarde:

- 1) não participação das ONGs nos estudos de caso aqui apresentados;
- 2) idem, quanto à implementação dos projetos;
- 3) ausência total de controle e fiscalização financeira desses projetos;
- 4) participação das ONGs via cooptação ou através de denúncias, reivindicações ou atos meramente administrativos;

5) subserviência dos Governos aos bancos multilaterais.

Considera o panorama bastante caótico e propõe a busca de um caminho de interferência para alterar este quadro.

Relaciona, a seguir, as questões apresentadas como essenciais ao debate:

- Comissão de sindicância do Banco Mundial.
- Participação e articulação nas áreas locais e internacional.
- Fases de aprovação de um projeto, capacidade dos Governos em termos de políticas públicas, reais intenções do Banco Mundial e a questão da privatização.
- Complexidade da questão referente ao relacionamento das ONGs e os projetos do Governo e Banco Mundial.
- Desarticulação dos Governos Estaduais, Municipais e Federal, ausência de agência própria - como intervir? Aplicação dos recursos - quem recebe efetivamente o dinheiro?
- Articulação da sociedade civil - o que é necessário: programas ou políticas?
- Circulação de informação por parte dos Governos e do Banco Mundial para a sociedade civil organizada.
- Estabelecimento de rede de apoio mútuo, de nível nacional.
- Transformação das ONGs em entidade autênticas e reconhecidas nos Estados, com vistas ao diálogo com os bancos multilaterais.

Encerra a reunião, convocando a próxima para as 15 horas.

(ENCERRA-SE A SESSÃO)

ATA DA 2a. SESSÃO PLENÁRIA

A segunda sessão plenária teve início às 15h30 do dia 10 de março de 1993, sob a direção do Sr. Stephan Schwartzman (EDF), que atuou como moderador.

Após informar ao Plenário a junção dos temas das Mesas 5 e 6, convoca os expositores - Vicente da Costa Coelho (Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco) e Luiz Dalla Costa (CRAB) - que abordarão, respectivamente, os seguintes temas: "A barragem e o reassentamento de Itaparica" e "O movimento dos atingidos pelas barragens e os Bancos Multilaterais".

(MESAS 5 e 6)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR VICENTE DA COSTA COELHO (Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco/ Movimento dos Atingidos pelas Barragens)

Discorre sobre a atuação do movimento dos trabalhadores na área abrangida pelo Pólo Sindical e que teve início em 1975, assim que começou a construção dos acampamentos da barragem de Itaparica, o qual, porém, só foi assumido pelo Sindicato a partir de 1978, criando-se definitivamente, em 1980/81, o chamado Pólo Sindical do Sub-Médio São Francisco, integrado por municípios de Pernambuco e da Bahia que apresentam a mesma problemática. Assinala que o Pólo inicialmente abrangia os sindicatos de sete municípios que seriam afetados pela barragem de Itaparica, mas logo depois agregou outros sindicatos da área seca, mais distante, que, embora não afetados pela barragem, naturalmente se juntaram em função dos problemas resultantes das inundações e da luta pelo reassentamento.

Esclarece que só em 1986, quando ocorreu a paralisação da obra, firmou-se um acordo que gerou o projeto de reassentamento, através do qual a CHESF e o Governo brasileiro conseguiram o financiamento para o projeto pelo Banco Mundial (32 milhões de dólares). Assinala, porém, que na época só foram construídas as casas das chamadas agrovilas, embora os canais de aproximação, importantes na estrutura de bombeamento do projeto de irrigação, tivessem que ter sido construídos antes da inundação, isto é, antes do enchimento do lago. Este só ocorreu em fins de 1987, inicio de 1988, quando começou o deslocamento das populações

rural e urbana, sem que houvesse realmente um projeto para o reassentamento da população rural.

Informa que a partir de maio de 1988 começou a construção dessas casas, sendo que em outubro de 1986 havia sido iniciada a transferência das famílias, concluída em fevereiro/março de 1988. O cronograma previa a implantação do projeto de irrigação em julho de 1988, mas a CHESF gastou quase toda a verba prevista (232 milhões de dólares) e só construiu as casas e os chamados canais de aproximação onde era necessário montar as bombas e a estrutura para puxar a água para o projeto. Não havendo mais recursos para o prosseguimento do projeto de reassentamento e sem que o Governo Federal liberasse a respectiva contrapartida e o Banco o restante do financiamento, decorreu certo período de indefinição. Por conseguinte, a própria CHESF decidiu solicitar mais 170 milhões de dólares ao Banco Mundial, tendo, inclusive, pedido ao Pólo Sindical que fizesse gestões junto ao Banco, para que mais recursos fossem liberados. Dado o risco de o financiamento ser cancelado e o projeto não ser concluído, a OXFAM articulou a ida de representantes do Pólo a Washington, para contactos com a Diretoria do Banco Mundial, na tentativa de que o financiamento fosse liberado sem a contrapartida. O Banco acabou concordando e no ano passado foram liberados cerca de 93 milhões de dólares, o que permitiu o prosseguimento da obra do projeto de reassentamento, que progrediu bastante a partir de então, apesar de continuar a incerteza quanto à conclusão da obra, dadas as dúvidas quanto à liberação da contrapartida pelo Governo brasileiro.

Refere-se à enorme dimensão do projeto (quase 20 mil hectares) e destaca seu alto significado, tendo em vista abranger a área do semi-árido do Nordeste e pelo fato de que iria beneficiar as populações afetadas pela inundação de Itaparica, não só permitindo-lhes retomar suas atividades econômicas, como também minimizando os efeitos da seca naquela área, através da produção de três ou quatro safras por ano, em benefício da região e até da economia nacional como um todo. Manifesta preocupação, contudo, quanto à indefinição existente sobre a conclusão do projeto, eis que as populações sobrevivem apenas com uma ajuda de manutenção temporária fornecida pela CHESF, com base no acordo firmado em 1987, a qual, no entanto, além de não ser suficiente, representa um risco, pelo fato de as pessoas estarem sendo pagas sem a obrigação de trabalhar. (Recorda, a propósito, palavras do compositor Luís Gonzaga, referindo-se ao nordestino: "Esmola, ou vicia ou mata de vergonha")

Em conclusão, destaca a importância do trabalho que vem sendo realizado pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens, de modo mais organizado e integrado, inclusive preocupado com os problemas causados pela construção das barragens ao homem e ao meio ambiente.

* *

(MESAS 5 e 6)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR LUIZ DALLA COSTA (Coordenação Regional do Movimento dos Atingidos pelas Barragens no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Bacia do Rio Uruguai - CRAB/Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens)

Refere, inicialmente, dois aspectos que considera fundamentais para que o Seminário avance na análise de qualquer questão, inclusive das que envolvem a necessidade de traçar algumas estratégias em comum, relativamente à política adotada pelos bancos multilaterais e pelo Governo.

Em primeiro lugar, assinala que, a seu ver, qualquer discussão que se faça e qualquer posição que se adote tem como pressuposto básico uma opção de classe social, de caráter político, de visão de mundo e de construção de um projeto sólido, seja para manter o que está aí, no caso do Brasil, seja para buscar um projeto alternativo de sociedade, que beneficie a maioria da população não só brasileira, mas de outros países também.

Em segundo lugar, pondera que a discussão sobre qualquer tipo de estratégia ou de política que de fato tenha um efeito duradouro e seja colocada em prática ou viabilizada, tem que estar vinculada à organização da população, à organização de massa. Nenhum bom acordo, nenhuma boa estratégia vai ter efeitos práticos sem que a população esteja organizada para cobrar as políticas do Banco Mundial, do Governo Federal, da Prefeitura ou do próprio sindicato, já que este assume o papel de intermediário junto a essas instituições.

Enfatiza a importância de que o Seminário proceda a uma reflexão sobre estas duas questões quando tratar da problemática da intervenção.

A seguir, discorre sobre o movimento que representa e que é fruto de uma oposição ao setor elétrico brasileiro, hoje responsável por 25% da dívida externa do País, ou cerca de 30 bilhões de dólares, constituindo uma estrutura estatal gigantesca, permeada por interesses de grandes grupos econômicos, desde prefeituras e Governos estaduais a importantes empresas concessionárias, canalizadoras de vultosas somas de recursos para as regiões onde se implantam as hidrelétricas. Destaca o fato de este setor ser igualmente responsável por absurdos que se verificam no Brasil, como a hidrelétrica de Balbina, criticada por vários governos, e até Itaipu, que de início custaria cerca de 3,5 bilhões de dólares, mas que agora, no seu final, já chega a

mais de 18 bilhões de dólares. Refere-se também à responsabilidade do setor por Tucurui, que, além dos erros de mensuração da quota dágua, que afetaram a população que já havia sido relocalizada, gerou catástrofes ambientais, e também por Sobradinho, cuja população não recebeu a devida atenção.

Informa que, apesar de todas essas ocorrências, esse mesmo setor elétrico elabora hoje um plano, o chamado Plano 2015, que prevê a construção de aproximadamente 500 usinas hidrelétricas em todo o Brasil.

Assinala o fato de o movimento se defrontar este setor a partir de estratégias de negociação para viabilização política dos projetos, já que para o setor é a obra o sujeito principal do projeto, menosprezando as populações nele envolvidas, as diversidades existentes na região, ou a correlação de forças, sob o argumento de que o Banco Mundial não leva em consideração tais aspectos. Afirma que, em última análise, o que o setor e o Banco visam é unicamente o lucro.

História, em seguida, a atuação do Movimento, relativamente ao atendimento das populações atingidas pelas diversas obras, como, por exemplo, no caso da barragem do Itaca (?) - primeira vez em que se conseguiu fazer o reassentamento antes do início da obra, com a construção de casas para cerca de 50 famílias, com uma área bem superior (108 metros quadrados) à prevista pela Eletrosul (72 metros quadrados) e a custos bem menores (40% a menos do previsto).

No que diz respeito ao problema de gerenciamento, destaca alguns aspectos para debate no Seminário:

1) Possibilidade de esses recursos, ao invés de repassados às empreiteiras, serem utilizados em benefício das populações, já que as empreiteiras chegam a lucrar 60% nessas operações.

2) Alto significado desse trabalho organizado sob a forma de mutirão, iniciado pelo Movimento, já que as pessoas começam a ter melhor noção sobre o significado de um trabalho coletivo.

3) Importância do fato de que parte desses recursos é realmente revertida em benefício da organização dos atingidos pela barragem, que luta contra a implementação de outros projetos.

Acredita ser este um debate interessante, do ponto de vista da participação da sociedade civil e de uma visão de classes.

A seguir, discorre sobre o modo como o Movimento se articulou, no caso, para chegar aos resultados mencionados: mobilização da população, ações radicalizadas no âmbito da Eletrosul, formas de negociação e assim por diante.

Enfatiza a importância do componente de organização de massa, o qual, em sua opinião, precisa ser retomado. Da mesma forma, ressalta o fato de tudo isso ter sido conseguido pelo Movimento antes de iniciado o projeto, ao contrário do que ocorreu em Itaparica, onde somente após o início da obra foi feito o respectivo reassentamento, com as pessoas vivendo ainda às custas de míngua ajuda do Estado.

Por último, sugere seja analisado o relacionamento com o Banco Mundial, para uma definição sobre quem de fato é o sujeito de um projeto. Reafirma que, na visão do Banco, o sujeito é a própria obra, já que sem esta não há assentamento, nem indenização justa. Considera isto verdadeiro de um determinado ponto de vista, mas crê necessária uma mudança de enfoque, para que se saiba exatamente como a obra irá beneficiar as populações envolvidas pelo projeto. Isto porque, sendo o Estado o executor da obra, é lógico que a participação do Movimento seja por eles considerada, em geral, simplesmente figurativa. Discorda, a propósito, de afirmação feita ao longo deste Seminário, quanto à "inocência" do Banco Mundial em certos casos, eis que, a seu ver, o Banco está a serviço de seus próprios interesses e de grupos muito bem definidos.

Discorda, ainda, quanto à alegada incapacidade do Estado, pois, a seu ver, tal incapacidade só se manifesta quando se trata de beneficiar as populações atingidas, mas não para repassar recursos às empreiteiras. Argumenta com o fato de que a estratégia do capital já está bem definida. No caso, sugere que se debata a estratégia a ser adotada pelas ONGs para reverter este quadro e viabilizar sua participação nos vários projetos.

Reporta-se a matéria publicada pela revista "Veja" a respeito do volume de energia sobrando no Brasil e da falsidade implícita em notícias sobre um eventual colapso energético no País, atribuindo-as a um **lobby** das empreiteiras.

Em conclusão, comunica a realização, no próximo dia 14 de março, do Dia Nacional de Luta contra as Barragens, quando haverá manifestações em todas as regiões do Brasil contra o Projeto 2015, e apresenta o informativo do Movimento, "A Enchente do Uruguai".

FASE DE INTERPELAÇÕES

THISHA FEENEY (OXFAM) - Comenta a atuação do Banco Mundial no que se refere à agilização das obras da barragem de Itaparica. Considera bastante crítica a situação, já que os recursos do Banco estão por se esgotar, sendo possível que o Banco transfira então ao Governo a responsabilidade pelo final da obra.

Sugere duas opções, talvez complementares no caso: 1) considerar a abertura de processo contra a União, CHESF e Eletrobrás, para que a Procuradoria, aqui, em Brasília, determine a liberação dos fundos, completando a contrapartida, por se tratar de medida prioritária; 2) fazer uma grande mobilização, com o apoio de outras entidades nacionais, para exercer pressão sobre o Banco Mundial, no sentido de obter outro acordo.

Informa que, em virtude dos grandes escândalos envolvendo outros projetos, a Diretoria do Banco Mundial solicitou um relatório completo sobre a situação de todos os projetos com componentes de reassentamento e que haverá uma importante reunião entre os diretores e a alta administração do Banco no próximo mês de outubro, ocasião que considera propícia para apresentação de reclamações diretamente ao Banco. Sugere que também seja aproveitada a mobilização do dia 14 para endereçar um apelo ao Banco, com o apoio das entidades do Norte.

Propõe, para concluir, e tendo em vista a omissão e o retrairoimento do Banco Mundial, que o Governo brasileiro seja instado a fixar diretrizes e normas sobre a questão do reassentamento em todos os projetos nacionais.

GUSTAVO (ABA) (?) - Considera esta uma questão delicada e informa que, em termos de reassentamento forçado por barragens, o documento normativo mais avançado ainda é o do Banco Mundial, com diretrizes bem definidas sobre o que deve ser feito nesses casos.

Quanto à experiência brasileira, manifesta dúvidas sobre se em áreas em que não há a presença do Banco Mundial o tratamento dado a esta questão é melhor do que naquelas em que há participação financeira do Banco. Exemplifica com um caso que está para acontecer em Goiás, na Serra da Mesa, onde não há financiamento do Banco Mundial e que considera um desastre talvez pior do que o de Itaparica, dada a perspectiva de os atingidos virem a tornar-se proletários nas periferias das cidades, numa reedição da política dos anos 50.

Dada a contradição existente na atuação das concessionárias, que, quando deixadas por si mesmas, nem política de

assentamento têm, solicita os comentários do companheiro Dalla Costa a respeito do assunto.

LUIZ DALLA COSTA - Cita, a propósito, o caso da barragem de Porto Primavera, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul, onde a barragem já está praticamente pela metade e não existe nenhuma atividade de reassentamento.

Assinala que o setor elétrico se comporta conforme as pressões, ou seja, onde existe a pressão de um movimento social organizado existe um tratamento adequado, a exemplo do que ocorre no caso já citado, da barragem de Itaca (?), lá no Sul, que não conta com financiamento do Banco Mundial, não existindo sequer obras, mas onde 70% do pessoal que deveria ser indenizado já o foi e o assentamento já está sendo implementado, sem qualquer ajuda do Banco Mundial, só com recursos do Governo brasileiro.

É relativa, a seu ver, essa questão de afirmar-se que onde o Banco Mundial financia o tratamento é melhor, pois nem sempre isto acontece, como no caso de Itaparica, financiado pelo Banco, mas onde a situação é pior que no Sul. Reafirma que o componente básico, no caso, é a pressão de um movimento social organizado, já que o Banco Mundial só age de acordo com seus próprios interesses, ignorando muitas vezes o que se passa.

SÉRGIO GUIMARÃES - Refere-se ao que considera insanidade do projeto que levou à construção da hidrelétrica de Balbina e informa que, na época das chuvas e com o parque industrial desativado, a usina só funciona durante a semana, eis que o lago baixa muito e é fechado, então, nos finais de semana, para encher de novo, sendo enviada a energia das termoelétricas de Manaus para a região de Balbina.

Refere os malefícios causados por Tucuruí como o melhor exemplo para que se possa entender as intenções dos bancos multilaterais em relação às políticas nacionais. A propósito, refere-se à atuação das empreiteiras especialmente ligadas à infra-estrutura ali criada, hoje em grande parte obsoleta, e que contribuiu para o surgimento de um verdadeiro **apartheid** social na área.

Enfatiza a importância de ser analisado o interesse das empreiteiras, de um lado e, de outro, a questão de para onde vai a energia. Estes dois fatores permitiriam, a seu ver, traçar, de forma aberta e um pouco mais clara, a rota dos interesses dos bancos multilaterais.

LUIZ DALLA COSTA - Assinala que, no caso de Tucuruí, algo em torno de 50% da energia é utilizado pelas grandes fábricas da indústria de alumínio, as quais exportam o alumínio e recebem energia subsidiada - em alguns casos, chega a 1/3 do custo - redundando em um prejuízo de milhões de dólares por

ano para o Governo brasileiro. Para isto é utilizada Tucurui.

AURÉLIO (?) - Assinala que, no que diz respeito à questão da participação, esta, para o setor elétrico, já representa uma política deles mesmos e, desta forma, hoje os atingidos de todo o País já iniciam qualquer tipo de diálogo com o setor com documentos oficiais do setor elétrico que oferecem a participação (?) - e até sob diferentes formas e metodologias.

Acrescenta que o setor elétrico, em nosso País, é o segmento mais avançado, no âmbito do Estado, no que se refere à questão da participação, fruto, em parte, sem dúvida, das próprias lutas da sociedade civil.

Assinala, porém, que o setor elétrico, apesar de contar com essa política única, não é unitário em suas formas de ação e não tem uma memória que passe para todas as empresas, tanto as que diretamente fazem parte dele quanto as indiretamente a ele ligadas. Destaca o fato de que, por isso, a vitória obtida pela CRAB não necessariamente se repetirá em outra hidrelétrica que tenha sido ou venha a ser criada em outra região.

* *

(A Mesa passa à Mesa 7, que abordará o tema "Os Povos Indígenas e os Bancos Multilaterais", convocando o expositor, Orlando Baré (COIAB).

(MESA 7)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR ORLANDO BARÉ (Coordenação das Nações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB)

Informa que sua organização nasceu a partir do momento em que os indígenas começaram a sofrer na própria carne as consequências dos grandes projetos. Assinala que, na verdade, os índios não conhecem o Banco Mundial, nem os autores dos grandes projetos, nem os donos dos grandes projetos, mas apenas as consequências danosas desses grandes projetos, que têm resultado num movimento de recuo de grande parte das nações indígenas, em direção às fronteiras do País.

A propósito, indaga: será que as últimas fronteiras do País são regiões onde se concentra a maior reserva mineral do País? Será que a última fronteira econômica - entre aspas - concentra as grandes riquezas, como, por exemplo, a água, para construção de usinas hidrelétricas? Serão os índios as últimas fronteiras a suportar o peso do Estado de uma forma indiscriminada e desenfreada? Existe uma política séria para

os povos indígenas neste País? Quem é que formula os grandes projetos? Onde são discutidos estes projetos? Quem participa de sua elaboração?

A questão, afirma, é muito mais séria do que se imagina, já que a política de genocídio continua em pleno vigor, com os índios, no Brasil - e isto, apesar de se estar em pleno Ano Internacional dos Povos Indígenas, conforme declarado pela Organização das Nações Unidas em Nova Iorque - ainda submetidos a uma política de extermínio.

Assinala que centenas de entidades surgem da noite para o dia, com Toyotas, com documentos, com pessoas que sabem ler e escrever, enquanto os índios têm que caminhar a pé, têm que sofrer o calor do sol, que cada vez esquenta mais, como dizem os nossos velhos, segundo os quais os tempos estão mudando. Indaga: por que cabe aos índios sofrer tais consequências?

Informa que, em virtude de tudo isso, haverá, nesta semana, em Rondônia, um encontro de várias lideranças indígenas de todo o País, para discutirem as perspectivas do futuro. Ressalta que quem tem que dizer como deverá ser o futuro dos índios não é o Banco Mundial, nem as entidades que o assessoram, nem o Governo, nem a FUNAI. Acrescenta que pela Constituição em vigor a tutela já deveria ter sido abolida há muito tempo, mas o desrespeito aos índios impede que isto se torne realidade. Exemplifica com o fato de mais de 38 madeireiras estarem explorando a área indígena do Juruê-uau-uau (?), que dali retiram milhares de metros cúbicos de mogno por ano, enquanto os indígenas sofrem com problemas de lideranças divididas, doenças contagiosas e outros problemas.

Indaga: é este o futuro fixado pelo Banco Mundial para os povos indígenas? É este o futuro previsto para os índios nos grandes projetos?

No que se refere à questão da demarcação das áreas indígenas, protesta contra o fato de as leis não funcionarem no País e contra o que considera descaso das autoridades ou de toda a sociedade em relação aos povos indígenas, eis que o Governo alega não ter recursos para completar o processo de demarcação dessas áreas, resultando na situação crítica que se verifica especialmente em Rondônia, no sul do Pará e no Amazonas, que não atinge apenas os índios, mas toda uma sociedade de pobres, miseráveis, famintos e desempregados, a qual nunca é consultada, nunca é chamada a se sentar à mesa das decisões.

Reafirma a gravidade do problema da demarcação das terras, já que, segundo o Governo Federal, não há recursos para tanto e, além disso, o prazo previsto na Constituição vencerá no próximo dia 5 de outubro.

Informa que 58 organizações indígenas vêm trabalhando e pensando em conjunto sobre esta problemática, a partir da atuação da COIAB.

Ressalta que até problemas de falta de caça vêm sendo enfrentados pelos povos indígenas em muitas áreas, como é o caso dos Paracanãs, dos Atroaris e de outras tribus cujas áreas se encontram hoje inundadas.

Protesta contra a submissão dos índios a um sistema montado para destruí-los e a suas terras e assinala que a afirmação de que o Estado não tem capacidade para gerenciar esses projetos não é verdadeira. Critica o fato de os brancos estudarem durante anos nas universidades para fazerem isso, sem trocarem experiências com os índios, sem respeitarem os conhecimentos, a ciência, a mitologia dos povos indígenas.

Enfatiza a necessidade de a questão indígena, no âmbito dos grandes projetos, ser discutida com profundidade, já que a própria FUNAI deixa de levá-la em consideração e os índios só recebem informações quando os projetos já estão sendo implantados. Ressalta que a questão indígena não é muito diferente da problemática dos atingidos pelas barragens ou das outras consequências advindas desses grandes projetos.

Destaca a importância de os índios se armarem com sua consciência crítica, a partir da união de todos os movimentos, para enfrentar esta realidade, cujas consequências são imprevisíveis.

Assinala que o fato de os índios negociarem madeira decorre da falta de alternativa econômica e da necessidade de sobrevivência, mas que explorar madeira não representa uma alternativa para os povos indígenas.

Aborda a questão da exploração irracional de madeiras e de minérios, por parte de invasores, e afirma que os interesses do Estado e do grande capital nessa exploração é que não permitem seja efetivada a demarcação das áreas indígenas. Manifesta grande preocupação com a questão dos povos indígenas e considera criminosa a atuação do Governo, especialmente no que se refere à demarcação de áreas e à preservação dos recursos naturais.

Por último, destaca o fato de a cultura indígena não estar sendo levada em consideração e a necessidade de fortalecer-se a unidade dos povos indígenas.

FASE DE INTERPELAÇÕES

SÉRGIO GUIMARÃES (Forum MT) - Solicita comentários do expositor sobre o Projeto Calha Norte.

ORLANDO BARÉ - Esclarece que se trata da militarização das áreas indígenas e que os militares, hoje, não falam mais em "Projeto" mas em "Programa Calha Norte". Criaram ilhas de atuação, com exceção da área Ianomami - hoje os militares outra vez questionam a extensão desta área - e foi interrompido o processo de demarcação, o mesmo tendo ocorrido em regiões semelhantes, como a do Rio Negro, por exemplo.

Assinala que os índios jovens que hoje estão nos quartéis vêm sendo submetidos a um forte processo de doutrinação. Recorda, a propósito, afirmação do ex-Presidente Ernesto Geisel, de que no final de seu Governo não mais existiriam índios no País.

Esclarece que o Projeto Calha Norte se encontra em pleno andamento, tendo sido utilizados índios como cobaias para pesquisas, treinamentos e experiências.

Contesta declarações de militares, de que eles ali se encontram para resguardar as fronteiras do País, já que os índios são anteriores ao Estado brasileiro e, portanto, aos militares.

Considera a presença militar naquela região um dos grandes obstáculos para que se efetive a demarcação das áreas indígenas e afirma que somente esta presença não garantirá a sobrevivência dos povos indígenas, eis que ali se concentram grandes grupos, dada a existência de enorme província mineral.

MARCOS ARRUDA - Informa que a luta dos povos indígenas sensibiliza também muitas pessoas no exterior. Dá o testemunho dessa preocupação pelo fato de estar atualmente residindo em Genebra e ressalta estar sendo realizado um trabalho relacionado com os efeitos dos projetos do Banco Mundial sobre as populações indígenas em diferentes partes do mundo.

Oferece colaboração, em termos de articulação com movimentos do exterior e de pressão sobre Governos e Banco Mundial em favor das reivindicações dos povos indígenas.

JEAN-PIERRE (FASE) - No que diz respeito à unidade dos movimentos indígenas e tendo em vista a declaração do expositor de que os índios não conhecem o Banco, pede esclarecimentos sobre noticiário da imprensa referente a uma visita de lideranças indígenas ao Banco Mundial. Neste sentido, gostaria de saber como os indígenas consideram essa

diversidade e essa complexidade, e se tais aspectos fazem parte de sua política.

ORLANDO BARÉ - Informa que certos grupos na Europa estão elaborando um abaixo-assinado a ser entregue ao Presidente Itamar Franco e ao Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, exigindo a demarcação dos territórios indígenas.

Quanto ao Banco Mundial, esclarece que os índios conhecem o Banco Mundial, mas não sabem exatamente o que significa.

AURÉLIO - Informa a existência de um projeto de lei, a ser votado ainda no corrente ano, sobre questões hídricas, a ele tendo sido anexado um outro que trata da regulamentação dos *royalties* compensatórios para produção de energia elétrica. A propósito, considera curioso o fato de o projeto prever um percentual a ser repassado ao Ministério do Exército, para proteção dessas obras, principalmente em áreas onde não há muito contacto com grandes centros populacionais e assim por diante.

RAIMUNDO NONATO (Executiva da CUT-Pará/GTA) - Insiste na pergunta feita pelo companheiro Jean-Pierre e solicita esclarecimentos a respeito do assunto, já que é de seu conhecimento que vários grupos indígenas têm afinado relacionamento não só com o Banco Mundial, mas também com bancos nacionais e outras instituições.

No que se refere à necessidade de maior integração entre os movimentos indígenas e outros segmentos da sociedade brasileira, em particular na Amazônia, informa que a CUT estará promovendo, em maio deste ano, o movimento intitulado "Grito dos Povos da Amazônia por Cidadania e Desenvolvimento", com vistas a uma completa articulação dos atores sociais na Amazônia e no resto do País. Indaga qual a posição do expositor, na condição de coordenador da COIAB, em relação a esta proposta.

ORLANDO BARÉ - Esclarece que no próximo dia 15 de março uma equipe de Manaus estará se deslocando para o sul do Pará, com apoio dos sindicatos dos trabalhadores, seringueiros e outras entidades, para iniciar uma discussão sobre a questão da aliança dos povos indígenas com outros segmentos da sociedade civil, por sua relevância na luta contra o inimigo comum, como prova a discussão que está sendo levada a cabo neste Seminário.

No que se refere ao problema do Banco Mundial, esclarece que não pretendeu generalizar quanto ao desconhecimento do papel do Banco, mas, sim, ressaltar que a maioria dos índios não sabe do que se trata, não obstante haja líderes com ele afinados. Reafirma a necessidade de ser estabelecida uma política consentânea com as tradições culturais dos índios, confrontando-a, por exemplo, com os grandes projetos

econômicos. Considera este um problema de difícil equacionamento, já que implica, primeiro, todo um trabalho de conscientização, sob o risco de os povos indígenas serem enganados pelos demais setores, que se encontram muito bem articulados. Daí, a seu ver, a importância de a questão ser exaustivamente discutida.

EDUARDO OLIVEIRA (Comando Nacional dos Trabalhadores em Saneamento e Meio Ambiente) - Esclarece que, quanto à política e o sistema nacional de recursos hídricos, houve uma proposta do Executivo, durante o Governo Collor, no sentido de que o assunto fosse discutido no Congresso Nacional e votado em regime de urgência urgentíssima, por pressão do setor elétrico e do setor agrícola, o qual, porém, com a articulação dos partidos, não foi avante. Assinala tratar-se de projeto de lei bastante ruim, bastante centralista, atribuindo ainda grande poder ao setor elétrico na questão da gestão das águas, e cujo relator foi o Deputado Fábio Feldman, que promoveu uma discussão sobre o assunto em São Paulo, no FUNDAPE, no ano passado. Esclarece ter havido nova reunião, em janeiro deste ano, no Instituto Latino-Americano - ILAM, que recomendou uma ampla discussão nacional do problema, quando foi proposto, inclusive, um substitutivo ao projeto, mais interessante, com a participação dos vários setores direta ou indiretamente ligados a essa questão, eis que até aquele momento participavam apenas setores ligados à tecnocracia do campo hidráulico, com apenas alguns integrantes de outros setores, como o ambientalista, por exemplo. Assinala que a grande proposta extraída dessas discussões é a de que, como a questão água está muito ligada à discussão das competências fixadas na Constituição Federal, essa análise deveria ser lentamente amadurecida e consolidada só após a revisão constitucional.

Refere-se à inclusão, nessa proposta, do repasse de certo percentual ao Ministério do Exército, para defesa dos recursos hídricos nas fronteiras.

Por último, destaca a importância de ser levada a cabo uma discussão com o setor elétrico sobre a lei que dispõe sobre **royalties**, a qual, elaborada ainda no Governo Sarney, deixou de ser regulamentada por pressão do setor elétrico, não havendo perspectiva de que isto venha ocorrer em breve espaço de tempo.

ANALZITA MILLER (Fundação Ecotrópicos/Forum MT) - Considera interessante o aspecto levantado pelo expositor a respeito da falta de informações, por parte dos índios, sobre a atuação do Banco e sugere como uma das recomendações deste Seminário a de que essas discussões sobre os bancos multilaterais sejam promovidas especialmente onde se prevê a implantação de grandes projetos e em outras regiões do País, dado o desconhecimento que em geral se verifica na

maioria dos segmentos da sociedade brasileira quanto à atuação dos bancos multilaterais.

JOSÉ CARLOS GADELHA (Forum RO) - Apóia a proposta da Sra. Analzita Miller.

Refere-se ao problema da participação direta de caciques na comercialização de madeira em Rondônia e destaca o fato de isto representar a única alternativa econômica que eles têm. Solicita esclarecimentos ao orador relativamente à atuação da COIAB na discussão das alternativas de subsistência das aldeias indígenas.

ORLANDO BARÉ - Esclarece, mais uma vez, a questão referente ao desconhecimento dos povos indígenas em relação à presença do Banco Mundial e enfatiza novamente a importância de uma conscientização sobre o assunto, por parte dos indígenas, com base em um constante repasse de informações, para que saibam exatamente que tipo de ideologia permeia a atuação do Banco.

Quanto à questão das alternativas econômicas para as aldeias indígenas, informa que simplesmente nada existe, em termos de política, a este respeito, já que com ela não se preocupa o Estado brasileiro.

Discorre, a seguir, sobre a atuação da COIAB e informa que a entidade vem discutindo com cada grupo os tipos de recursos eventualmente disponíveis em cada área. A propósito, assinala iniciativa da Federação do Rio Negro, de constituir uma equipe para discutir juntamente com as aldeias essas alternativas.

Ressalta, por fim, a importância da luta dos povos indígenas, eis que a questão indígena se insere em todas as demais questões nacionais, especialmente no que diz respeito aos direitos estabelecidos pela Carta de 88. Expressa o receio dos índios de não se tornarem realidade as conquistas ali fixadas e chama a atenção do Plenário para a importância do prosseguimento dessa luta, inclusive com o apoio integral de todos os participantes do Seminário.

JOÃO DAL POZ - Apresenta duas comparações: primeiro, quanto à lógica de financiamento de projetos das agências multilaterais que se tenta aplicar num país tropical e subdesenvolvido como o Brasil; segundo, quanto ao fato de que os resultados são bastante parecidos com os de todas as experiências governamentais e não governamentais na implantação de projetos de desenvolvimento em comunidades indígenas. A propósito, refere que, numa análise geral dos projetos da década de 70, feitos pela FUNAI, da década de 80, feitos por não governamentais e até, no caso de alguns, pelas próprias comunidades, constata-se tratar-se de projetos econômicos para comunidades fadados ao fracasso,

não por incompetência ou por incapacidade dos povos indígenas, mas, simplesmente, porque a lógica dessas sociedades não é a lógica da reprodução do capital. Exemplifica com o caso do Projeto Xavante, em que o desgaste do equipamento, por exemplo, era, em certos momentos, maior do que a produção de arroz.

Enfatiza que a lógica do Banco Mundial não é a mesma dos que aqui vivem e menciona também o exemplo do Estado de Mato Grosso, onde quase toda a verba do Prodeagro já está toda loteada pelos caciques políticos da região. Lamenta que o próprio Governo não reconheça este fato, já que seu interesse repousa basicamente nos recursos previstos nos vários programas.

Conclui, remetendo esta questão à reflexão do Seminário.

(INTERVALO)

FASE DE DEBATES

RUBENS BORN - Desenvolve a questão relacionada com a sugestão que ofereceu antes, de instauração, pelos bancos multilaterais, de comissões de sindicância, esclarecendo que a idéia é pressioná-los ou mesmo ameaçá-los, quando eventualmente assumirem uma postura de omissão em projetos cujo planejamento apresentem incoerências e prejudiquem as comunidades envolvidas. Exemplifica com o programa de canalização de vales e córregos, no Estado de São Paulo, durante a gestão do Prefeito Jânio Quadros, envolvendo a participação de empreiteiras e recursos do BID e o não cumprimento da legislação, tanto no que se referia ao problema ambiental quanto ao que dizia respeito à questão do financiamento. Registra que, no caso, representantes de algumas entidades foram a Washington e, através de denúncias e ameaças junto ao BID - com o apoio, inclusive, da EDF - conseguiram que uma comissão de sindicância do Banco fosse enviada a São Paulo para analisar a questão *in loco* e solucionar o problema.

NANDO (?) - Oferece maiores detalhes sobre o episódio referido pelo companheiro Rubinho e esclarece que, no caso, ficou comprovado tratar-se pura e simplesmente de atender a interesses ligados à especulação imobiliária, em prejuízo das comunidades locais e em benefício das classes mais favorecidas.

STEPHAN SCHWARTZMAN - Assinala a importância dos momentos nesse processo, já que, a seu ver, a força da pressão do Banco é diretamente proporcional à crise de identidade que o Banco vem passando. Esclarece que naquele momento o Banco Interamericano já estava sofrendo transtornos por causa da polêmica em torno da questão da reposição de capital, com

uma grande briga entre o Banco e o conselho diretor dos países membros sobre o aumento de capital - os Estados Unidos procuravam ampliar seu poder no Banco, o que os países do Sul tentavam evitar.

Informa ter havido também, na época, uma forte discussão interna no Banco sobre a eficácia e a qualidade dos projetos, dada a acusação, por parte dos Estados Unidos, de postura clientelista da parte do grupo de países que havia aprovado os projetos sem a preocupação com um controle de qualidade.

Assinala que com isso pretende demonstrar que, no caso há pouco referido, o momento foi propício e o Banco se sentiu obrigado a agir. Destaca que agora se encontra em curso novamente um processo de negociação de aumento de capital e que, embora o clima não esteja tão polemizado quanto naquela época, o momento é potencialmente interessante para sobre ele exercer uma pressão mais eficaz.

MODERADORA (Yara Pietricowsky de Oliveira) - Sintetiza os principais pontos levantados: necessidade não só de articular alianças com os aliados do Norte, mas também tentar estabelecer ações que tragam, através de comitês de sindicância, pessoas do Banco Mundial para analisar os projetos no Brasil.

Passa a palavra ao companheiro Brent Millikan, para tratar da segunda questão oferecida para debate e relacionada com a participação e articulação em nível local e em nível internacional.

BRENT MILLIKAN (Instituto de Estudos Amazônicos, Rondônia) - Sugere uma reflexão em conjunto a respeito dessa questão e considera um fator extremamente importante para a eficácia dessas campanhas junto aos bancos multilaterais e organismos de desenvolvimento a disponibilidade de informações de campo, de nível local, sobre a realidade do que estava acontecendo e que contrastava com os objetivos dos projetos, fato muitas vezes não detectado pelos técnicos do Banco.

Menciona o exemplo do Polonoroeste, de cuja ação participou juntamente com a EDF e outras entidades, quando foi possível mostrar ao Banco os desvios que haviam ocorrido no projeto, na parte ambiental, no componente indígena, na parte referente à colonização e assim por diante, e que o Banco não pôde contestar.

Ressalta a importância de uma presença em nível local, para acompanhamento dos projetos, mas que tem sido marcada pela improvisação e pela falta de infra-estrutura, por parte das ONGs que têm atuado nessa área, quando se considera o tipo de levantamento exigido por esse tipo de ação. Reconhece que as estratégias têm que ser diversificadas, conforme as

exigências de cada região, mas insiste na necessidade de refletir-se sobre o que é preciso realmente fazer em termos de monitoramento, acompanhamento e análise, no âmbito desses projetos, e o que isto significa em termos de recursos humanos para o trabalho local de pesquisa e levantamento.

Exemplifica com a política fundiária da Rondônia, que considera grave, já que nem a legislação nem os acordos do Governo brasileiro com o Banco Mundial são obedecidos, constituindo um caso perfeito para uma ação civil pública contra o INCRA, algo que jamais ocorreu antes, por sua atuação na condução da política fundiária na Amazônia. Esclarece que, por incrível que pareça, não há em Rondônia um advogado especializado em política ambiental, o que dificulta a atuação das entidades, que não contam, assim, com uma assessoria jurídica para tratar desses casos.

Sugere, para concluir, seja considerada a questão da estruturação das ONGs, em termos de um assessoramento jurídico, técnico e, inclusive, de estratégia de comunicações, para que possam atuar da melhor maneira possível.

BENATTI (Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos) - Assinala a morosidade que em geral caracteriza uma ação civil pública e exemplifica com o caso relacionado a uma ação desse tipo de que participaram entidades sindicais e ONGs, articuladas com organismos nacionais, contra o Projeto Grande Carajás, para barrar a produção de carvão vegetal, estando o processo até hoje paralisado na Procuradoria.

Esclarece, ainda, que a ação jurídica não está desvinculada de uma pressão política ou de uma articulação por parte das entidades, tanto locais quanto nacionais, havendo necessidade de ser pensada globalmente e não de forma isolada, do contrário podem ser cometidos erros que esvaziariam o movimento, já que significaria afastar o conflito da área e jogá-lo para longe do movimento, equívoco que não pode ser cometido.

STEPHAN SCHWARTZMAN - Pondera que, considerando-se que o Banco sempre alega não poder liberar documentos sobre os projetos, sob o pretexto de que são de propriedade do Governo, esse tipo de ação talvez seja uma estratégia interessante para possibilitar o acesso às informações relacionadas com o projeto.

LUIZ DALLA COSTA - Considera interessante essa discussão sobre como articular a atuação das entidades no nível local ou em nível nacional e internacional. Assinala, porém, que as ações ocorrem nas bases locais e indaga: como evitar o esvaziamento da luta e, em segundo lugar, como potencializar ainda mais o movimento de resistência da população local a esses projetos?

Conclui afirmando ser importante que o componente da organização popular esteja inserido em qualquer dessas instâncias.

ANALZITA MILLER - Esclarece que sempre quem negocia, nos exemplos citados, de Mato Grosso e Rondônia, a partir de determinado momento, é sempre a pessoa que representa o Banco Mundial - no caso, o Coriolio (?) - e o Forum Matogrossense, em relação ao Prodeagro. Considera, por experiência própria, que o processo é um tanto desconectado, já que normalmente apenas o Coriolio fala em nome do Banco Mundial, sem que a entidade saiba o que se passa lá em cima ou o que está acontecendo em baixo.

Propõe, enfim, uma busca de canais específicos, a fim de que não haja comunicação apenas com uma pessoa, o representante do Banco Mundial.

SÉRGIO GUIMARÃES - Considera fundamental a parceria entre as ONGs locais e aquelas que atuam junto aos bancos multilaterais, notadamente em Washington. A partir de sua experiência no Forum de Mato Grosso, acredita que a falta de estrutura cria dificuldades até primárias, inviabilizando estratégias de ação das ONGs. Daí, para concluir, enfatiza a importância da parceria e da estruturação das entidades locais.

ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA - Manifesta concordância em relação à questão referida pelo interpellante anterior e refere um caso de que participou, em termos de ação pública, em que um dos réus era o Banco e na qual se exigia a apresentação de toda a documentação, o que surpreendeu até a imprensa, pela possibilidade de colocá-los frente à Justiça e de obrigá-los a apresentar a documentação.

Ressalta que, para tanto, é preciso ter **staff** e conhecimentos técnicos, além de um mínimo de domínio de legislação nacional, tanto na área de concorrências quanto na de política ambiental, e ter certa compreensão quanto à questão das relações internacionais, em termos da representação do Banco no País e assim por diante.

Considera um canal a ser explorado e que vale a pena tentar formar um grupo que reflita sobre o assunto e transformar essas experiências em experiência coletiva, a fim de prestar assessoria às entidades nessa área.

JEAN-PIERRE (FASE) - Ressalta o caráter elitista implícito até recentemente no acesso à informação, já que poucas entidades ou poucas pessoas a ela tinham acesso real, o que fazia com que essas pessoas obtivessem pouca informação e nunca uma informação direta. Acrescenta que, no movimento que representa, poucos possuíam conhecimentos internacionais

sólidos e, além disso, poucos tinham conhecimento do idioma inglês. Assinala que a informação, portanto, era privilégio de uma certa camada intelectualizada, que a repassava quando podia e quando queria, mas nunca a informação direta. Informa que até há dois anos não se sabia sequer o que era Banco Mundial - e esclarece estar se referindo a uma entidade internacional, a BI... (?) - o que dificultava o repasse de informações aos programas e ao campesinato, ao morador dos subúrbios.

Destaca, no caso, duas pontas: de um lado, o elitismo e, de outro, a forma de repassar a informação. Acredita estar-se no caminho certo, neste Seminário, já que a questão internacional não era importante para o morador de bairro, para o camponês, embora o fosse para certos segmentos que abriram este caminho (índigenas, extrativistas etc.).

Portanto, a seu ver, é preciso, primeiro, mostrar que a problemática internacional é, no caso, uma questão brasileira- e neste sentido a ECO-92 foi uma grande oportunidade para as ONGs, já que de fato interiorizou várias coisas.

Em segundo lugar, é preciso mostrar que tudo isso tem a ver com as realidades locais, havendo, portanto, todo um trabalho pedagógico a fazer, de como construir uma ponte entre os dois lados.

Terceiro, há o problema de como repassar a informação sobre o Banco Mundial, sobre os bancos multilaterais e assim por diante. Acredita necessário, aí, um esforço no sentido de serem produzidos alguns textos na língua indígena, vernacular, para que a informação seja transmitida imediatamente, responsabilidade que não pode ser só das organizações. Aponta o exemplo de texto recente, contendo avaliações do Banco Mundial sobre o Polonoroeste, mas produzido em inglês e que, portanto, não pode ser compreendido, por exemplo, pelo pessoal da FASE de Guaporé.

Em conclusão, destaca a importância de ser analisada toda essa problemática incorporando a dimensão internacional e convoca todos os companheiros a tentarem construir algo juntos, com a participação das entidades do Norte e, inclusive, com a ida ao exterior das várias lideranças.

MARCOS ARRUDA - Assinala uma outra dimensão de questionamento dos bancos e, em particular, do Banco Mundial, que, a seu ver, é importante considerar e que por vezes é deixada de lado: a lógica que inspira os projetos, o conceito de desenvolvimento que embasa esses projetos e as políticas que decorrem dessa lógica - tudo isto significando uma outra área de discussão com o Banco Mundial e que, de modo geral, nele não tem espaço.

Esclarece que o grupo de trabalho que está coordenando representa esse espaço, no qual pode ser feita a conexão entre as questões de campo e aquelas grandes questões globais, ou seja, a da lógica, a dos conceitos e a das políticas.

Ressalta o fato de que, agora, no início dos anos 90, após o colapso das economias da Europa Central e da Europa Oriental, de todas as experiências com um socialismo estatizado, enfrenta-se o desafio de repensar caminhos, sendo importante uma redefinição da democracia e do papel desses atores.

Considera igualmente fundamental repensar um modelo de socialismo, talvez até de socialismo latino-americano, brasileiro, que não seja copiado de qualquer experiência histórica e dando ênfase a um novo ser social, a sociedade, varrida da maioria das experiências concretas de socialismo, embora tenha estado na origem da proposta socialista, e que é preciso ser considerada como o verdadeiro sujeito do desenvolvimento, sujeito da sua própria história, não estando mais restrita unicamente ao setor privado, conforme a lógica capitalista, para quem o trabalhador é apenas número, salário, não é ser humano, não é sujeito, não é criador - força produtiva, para o capitalista, é o capital, não o trabalhador.

Dai considerar fundamental redefinir-se a democracia colocando-se como sujeito principal a sociedade, concebida como a totalidade da população de cada país e, em termos globais, a totalidade da população mundial, cada vez mais dividida entre os que contam e as crescentes maiorias que não contam e que, na verdade, deveriam até desaparecer.

Neste sentido, assinala que no campo da relação com os bancos multilaterais cabe às ONGs uma luta difícil, a de mostrar ONGs e organizações populares como a crista de um sujeito novo que se está propondo para atuar no campo do desenvolvimento internacional, o qual não é mais só o Estado, mas a sociedade civil organizada.

Conclui enfatizando a necessidade de que eles a reconheçam como um sujeito de interlocução e que passa a fazer parte das definições e da implementação das políticas de desenvolvimento.

RUBENS BORN - Quanto à questão da transmissão da informação básica, referida pelo companheiro Jean-Pierre, assinala o fato de muitas pessoas, ainda hoje, não conhecerelem a diferença entre BID e BIRD e, além disso, não estar claro, para a maioria das entidades, o processo de encaminhamento dos projetos, com suas várias etapas, no âmbito dos bancos multilaterais, e em que ponto se pode interferir nesse

processo. (Lamenta, a propósito, que o Steve não tenha tido tempo de detalhar este aspecto.)

Aplaudiu a realização deste Seminário, pela troca de experiências e pelo conhecimento do mérito de cada empreendimento que está propiciando aos participantes.

Sugere seja dada a conhecer essa tramitação, para que as entidades possam saber em que momento interferir e seja feita uma reflexão sobre as instâncias oficiais envolvidas e do papel das ONGs e sobre qual seria o referencial utópico para mudar esse processo - eliminar pura e simplesmente essas instituições ou democratizar esses aparelhos financiadores, democratizar os aparelhos de Estado em nível nacional e em nível internacional, no âmbito da ONU e assim por diante.

No que diz respeito ao conceito de desenvolvimento, reafirma, para finalizar, a necessidade de levar em conta a questão do mérito dos financiamentos, para saber o que está errado. Exemplifica com o programa de despoluição do rio Tietê, com financiamento do BID, o qual foi elaborado com base na legislação atual de São Paulo, bastante ambígua no que se refere à questão da redução da carga poluidora por parte das indústrias.

STEPHAN SCHWARTZMAN - Retomando a questão levantada pelo companheiro Jean-Pierre, considera extremamente importante sua sugestão relacionada com a circulação das informações referentes aos bancos multilaterais. Informa sobre a existência de um texto em português que, embora um pouco desatualizado, representa uma tentativa de explicação sobre o significado do Banco Mundial e do BID, o qual coloca à disposição do Plenário.

EDUARDO OLIVEIRA - No bojo dessa discussão sobre os mecanismos de ação e da forma de funcionamento das agências, assinala que talvez fosse interessante, além de conhecer as etapas de tramitação dos projetos, ter uma idéia sobre a dinâmica de funcionamento do Congresso norte-americano, no que se relaciona com a aprovação das verbas do Banco Mundial e do BID.

Sugere, ainda, que, se possível - e dada a experiência das ONGs na questão institucional em nível nacional e em nível internacional - os promotores do Seminário fornecam às entidades material relativo à legislação norte-americana e internacional mais importante, que se insere no arcabouço de questões interessantes e que podem tornar mais eficiente uma eventual interferência dessas organizações no processo.

Informa sobre a realização, em maio ou junho, do 3º Encontro Nacional de Trabalhadores em Saneamento, com a participação de sindicatos e federações da área de

saneamento e meio ambiente e recursos hídricos, congregando cerca de 80 mil trabalhadores de todo o Brasil, para o qual foram articulados seminários regionais para discutir, por exemplo, a questão institucional. Assinala que, em virtude disso, seria importante o fornecimento de informações sobre os bancos multilaterais, para serem utilizadas naquele evento, dado o interesse que despertam junto aos participantes, em face dos vários projetos que estão sendo implementados na área e cuja análise precisa ser aprofundada pelas populações envolvidas.

Conclui referindo-se à questão da privatização, sobre a qual o noticiário da imprensa informa ter o Banco Mundial contratado o estudo da privatização do sistema de águas e esgoto. Estranha tal fato e solicita maiores detalhes sobre o assunto.

CARLOS MULLER (Fundação Vitória Amazônica, Manaus) - Aduz comentários sobre a atuação e o funcionamento do Banco Mundial, esclarecendo que funcionários do Banco ganham comissão sobre a concessão de empréstimos.

Destaca o fato de o Banco estar se reformulando e se tornando mais "verde" em função do trabalho de pessoas como o Steve, a Bárbara e várias outras pessoas e entidades que em Washington têm pressionado o Banco, defendendo bandeiras como a da destruição da Amazônia e outras.

Acredita ser necessário também pensar em mecanismos para alterar tudo isso, talvez, na raiz, já que considera pouco apenas traduzir folhetos e distribuí-los no Brasil apenas para transmitir informações sobre o Banco. Indaga se não seria possível pressionar o Congresso norte-americano, no sentido de serem criadas comissões de caráter permanente do país interessado, nos dez maiores países em que o Banco atua - a propósito, lembra a figura do **ombudsman**, existente em alguns jornais - para procederem a avaliações técnicas e ao acompanhamento dos projetos de interesse do País, além de divulgarem informações sobre o significado do Banco e sua atuação na área desses projetos.

STEPHAN SCHWARTZMAN - Informa que, pensando nessa questão, os promotores do Seminário convidaram o representante da Fundação Ford para dele participar, o qual, no entanto, não pôde comparecer. Assinala a existência de mobilização neste sentido em vários países, além de uma ampla discussão, envolvendo dezenas de entidades da Índia, da África e de outras áreas, com a finalidade de cortar os recursos da Agência de Desenvolvimento Internacional, instância do Banco Mundial que empresta dinheiro, sem juros, aos países mais pobres - e isto não inclui o Brasil - já que na Índia, por exemplo, há movimentos que procuram interromper o financiamento a barragens muito mais desastrosas do que

algumas que o Banco financiou aqui, o mesmo ocorrendo na Tailândia e em vários países da África.

Considera interessante a sugestão, mas enfatiza a importância deste Seminário, que constitui a primeira reunião das entidades para troca de experiências.

MARIA DAS GRAÇAS PAIVA - A propósito da riqueza de informações propiciada por este Seminário, sugere a publicação periódica, por alguma entidade, de um informativo para transmissão não apenas desses dados, mas também de informes sobre os bancos multilaterais, sobre a experiência daqueles que por visitarem outros países possuem outro tipo de visão e também sobre a luta daqueles que obtendo sucesso podem ajudar outros a também serem bem sucedidos.

ANALZITA MILLER - Solidariza-se com as propostas referentes à transmissão de informações e ao conhecimento da legislação norte-americana.

Alerta os participantes do Seminário para o alegado "esverdeamento" dos projetos financiados pelo Banco Mundial. Refere-se ao exemplo do Prodeagro, negociado, no âmbito do Banco Mundial, como um projeto de manejo dos recursos naturais do Estado de Mato Grosso, o que, a seu ver, é algo bastante sério, por implicar a discussão de todo um modelo de ocupação, quando, na verdade, não haverá mudança de modelo, já que o componente ambiental é muito pouco controlado e o Banco Interamericano pretende financiar o projeto de implantação de uma hidrovia, diametralmente oposto aos objetivos do Prodeagro.

Propõe uma reflexão sobre esse "esverdeamento" e que não se continue a falar em "componente".

RUBENS BORN - Solidariza-se com o companheiro Carlos, por sua sugestão referente à criação de uma espécie de ouvidoria. Sugere que na sessão de amanhã o Seminário discuta com mais detalhes o assunto.

ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA - Assinala a deficiência do movimento como um todo e a necessidade de serem criadas condições operacionais e de transmissão de informações objetivas.

MARCOS ARRUDA - Sugere seja solicitado às entidades do exterior um repertório de casos típicos, característicos, bem como de formas de encaminhamento, de modo a ajudar as entidades nacionais a repensarem sua atuação em cada área, o que poderia constituir importante contribuição para o movimento no Brasil.

MODERADORA (Yara Pietricowsky de Oliveira) - Informa que os pontos levantados e as respectivas sugestões estão sendo

registrados para produção de uma ata, a ser encaminhada posteriormente a todos os participantes, com vistas a ações futuras.

MARCOS ARRUDA - Sugere que as ONGs, juntamente com os movimentos populares, começem a elaborar, elas próprias, projetos alternativos, com a participação integral das populações a serem atendidas e com base em uma lógica totalmente diferente da habitualmente adotada pelo sistema, buscando os recursos daquelas instituições de forma direta. Assinala que a idéia é "puxar" e não ser só reativo, começando a testar projetos alternativos, a partir de uma lógica de democracia participativa.

EDUARDO OLIVEIRA (?) - Solicita do representante da EDF esclarecimentos sobre estudos que estariam sendo feitos, no âmbito do Banco Mundial, relativamente à questão da privatização.

STEPHAN SCHWARTZMAN - Informa que a única informação que possui, no momento, é a que consta da pauta dos projetos do Banco Mundial, mas que o assunto poderá ser pesquisado.

MODERADORA (Yara Pietricowsky de Oliveira) - Dá por encerrada a sessão, convocando outra para amanhã, com início às 8:00 horas, quando funcionarão como moderadores os Srs. Henri Acselrade (IBASE), na parte da manhã, e Tony Gross, à tarde.

(ENCERRA-SE A SESSÃO)

ATA DA TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA

As 8h40min do dia 11 de março de 1993, teve início a terceira sessão plenária do Seminário, sob a direção do Sr. Henri Acelrade, que atuou como moderador e que passa a palavra aos expositores da Mesa 8, Srs. Luiz Augusto Azevedo e Marco Antônio Mendes, do Forum Acre, que discorrerão sobre o tema "O PMACI e a Rodovia BR-364 (Porto Velho-Rio Branco)".

* *

(MESA 8)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR MARCO ANTÔNIO MENDES (Consultor do Banco Interamericano)

Informa estar participando não só na qualidade de consultor do Banco Interamericano, mas também na de ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado do Acre, tendo acompanhado o PMACI (Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas) desde a sua concepção, em 1984/85. Assinala que em sua exposição vai tratar do primeiro momento do projeto, quando de sua negociação entre o Governo brasileiro e o BID, ficando os esclarecimentos do projeto a cargo do outro expositor, Luiz Augusto Azevedo.

Assinala, em primeiro lugar, que o PMACI é um componente ambiental do projeto rodoviário de asfaltamento da rodovia BR-364, trecho Porto Velho/Rio Branco, asfaltamento este que por sua vez tinha dois componentes ambientais. Um, direto, envolvendo as obras propriamente ditas de pavimentação da estrada e o indireto, que previa ações em relação às comunidades indígenas, à educação ambiental e extensão florestal, ao zoneamento do território, à criação de áreas de proteção e unidades de conservação de um modo geral e um componente, de fiscalização e controle.

Esclarece que o projeto foi concebido para uma área de 252 mil quilômetros quadrados, envolvendo parte dos Estados do Acre, de Rondônia e do Amazonas, tendo constituído uma exigência do Banco Interamericano junto ao Governo brasileiro para que concedesse o empréstimo. Acrescenta ter sido inicialmente todo concebido por órgãos federais, apesar de no primeiro momento ter ocorrido um processo de discussão relativamente amplo, envolvendo a sociedade, os órgãos estaduais, ficando, porém, a decisão final sobre a concepção

do projeto centralizada no âmbito do Governo Federal, já que era coordenado pelo IPEA e executado pela SEMA, pelo IBDF, pela EMBRAPA, pelo INCRA e pela FUNAI, com apoio do IBGE na questão do zoneamento. Nos primeiros anos, quando da implementação de algumas ações emergenciais e da elaboração de um plano de ação definitivo, no período de 85/89, o projeto praticamente não contou com a participação da sociedade na sua implementação, eis que sua execução ficou exclusivamente a cargo de instituições federais.

Prossegue discorrendo sobre a implementação do projeto e afirma ter havido muito questionamento no início. Em termos deste Seminário, afirma que valeria a pena ressaltar o momento em que houve grande articulação entre as instituições locais, principalmente do Acre, Estado mais afetado, e organizações internacionais, basicamente o momento em que o próprio Chico Mendes começou a participar dessa discussão, coincidindo com a época da realização da sétima reunião de capital do BIRD, quando iria ser aumentado o capital do Banco. Assinala que através dessa articulação de instituições nacionais e internacionais e da pressão que então se exerceu sobre o Congresso norte-americano, quando este pressionava o Governo americano no sentido da reposição do capital do Banco, o projeto foi paralisado, em 1988, já que, na verdade, as obras da rodovia andavam mais rapidamente do que as de proteção ambiental e de apoio às comunidades indígenas.

Ressalta que esse momento, em nível de Brasil, coincide com uma certa militarização do projeto, eis que, apesar de então coordenado pelo IPEA, a SABEM (?), órgão que substituiu o Conselho de Segurança Nacional, passa a ter uma interferência direta e a ter efetivamente o comando do projeto, criando, inclusive, uma série de problemas em relação à questão indígena, tendo sido um período de negociação bastante complicado, embora produtivo em termos do que viria depois.

Esclarece que a partir de 1990, com a criação da Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República, começa um momento novo em termos de execução do projeto, com uma abertura para maior participação das comunidades locais na formulação das ações que iriam e estão sendo implementadas.

Passa a discorrer sobre algumas contribuições que considera importantes do projeto. Em primeiro lugar, dentro do próprio Banco Interamericano, apesar de muito pequeno o projeto - todo o contrato envolve 940 milhões de dólares, com apenas 10 milhões de dólares para o componente ambiental indireto - no entanto, pela questão política, pela forma de encaminhamento, pelas articulações que dele decorreram, ele assustou efetivamente o Banco, obrigando-o a considerar mais seriamente a questão ambiental, causando o mesmo efeito no Governo brasileiro. Ou seja, foi uma oportunidade em que a

pressão internacional se materializou de maneira muito concreta e objetiva.

Quanto à participação das ONGs, esclarece que, na última fase, a partir do momento em que o projeto se abre e se democratiza a informação, ocorre o acesso à discussão e as ações passam a ser planejadas em conjunto e executadas principalmente por órgãos estaduais e organizações não governamentais, de tal forma que, em 1991, quarenta por cento alocados pelo PMACI foram gastos através de ONGs e, em 1992, cinquenta e oito por cento. Enfatiza o fato de o projeto ter, hoje, um peso essencialmente na atuação das ONGs.

Conclui assinalando que, pela atuação relativamente bem sucedida destes últimos anos, chegou-se, em determinado momento, a pensar em utilizar o modelo de execução do PMACI atual para implementar as ações no G-7 - isto, na época em que o José Lutzenberger era o Secretário Nacional de Meio Ambiente - dada a agilidade e leveza com que poderia ser conduzido.

* *

(MESA 8)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR LUIZ AUGUSTO AZEVEDO (Forum Acre/Centro dos Trabalhadores da Amazônia)

Esclarece, inicialmente, que não entrará no mérito das consequências do asfaltamento da rodovia BR-364 (toda a desagregação econômica, social e ambiental que ela causou), por ser uma questão já bem conhecida de todos, mas, sim, da relação entre as ONGs e o PMACI.

Destaca, inicialmente, duas fases: primeiro, uma ação única e exclusivamente dos órgãos federais, desconsiderando totalmente a experiência dos trabalhos desenvolvidos por órgãos locais, com aspectos negativos, na maioria dos casos, e alguns positivos.

Quanto aos aspectos negativos, refere que, por desconhecimento dos técnicos do Governo Federal, a área de influência que eles definiram no programa foi meio absurda, eis que abrangeu áreas que não sofreriam muita influência da BR-364. Da mesma forma, consumiram grande parte dos recursos alocados para o programa na produção de um diagnóstico, pelo IBGE, de pouca utilidade como subsídio para algum levantamento prático no programa.

Como aspecto positivo refere algumas demarcações de áreas indígenas, propostas pelo programa e que de fato aconteceram.

Afirma que a segunda fase foi a do reconhecimento das experiências locais, principalmente a partir das suas organizações não governamentais, e também da experiência de algumas instituições governamentais, o que fez com que o PMACI realmente começasse a deslanchar (refere-se especificamente ao Estado do Acre e às organizações que lá se encontram).

No que se refere aos aspectos positivos, assinala que essa atuação proporcionou a execução direta, pelas ONGs, do aporte previsto no programa, refletindo o fortalecimento das organizações não governamentais no Estado, inclusive com um projeto de apoio institucional que nem estava previsto no PMACI. O projeto, portanto, possibilitou o fortalecimento de várias entidades, como sindicatos, associações, cooperativas e também de ONGs de assessoria. Possibilitou, ainda, a união de várias dessas entidades na execução conjunta de alguns projetos.

Assinala que outro aspecto positivo seria a incorporação da sociedade civil, com significativo aumento na demarcação de áreas pelo programa, inclusive da Reserva Extrativista Chico Mendes, no Acre, o que se constituía em reivindicação antiga do movimento e que foi possibilitada com a implementação do PMACI.

Como pontos negativos da segunda fase, cita a obrigatoriedade de os recursos tramitarem na esfera federal, através dos convênios estabelecidos com o IBAMA, tornando o processo extremamente moroso e difícil para as ONGs. Esse aspecto burocrático foi negativo para o andamento dos projetos propostos pelas organizações não governamentais do Acre. Da mesma forma, o estabelecimento de normas, pelo IBAMA, referentes à prestação de contas e à execução dos projetos, inerentes a órgãos governamentais e para as quais as ONGs ainda não estão preparadas, do ponto de vista de sua infra-estrutura, o que de certa forma dificultou também o andamento do programa.

Assinala, nessa perspectiva, a incoerência representada pelo fato de fixar um prazo diminuto, de 30 dias, para a utilização dos recursos por parte das ONGs, embora demorassem um ano para aprovar os projetos, o que muitas vezes impossibilitava sua aplicação para fins de valorização, dada a demora na sua liberação.

Em conclusão, afirma que as organizações não governamentais estão conscientes de que é necessário dar continuidade ao PMACI na área, com uma discussão mais aprofundada dos aspectos negativos aqui citados, como mecanismo de fortalecimento da atuação das entidades locais.

Cita, igualmente, a necessidade de o PMACI ser mais abrangente, incluindo o trecho de Rio Branco a Cruzeiro do

Sul, onde se localiza a maioria das áreas indígenas do Estado, bem como a experiência relativa a outro projeto em execução no Acre - o Projeto de Manejo das Reservas Extrativistas - que está sendo uma experiência positiva, já que a execução está sendo repassada para as organizações locais, tanto não governamentais quanto estaduais do Acre, ao contrário do que ocorre com muitos outros projetos, como o Projeto ... (?), de uma agência canadense que está trazendo técnicos do Canadá para trabalhar no Acre, o que é considerado um absurdo e que está sendo discutido lá agora.

Finalmente, enfatiza a importância de uma ação conjunta das ONGs com os órgãos estaduais e municipais.

* *

FASE DE INTERPELAÇÕES

MODERADOR (Henri Acselrade) - Solicita esclarecimentos ao expositor sobre a questão da relação Forum Acre/CTA.

LUIZ AUGUSTO AZEVEDO - Esclarece que no Estado do Acre não existe o Forum, mas a regional do CTA, havendo, inclusive, entidades do Acre que não fazem parte do CTA.

MODERADOR (Henri Acselrade) - Solicita maiores detalhes sobre a história da formação desse movimento, articulado ao programa piloto.

LUIZ AUGUSTO AZEVEDO - Informa que o aparecimento do CTA e do programa piloto possibilitou maior união entre essas entidades. Esclarece que o Movimento (?) ainda não foi criado, apenas o CTA regional, que não só discute o programa piloto como outras questões políticas maiores, relacionadas a programas, bancos multilaterais e outras.

STEPHAN SCHWARTZMAN - Presta alguns esclarecimentos sobre o momento de negociação entre o BIRD, entidades locais e Governo Federal, em 1988, que considera um momento de grande importância do projeto, um verdadeiro divisor de águas. Esclarece que o projeto estava parado, o dinheiro não estava sendo desembolsado e o BIRD fez uma negociação com todas as entidades locais e órgãos estaduais envolvidos no projeto, a partir de uma proposta sobre como iria ser feita a alteração no projeto ambiental, do contrário o BIRD se afastaria e cancelaria o projeto. Fato que, a seu ver, possibilitou a reformulação do projeto e levou-o àquela segunda fase.

MARCO ANTÔNIO MENDES - Esclarece que a inviabilização do PMACI iria ocorrer em função do problema das comunidades indígenas, já que a SABEM naquele momento havia criado a categoria de colônias indígenas - havia um programa do Governo brasileiro de demarcação de algumas áreas indígenas

e algumas colônias indígenas - onde viveriam índios que, teoricamente, segundo eles, teriam um domínio total da nossa cultura e que, portanto, seriam diferenciados daqueles que viveriam nas áreas indígenas, sendo que estas seriam melhor assistidas do que as colônias. Obviamente, os índios não concordaram. Dado o impasse gerado por essa discussão, pelo fato de as organizações de defesa dos índios (CIMI, Comissão Pró-Índio e outras) não abrirem mão de suas exigências e o Governo Federal, na época, ter passado a comandar a negociação, principalmente através da SABEM, embora formalmente a coordenação do projeto coubesse ao IPEA, o BIRD já estava pronto para encerrar a questão e sair do projeto. Houve, então, uma interferência das ONGs locais e do próprio Governo do Acre para se chegar a um acordo e solucionar o impasse.

Ressalta que, no caso, a negociação em si foi um processo interessante, embora bastante penoso, mas dela resultou a continuidade do projeto pelo menos por mais algum tempo, até que eventualmente houvesse um novo impasse. Informa que o acordo previa a execução das ações de saúde e de educação em áreas indígenas, de apoio à produção das áreas indígenas, durante certo período, sendo que nenhuma demarcação de área indígena seria feita antes disso. Posteriormente o Governo proporia para cada comunidade um tipo de demarcação, ou como área ou como colônia indígena, o que aquelas comunidades teriam direito de aceitar ou não.

Assinala que, com a extinção dessa categoria de colônias indígenas alguns anos depois, essa questão deixou de ser pertinente na negociação. De qualquer forma, o Governo brasileiro também retirou do programa a demarcação das áreas indígenas, tanto que o PMACI não mais repassou recursos para demarcação dessas áreas, assumindo o compromisso de depois realizá-la com recursos próprios ou de outras fontes.

Destaca que essa negociação foi um indicativo, para o Governo brasileiro, dois anos depois, a partir da transferência do projeto para a Secretaria de Meio Ambiente, quando saiu da esfera do IPEA, de uma base que iria permitir a democratização de todo o processo. Ou seja, todo o procedimento utilizado naquele momento foi importante por haver possibilitado a execução do projeto, demonstrando, inclusive a relevância da participação da comunidade local.

Acrescenta um detalhe, que considera curioso, mas bem representativo dessa fase: houve momentos em que discutir a questão de saúde indígena era algo bastante complicado, já que o Governo Federal não abria mão de sua ingerência, por tratar-se de atribuição exclusiva da FUNAI. Como a FUNAI tem uma presença muito pequena na região - o CIMI e a Comissão Pró-Índio têm ali uma tradição muito grande, em termos de atuação junto a diversas comunidades da área do PMACI - de repente o PMACI discutia, por exemplo, um problema de

vacinação para as áreas indígenas, mas as ONGs já estavam fazendo um trabalho de vacinação e utilizando, naquelas áreas indígenas, o mesmo tipo de vacina que a FUNAI estava propondo. Isto demonstra uma duplicidade de esforços realmente desnecessária.

Conclui, enfatizando a importância daquele momento de negociação, em termos da presença das ONGs na região e da união relativamente grande entre as não governamentais e o Governo do Acre, que tinha interesse em que o projeto tivesse prosseguimento, com vistas a uma possível intermediação entre o BIRD e o Governo Federal para que o programa se concretizasse.

BRENT MILLIKAN - Solicita esclarecimentos sobre os aspectos relacionados a pontos temáticos e áreas de abrangência do programa, em termos, por exemplo, de como foi analisada a questão fundiária, já que 70% da rodovia se encontram no Estado de Rondônia.

Da mesma forma, pede esclarecimentos quanto à definição das áreas de abrangência do PMACI, levando-se em conta a questão dos garimpos de ouro do Rio Madeira, onde na faixa da BR na direção de Rio Branco, ocorrem problemas seriíssimos (destruição do meio ambiente, em face do uso de mercúrio e jatos d'água de forma ilegal e desordenada).

Quanto ao aspecto administrativo, indaga se os atrasos verificados foram um reflexo do momento político de 1992, da instabilidade decorrente da troca de dirigentes no IBAMA e na Secretaria de Meio Ambiente, ou uma decorrência da cronicidade dos entraves burocráticos, de difícil solução.

Terceira indagação: quando há defasagem no valor real dos convênios, tendo em vista o período que decorre entre a aprovação e a utilização dos recursos, como o BID faz a contabilidade, já que, não havendo correção, isto corresponde a um incentivo para atrasar a liberação dos recursos? Que está sendo feito para equacionar esse problema?

MARCO ANTÔNIO - Exibe um mapa para esclarecer a questão das áreas de abrangência do PMACI, definidas na época em que a participação foi exclusivamente de órgãos federais, tendo o PMACI ficado restrito à extensão geográfica definida originalmente por esses órgãos, sem influência das entidades locais.

Quanto às áreas temáticas, esclarece que o processo ocorreu praticamente da mesma forma, sendo cinco os programas contidos no PMACI (lê documento): ordenamento do território (a partir de dados levantados pelo IBGE, que até hoje retém as informações, às quais a própria coordenação geral do PMACI tem dificuldade de acesso); fiscalização e controle;

educação ambiental e extensão florestal; comunidades indígenas e áreas de proteção.

No que diz respeito à contabilidade, o contrato prevê que o Governo brasileiro primeiro gasta e depois cobra do Banco, sendo 60% de contrapartida nacional e 40% provêm do BID.

MARCOS ARRUDA - Indaga se o texto lido pelo expositor encontra-se disponível para fornecimento aos participantes.

Em segundo lugar, solicita maiores detalhes sobre o grau de participação da sociedade civil (ONGs e organizações populares de setores afetados pelo projetos) nas diferentes etapas, as dificuldades verificadas ao longo do processo de entendimento, qual a abertura proporcionada pelo BID para essa participação, quais os obstáculos a ela opostos pelo Governo Federal e qual a atitude da SABEM em relação a essa participação.

LUIZ AUGUSTO AZEVEDO - Esclarece que sua experiência com o PMACI deu-se a partir já da segunda fase, quando houve realmente a participação da sociedade civil, através das ONGs, sindicatos etc. Refere-se à oportunidade propiciada pelo momento em que se deu a abertura e à presença do Marco Antônio na condição de consultor do Banco na região, o que facilitou a atuação dessas entidades. Esclarece, ainda, que tais fatos possibilitaram o fortalecimento dessas entidades e que, embora não tenha havido uma avaliação conjunta do programa, ficou demonstrado que a participação da sociedade civil é a forma ideal de executar programas dessa natureza.

MARCO ANTÔNIO - Acrescenta que no momento em que se deu a paralisação do projeto, quando o próprio BID já tinha mais claro a importância da questão ambiental e da participação da comunidade local, o que aconteceu talvez tenha sido um grande teatro, já que teoricamente estavam sendo ouvidas e aceitas todas as ponderações tanto das ONGs quanto dos órgãos estaduais, mas, na verdade, tudo isto sob o controle da SABEM, que endossava o que era proposto pelo Governo Federal.

Refere, a propósito, o exemplo do Projeto de Monitoramento da Cobertura Vegetal, em que o Governo Federal deixou de fortalecer os órgãos estaduais, não permitindo sequer um trabalho conjunto destes com as entidades federais ligadas ao projeto.

Assinala que, no momento presente, no entanto, o procedimento adotado pela coordenação do projeto é ir à região e discutir com as lideranças locais e demais entidades um plano de trabalho adequado, a partir das propostas mais genéricas do Plano de Ação Definitivo - PAD, documento que formalmente rege o programa.

Esclarece, finalmente, que o PMACI já sofreu cinco prorrogações por parte do BID, sendo que, em termos formais, seu prazo vence agora, no dia 14 de março, estando sob análise do BID a possibilidade de prorrogá-lo por mais um ano.

RICARDO ARNT (Jornalista/TV-Bandeirantes)(??) - Chama a atenção para o valor simbólico, político, muito importante, do PMACI, para todos aqueles que se preocupam com a Amazônia, especialmente para os participantes do Seminário: o programa significa a consecução de várias vitórias, em termos de um modelo de atuação que se está tentando desenvolver até hoje.

Primeiro, é a primeira grande vitória sobre os bancos multilaterais, fato de grande significado internacional, já que o Banco teve que rever sua política de financiamento, o que representa uma grande perspectiva para as entidades. Em segundo lugar, por incidir em uma área do tamanho da Alemanha Ocidental, o oeste da Amazônia, o PMACI constitui a primeira tentativa de um plano de ocupação racional da Amazônia. Da mesma forma, o PMACI representa o fim de certa prática de cisma ideológico que existia entre as ONGs que se debateram convulsivamente durante seis ou sete anos sobre se deveriam ou não atuar e colaborar com o Governo, se deveriam ser reformistas ou não e assim por diante. O PMACI, portanto, a seu ver, fez com que se superasse o que considera uma querela ideológica que há muito vem minando a atuação política das entidades, obrigando-as a abandonar a fase das lamúrias e entrar realmente na realidade do primeiro plano da política.

Considera que tudo isto importa conquistar uma legitimidade, um reconhecimento, em termos de política na Amazônia e de política brasileira, o que representa algo inédito, além de o modelo conseguido através do PMACI hoje servir, por exemplo, para o Planaforo, para o Prodeagro, para o Plano Piloto de Conservação da Amazônia, que, defeituosos, podem ser melhorados.

Conclui enfatizando a importância do PMACI, em termos de conquista, de avanço obtido pelas entidades e seu significado para futuras ações.

(A Mesa transfere o restante dos debates para o final da presente reunião e convoca o expositor da Mesa 9, Sr. Pedro Ramos (Conselho Nacional dos Seringueiros), que abordará o tema "O movimento dos seringueiros e trabalhadores agro-extrativistas e os Bancos multilaterais").

(MESA 9)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR PEDRO RAMOS (Conselho Nacional dos Seringueiros)

Discorre sobre a área de atuação dos seringueiros e trabalhadores agro-extrativistas, a Amazônia, e sobre a inadéquaçao do modelo de desenvolvimento que técnicos do Sul vêm tentando implantar na região.

Critica a construção das grandes estradas (Transamazônica, Perimetral Norte), a seu ver um dos mecanismos utilizados pelo Estado para fazer com que esse modelo de desenvolvimento chegasse até a Amazônia, a partir, inclusive, de financiamentos dos bancos multilaterais.

Assinala as consequências da construção dessas rodovias, da ida de grandes indústrias para a região, da construção de barragens e da utilização da experiência de empresas que já estavam na Amazônia, principalmente no Amapá (Ex.: o Projeto Carajás teria sido baseado na experiência da ICOMI, que ali se instalou na década de 70).

Destaca o menosprezo implícito nesse modelo em relação à economia local tradicional, extrativista, baseada não só na borracha ou na castanha, mas também na produção do azeite de andiroba, na coleta da fruta da ucuuba, no pracaxi etc., tendo ocorrido, em sua opinião, uma ação deliberada para esfacelar essa economia e impor um outro modelo de desenvolvimento econômico para a Região Amazônica.

Discorre sobre o início da ação do Conselho Nacional dos Seringueiros, através dos sindicatos, em face dos grandes desmatamentos e deslocamentos causados especialmente pela construção das barragens. Ressalta a importância do movimento de resistência ("empates") para a descoberta das próprias limitações do movimento e a atuação de Chico Mendes como o grande porta-voz das denúncias sobre essa situação.

Assinala que de nada adianta toda essa luta contra o modelo de desenvolvimento imposto à região sem uma reflexão sobre uma nova política de atuação que se contraponha a tudo isso. Acredita que gestões junto aos bancos não são suficientes e que é preciso pensar em criar novos mecanismos de atuação, eis que os atualmente utilizados contribuem para esse modelo de destruição existente na região.

Manifesta preocupação com o fato de se pensar só no relacionamento com os bancos e não com os centros de excelência, em termos do que teriam a oferecer com vistas a esse novo modelo. Indaga, por exemplo, qual o envolvimento do Museu Goeldi, do INPA e de centros de pesquisa de algumas universidades, que aportaram tecnologias para o desenvolvimento desse modelo. Refere que o Museu Goeldi, ou

a EMBRAPA, pesquisou um processo de inseminação de bubalinos que, no entanto, vem sendo dominado pelos dirigentes da fazenda da Volkswagen, no sul do Estado do Pará, com total desconhecimento por parte dos pequenos produtores.

Quanto ao Conselho Nacional dos Seringueiros, afirma que sua expectativa era a de que o novo modelo representasse um modelo de reforma agrária baseado no respeito aos costumes e tradições das populações da área e em contraposição ao loteamento indiscriminado que, entre outros absurdos, foi adotado para a construção daquelas rodovias. Tal não aconteceu e a dúvida permanece quanto a se o modelo contribuiu para a preservação do meio ambiente, dos ecossistemas da região.

Lamenta o fato de os órgãos federais só considerarem trabalhadores os que fazem derrubadas, menosprezando os extrativistas.

Reafirma que, além de propugnar pela reformulação da política dos bancos multilaterais, que financiaram a devastação da Amazônia, defende a criação de novos mecanismos para atuação das entidades na região, para o combate às ações que forem danosas às comunidades e que, em geral, visam apenas interesses de grupos econômicos privados. Embora o extrativismo seja por eles considerado coisa do passado, essas comunidades têm consciência do que desejam, de qual modelo de desenvolvimento querem para si mesmas, para deixarem de ser eternas fornecedoras de matéria-prima barata.

Destaca a importância da transferência de tecnologia, pelos centros de excelência, às comunidades locais para que estas tenham condições de aperfeiçoar -se e desenvolver o modelo extrativista, de tal forma que esse modelo seja potencializado em nível de projetos. Refere-se à alegada disponibilidade de recursos do Banco Mundial, da Comunidade Econômica Européia, que, visando beneficiar esses centros, não encontra propostas adequadas neste sentido. Relata, a propósito, a falta de recursos humanos e de conhecimentos técnicos de que se ressente o movimento e que poderiam ajudá-lo a avançar e colocar no papel aquilo que desejam para seu desenvolvimento. Enfatiza a importância da apresentação de propostas pelas comunidades envolvidas.

Assinala as dificuldades que têm sofrido a extração e comercialização da borracha - há mais de um ano sem mercado - em virtude da ação das multinacionais e dos próprios mecanismos criados pelo Governo para desestabilizar essa atividade.

Ressalta a morosidade existente por parte do Governo brasileiro e dos bancos financiadores na implantação do programa piloto na Amazônia e que vem prejudicando

sobremaneira as comunidades, contribuindo para o aumento do êxodo daquelas populações para as grandes cidades, sem que o movimento tenha tido forças para alterar este quadro.

Conclui destacando a necessidade de ser definido urgentemente um modelo realista para o desenvolvimento do agro-extrativismo na Amazônia.

* *

FASE DE INTERPELAÇÕES

SÉRGIO SAUER (CPT) - Quanto à crise da borracha, considera a questão muito significativa, especialmente em face de sua relação com as multinacionais e a borracha subsidiada.

Indaga: se a borracha brasileira das reservas extrativistas fosse paga a 2 dólares ou 2,50 dólares, preço real de custo, tais reservas seriam economicamente viáveis ou, além da luta pelo preço, deveriam ser desenvolvidos estudos e pesquisas para busca de alternativas de produção de outros alimentos e produtos para tornar mais fácil a vida do seringueiro naquela área?

PEDRO RAMOS - Esclarece que jamais os seringueiros condicionaram sua sobrevivência à produção unicamente de borracha, castanha, madeira ou outro produto. Daí ter ressaltado a necessidade de transmissão de tecnologia especial para desenvolver e dar sustentação de maneira global ao conjunto da riqueza que se contém nas reservas extrativistas.

Reafirma a necessidade de se lutar pelo preço da borracha, por ser inaceitável a influência das multinacionais do mercado, especialmente nas áreas de produção, apenas porque elas consideram o produto brasileiro de qualidade inferior e de preço muito alto.

Critica a atuação dos bancos multilaterais, que considera a serviço do grande capital, da lógica capitalista, que não se aplica, porém, à Amazônia.

FERNANDO ALLEGRETI (IEA) - Destaca as diferenças em termos econômicos, existentes entre as várias áreas da Região Amazônica, em particular no que se refere ao Amapá, que representa uma outra realidade no contexto amazônico, eis que suas populações já estão sofrendo alguns processos que Estados como o Acre e Rondônia não estão vivendo, como, por exemplo, a desaceleração do mercado da borracha.

Indaga qual caminho seria mais interessante a ser perseguido?

PEDRO RAMOS - Enfatiza as diferenças e contradições existentes na Amazônia - o que é bom para o Acre ou para Rondônia não é bom para o Amapá.

Reafirma que, no caso do Amapá, as comunidades sabem o que querem mas não sabem traduzir isto em termos de um bom projeto, embora tenham proposta para a questão da educação, da saúde, para a questão econômica e assim por diante. Destaca, no caso, a precariedade das instituições amapaenses no que diz respeito à ajuda ao desenvolvimento do segmento extrativista (agora é que se está implantando uma universidade no Estado).

LUIZ DALLA COSTA (CRAB) - Entende que, no que se refere à questão do processo de negociação, ainda hoje vive-se um momento de resistência, tendo em vista a necessidade de construção de um projeto comum. Neste sentido, acredita que o processo de negociação pode significar o fortalecimento das instâncias populares e também mudanças na política. Acredita, porém, que isto passa por um processo de radicalização das propostas, a partir da contraposição, para cada vez mais levar o BIRD a mudar sua posição.

Assinala ser necessário discutir com mais ênfase as formas de obter-se a maior democratização dos instrumentos multilaterais, com vistas a um maior acesso às informações. Sugere a apresentação direta de propostas, pelas ONGs e outras entidades locais, aos bancos multilaterais, para financiamento de pesquisas e outras atividades.

JEAN-PIERRE (FASE) - Refere o exemplo do Japão, que sustenta no GATT sua agricultura de arroz para não destruir sua economia rural e seu tecido social, enquanto o Brasil sequer sustenta sua produção de borracha, que teria duplo resultado (sobrevivência dos seringueiros e preservação ambiental da região). Daí considerar insuficiente pensar unicamente no Banco Mundial, sendo, em sua opinião, mais interessante discutir como articular isso com a questão do comércio internacional e utilizar uma ação integrada das entidades para também atacar esse aspecto. Sugere, portanto, uma reflexão sobre como combinar a ação sobre o Banco Mundial com ações sobre o GATT, o FMI e outras instituições.

JOÃO PAULO CAPOBIANCO - Duas perguntas:

1) como os seringueiros pretendem resolver o problema da comercialização da borracha?

2) O atual Governo tem-se mostrado sensível à questão extrativista? Caso afirmativo, que tipo de encaminhamento tem sido adotado no caso?

RICARDO ARNT - Refere-se aos seringais de cultivo do Estado de São Paulo, que entrarão em produção dentro de cinco a seis anos e cujo produto, ao que parece, será melhor do que a borracha da Amazônia, o que resultará em enorme oferta de

borracha cultivada. Indaga como os seringueiros estão vendendo isso.

PEDRO RAMOS - Informa que o movimento dos seringueiros compareceu à câmara setorial da borracha para tentar resolver o problema, já que, apesar da lei que dispõe sobre o contingenciamento da borracha, a ação do Governo, especialmente na época do Governo Collor, fez com que as empresas fossem desobrigadas de comprar a borracha nacional, sob a alegação de que sua qualidade era inferior.

Quanto aos seringais de São Paulo, informa serem subsidiados, tornando, portanto, a competição muito desigual. Ressalta, ainda, o fato de haver muitos interesses por trás da questão da borracha.

Ressalta a necessidade de pressionar o Governo, a fim de que seja fixado um preço para o produto, bem como a importância de serem envidados esforços para a manutenção da borracha natural, com vistas à preservação da Amazônia.

Informa estar o movimento pensando em promover ações nos Estados, especialmente em Brasília, ocupando o IBAMA, indo para a frente do Congresso Nacional etc., para tentar reverter esse quadro.

Assinala ser necessário levar em conta não só a questão ambiental, mas também o aspecto social, a partir de um conjunto de parâmetros, quando se tratar da elaboração de um modelo diferente de desenvolvimento para a Amazônia.

No que se refere ao novo Governo, nada tem feito, em termos de ação concreta, apesar de muitas promessas feitas pelo novo Ministro do Meio Ambiente. A propósito, o Governo alega falta de recursos, mas, em contrapartida, teve 1 milhão de dólares para ajudar os usineiros da cana-de-açúcar.

JÚLIO BARBOSA - Esclarece a questão relacionada com a produção de borracha. No que se refere à política do Governo para o setor, informa que tanto em termos de borracha nativa quanto de borracha cultivada as dificuldades são as mesmas.

Apresenta dados do IBAMA sobre produção e consumo de borracha no Brasil e protesta contra a política do Governo relativamente à questão do contingenciamento aplicado à produção da borracha no País.

Discorre sobre a ação das multinacionais (Michelin, Firestone, Pirelli, Good-Year) no controle total do mercado mundial desse produto.

Esclarece que, com relação às reuniões da Câmara Setorial, sentam-se à mesma mesa com os seringueiros os representantes

dos vários grupos econômicos ligados à área, o que inviabiliza qualquer discussão por parte dos seringueiros.

Para finalizar, conclama todos os segmentos da sociedade brasileira a juntarem-se à luta dos seringueiros, em prol da melhoria das condições de vida das populações da Região Amazônica.

CARLOS MILLER - Sugere a realização de uma pesquisa sobre o número de pessoas que pagariam até o dobro pela borracha proveniente dos seringais do Acre.

(INTERVALO)

(Reabre-se a sessão às 10h45min)

MODERADOR (Henri Accelrade) - Reiniciando os trabalhos, refere-se à questão da votação da Lei de Patentes pela Câmara dos Deputados, sob regime de urgência urgentíssima, e ao fato de as ONGs terem conseguido uma audiência com o Sr. Presidente da República para entrega de moção deste Seminário. Lê a moção e informa a respeito do recebimento de subscrições.

A seguir, convoca os expositores da Mesa 10, Júlio Barbosa e Jorge Zimmerman (GTAs), que abordarão tema "O Programa Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras".

(MESA 10)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR JÚLIO BARBOSA (Presidente do GTA e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Seringueiros)

Refere-se, inicialmente, à questão do desvio de recursos dos programas financiados pelos bancos multilaterais. Exemplifica com o PMACI, o Planaforo e o Polonoroeste e destaca a necessidade de verificar a maneira como tais recursos são administrados.

Numa abordagem da visão política do CNA sobre o Programa, discorre sobre suas origens e esclarece que o Programa surgiu de uma consulta do Governo brasileiro ao Grupo dos 7, em 1990. Assinala que em fevereiro de 1991 o CNA recebeu cópia do programa, quando nele constatou a existência de aspectos absurdos, que nada tinham a ver com a realidade da Amazônia e com os objetivos do Programa, basicamente a proteção das florestas tropicais.

Discorre sobre o movimento de resistência ao Programa, a partir de discussões entre várias entidades, principalmente da região, no sentido de se contrapor ao documento e oferecer alternativas para um projeto de desenvolvimento, com base na garantia de um sistema de produção e também de

condições para a melhoria da vida das populações e para a preservação das florestas.

Refere-se à atuação do BIRD e do BID nesses programas e ao desconhecimento quase generalizado sobre estas instituições, por parte dos movimentos, especialmente quanto ao fato de a política por eles adotada ser definida por governos ou países que dominam o capital em todo o mundo, em especial pelo Comitê do Grupo dos 7 e pelo FMI.

Esclarece que, no caso do Programa Piloto, ele não era exatamente o que o Governo estava propondo, eis que os países doadores, que aceitaram financiar um projeto de meio ambiente, começaram a impor o que em sua opinião deveria ser feito no Brasil e onde deveria ser feito. Assinala a vinda de várias missões desses países (Alemanha e França, principalmente) ao Brasil e as inúmeras discussões ocorridas na época entre representantes destas missões e órgãos do Governo Federal. Destaca, no caso, a omissão do Banco Mundial.

Discorre sobre a renegociação do Programa, com redefinição do valor dos financiamentos e dos acordos bilaterais, e protesta contra a ingerência dos países doadores na sua execução.

Destaca o fato de a participação do CNA no Programa Piloto ter contribuído para que os integrantes do GTA e do CNA tivessem uma visão mais clara da política adotada pelo Banco em nível internacional, principalmente em termos de como ocorrem esses financiamentos.

Enfatiza a importância do surgimento do GTA, Grupo de Trabalhos Amazônicos, nessa ocasião, para abertura do debate com as entidades locais e com as ONGs.

Assinala que a grande preocupação do movimento era estar diante de um programa que continha inúmeras incoerências e que, ao mesmo tempo, gerava muitas expectativas junto às comunidades a serem por ele atingidas. Daí a realização de várias reuniões e seminários, promovidas pelo CNA e pelo GTA, para ampliar, na medida do possível, o conhecimento em torno do Programa.

Assinala que, não obstante estar sendo discutido há alguns anos, o Programa, segundo informações do Banco Mundial e da Comunidade Econômica Européia, pode levar ainda uns dois anos para ser iniciado.

Para concluir, destaca o objetivo principal do GTA, qual seja, o de constituir-se em uma rede de articulação e transmissão de informações junto às diversas entidades amazônicas, bem como a importância deste Seminário, pela troca de experiências que vem propiciando.

Destaca, finalmente, o fato de a pobreza ter-se transformado em miséria absoluta na Amazônia, apesar dos vários programas voltados para a região e financiados pelas instituições multilaterais, e a necessidade de uma intervenção política, em termos de mobilização de um movimento organizado.

* *

(MESA 10)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR JORGE ZIMMERMAN (Assessoria Técnica do GTA)

Referindo-se ao conteúdo do Programa Piloto e à situação dos projetos em andamento, manifesta preocupação com o atraso em que se encontram, apesar de toda a discussão já levada a cabo pelas várias instâncias envolvidas ao longo de alguns anos. Manifesta, igualmente, dúvida sobre as reais intenções do Governo brasileiro e do Banco Mundial em relação Programa.

Relaciona os cinco projetos já aprovados pela comissão de órgãos governamentais (da qual fazem parte 3 ONGs) e pelo Banco: reserva extrativista; florestas nacionais; reservas indígenas (sem o componente ambiental, que está sendo discutido agora, estando previsto um seminário para detalhamento específico da questão); ciência e tecnologia, com dois componentes, ou seja, um, de apoio aos centros de excelência e, outro, de pesquisa dirigida, ainda não suficientemente detalhados; finalmente, um projeto demonstrativo tipo A, isto é, voltado para as organizações não governamentais (apoio a iniciativas inovadoras destas organizações), também ainda não detalhado.

Informa que mais quatro projetos foram aprovados sob a forma de pré-projetos, há cerca de uma semana, pela mesma comissão: monitoramento e vigilância ambiental; controle e fiscalização ambiental; zoneamento ecológico-econômico; fortalecimento institucional (voltado para as organizações estaduais de meio ambiente).

Discorre rapidamente sobre o conteúdo desses projetos e, com referência aos quatro últimos, ressalta o fato de neles não ter havido participação das organizações não governamentais na sua discussão e de não refletirem, de certa forma, na opinião do expositor, o desejo do Estado de uma do Governo ou da sociedade civil no processo - aspecto contestado pelas ONGs na reunião da comissão.

Manifesta estranheza quanto ao fato de ser desconhecido o valor total dos recursos disponíveis para o Programa Piloto, embora seja conhecida uma parte deles, proveniente da Alemanha (cerca de 132 milhões de dólares), havendo recursos

indefinidos de aproximadamente 118 milhões de dólares, quantias sobre as quais, porém, há muitas dúvidas.

Considera igualmente estranha uma reunião do TWC - Technical Working Committee, previsto no programa, a qual foi realizada em Brasília, no mês de fevereiro passado, para discutir a inclusão de projetos bilaterais no Programa Piloto - desde os que serão finalizados no próximo ano até alguns que estão ainda sob intenção, totalizando cerca de 160 milhões de dólares. Daí a incerteza do orador quanto à disponibilidade dos fundos para o programa e, consequentemente, quanto às suas verdadeiras intenções.

Estranha, ao mesmo tempo, a variedade de projetos bilaterais nele incluídos, transformando-o, a seu ver, em verdadeiro "balcão" de projetos, de acordo com a conveniência de cada país interessado e dos respectivos governos estaduais da região.

Refere-se, ainda, a outro complicador, qual seja, a constante mudança de negociadores, por parte do Governo brasileiro, o que se transforma em pretexto para o Banco Mundial protelar a execução do programa.

Quanto à participação das ONGs, considera-a muito tênuas. Assinala que, embora já participem da comissão, seria necessário estarem presentes na discussão de todos os projetos, a fim de propiciar a participação da sociedade organizada da Amazônia.

Especificamente em relação à questão do PDA, discorre sobre os recursos alocados, ou seja, 25 milhões de dólares para a Amazônia e 5 milhões de dólares para a Mata Atlântica, estando bastante avançado o processo de elaboração do projeto (praticamente finalizado), dependendo apenas de alguns pré-investimentos cruciais, em termos de como esses recursos entrarão no Brasil (via Fundo Nacional do Meio Ambiente ou outro mecanismo) e como serão gastos no País. Manifesta preocupação quanto a este último aspecto e sugere gestões junto ao Congresso Nacional, para que seja especificado claramente como serão viabilizados tais recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Refere-se à participação da sociedade civil organizada no PDA, em diversos momentos, através de uma comissão executiva, paritária, integrada por 5 membros governamentais e 5 não governamentais, indicados pelas organizações da região, à qual caberá decidir sobre a destinação dos projetos, sobre os mecanismos de funcionamento e assim por diante. Da mesma forma, a Mata Atlântica possui um mecanismo de participação no programa através de uma comissão específica, paritária, e, ainda, um outro organismo especialmente indicado pela Mata Atlântica e que participará também do processo.

Conclui referindo-se à estrutura de caráter gerencial do projeto demonstrativo, cujo secretário técnico é indicado também pelas ONGs através de uma lista tríplice e escolhido pelo Ministro, e colocando-se à disposição do Plenário para esclarecimento de dúvidas.

* *

FASE DE INTERPELAÇÕES

JOÃO PAULO CAPOBIANCO (SOS Mata Atlântica) - Assinala o fato de os organizadores deste Seminário terem deixado de convidar representantes da Mata Atlântica que poderiam esclarecer a participação deste segmento no Programa. Passa, então, a historiar a atuação da SOS-Mata Atlântica relativamente ao Programa Piloto.

Refere, inicialmente, o caráter pragmático da visão do movimento em relação ao programa e o fato de nele não haver oportunidade de articulação das ONGs, não obstante já existir um processo de articulação independentemente do Programa Piloto.

Assinala a posição extremamente crítica de várias das ONGs que atuam na Mata Atlântica e que hoje de certa forma integram a comissão coordenadora, em relação ao programa piloto, dada a falta de transparência e a impossibilidade de conhecimento prévio do programa, e a postura do Forum das ONGs Brasileiras, bastante radical, no sentido de exigir uma discussão ampla com as ONGs do País.

Destaca a importância do processo de articulação das ONGs da Amazônia. Critica o caráter contraditório dessa atuação em algumas oportunidades, de contraposição, algumas vezes, até mesmo à posição assumida pelo Forum das ONGs (ex.: reunião do 3º Prepcom, em Genebra), relativamente ao Programa Piloto, mas acredita que tal fato teve um saldo positivo, já que serviu para fortalecer a participação das ONGs e culminou na criação de um conselho gestor do programa, com a inclusão de três ONGs.

Informa que, no que tange à participação da Mata Atlântica no programa, foi decidida muito rapidamente durante a ECO-92, tendo sido feito quase aleatoriamente um acordo sobre a divisão dos recursos.

Destaca as diferenças, em termos de concepção, existentes entre os dois segmentos, em relação às quais seriam sentidos os efeitos do Programa Piloto em cada uma das regiões, Amazônia e Mata Atlântica. Reafirma que para as organizações da Mata Atlântica trata-se de uma questão pragmática, no sentido de que tais recursos podem alavancar uma série de projetos. Refere, a propósito, workshop por elas realizado

no mês de janeiro, em Brasília, quando foi elaborada, com base, inclusive, em muitos dados do GTA, proposta preliminar para o zoneamento (?) da Mata Atlântica, a qual circulará entre as ONGs, para discussão no encontro nacional do Forum a ser em breve realizado, e em que estará anexada uma sugestão de estrutura, para que as próprias ONGs apresentem projetos para o Programa Piloto.

Assinala as diferenças existentes entre as duas regiões e indaga, finalmente, como o GTA vê essa participação das ONGs da Mata Atlântica e se essa atuação de cunho pragmático poderá gerar algum complicador para as ONGs da Amazônia, ou se essa composição está bem acertada no âmbito da comissão.

Conclui mencionando a estrutura criada na Mata Atlântica, em termos de ONGs, para acompanhamento do programa.

JÚLIO BARBOSA - Ressalta, inicialmente, sua condição de maior defensor das alianças entre as diversas organizações das várias regiões do País e destaca a importância da participação da Mata Atlântica no processo de discussão do Programa Piloto, não vislumbrando nenhum complicador em decorrência dos diferentes tipos de visão na condução desse processo.

Assinala a relevante contribuição dos integrantes da Mata Atlântica no assessoramento técnico ao GTA, especialmente no que se refere a problemas ligados a projetos que envolvem a área de ciência e tecnologia.

Considera extremamente importante a estrutura montada pelo pessoal da Mata Atlântica, mais avançada, em alguns aspectos, do que a do GTA, particularmente no que se refere ao grupo de apoio, ainda não criado pelo GTA.

JEAN-PIERRE - Destaca a importância da participação da sociedade na apreciação do conjunto dos projetos do Programa Piloto, bem como da preocupação do GTA relativamente aos recursos a serem nele aplicados.

Assinala o total desconhecimento das entidades em relação aos subprojetos ou programas estruturais e lamenta que, por falta de material informativo, não tenha sido possível produzir-se até agora uma reflexão ou uma análise para discussão do assunto com as diversas entidades.

Considera tal fato um ponto de estrangulamento e neste sentido acha difícil qualquer atuação agora, dada a total ausência de um conjunto de dados substanciais que possam constituir uma massa crítica para reflexão, o que inclusive não permite uma ação de confronto com os bancos.

Destaca o caráter complexo da realidade amazônica e, quanto à concepção de criação do GTA, as diferenças existentes

entre os diversos setores, tendo em vista as distintas tradições (questões culturais, históricas, econômicas, políticas etc.) e as formas de abordagem dos problemas da Amazônia. Daí a importância de uma confluência que, a seu ver, é preciso construir, para a discussão do programa.

Afirma que tudo isso tem a ver com a questão internacional, na medida em que até há bem pouco existiam na Amazônia pesquisadores ou sociedades ambientalistas do exterior por ela interessados. Por conseguinte, considera importante, no diálogo com a área internacional, fazer com que seja reconhecido o fato de que a Amazônia, além de sua economia extrativista e de possuir índios que abriram caminhos, apresenta uma enorme complexidade social, rural e urbana.

Sugere que o GTA e outras entidades se articulem, para avançar neste sentido e na ligação com a área internacional, já que todos, na Amazônia, afora os índios, encontram-se num processo de construção de uma identidade amazônica, além das identidades particulares (extrativistas, populações ribeirinhas etc.).

Enfatiza a necessidade desse trabalho, em relação aos países do G-7 e outros, de conscientização sobre a complexidade da Amazônia, mostrando igualmente que a questão urbana, a questão dos grandes projetos, a questão industrial, a questão dos garimpos têm, evidentemente, muito a ver com a problemática do meio ambiente na Amazônia.

THOMAS - Indaga sobre a vantagem do Programa Piloto em relação aos projetos bilaterais, tendo em vista a preocupação com as florestas tropicais brasileiras, e solicita esclarecimentos sobre a participação, no GTA, da sociedade civil, em termos práticos, no que diz respeito à discussão do Programa.

PAULO LUIZ CARLOS - (Início fora do microfone) - Assinala que a lógica inversa adotada no processo de criação do Programa, com a alocação dos recursos precedendo a apresentação dos projetos e, de certa forma, com a oferta determinando a demanda, bem como a ausência de um modelo de desenvolvimento sustentável para a região, com diretrizes que garantissem a sustentabilidade do Programa, acaba explicando, em grande parte, as principais críticas ao Programa Piloto, em seus vários aspectos. Considera que tudo isso impede que o Programa Piloto seja considerado um projeto efetivamente capaz de proteger as florestas tropicais do Brasil.

Solicita comentários sobre esta questão.

BRENT MILLIKAN - Solicita esclarecimentos sobre o espaço existente nas ONGs, de efetiva participação no planejamento do Programa, no acompanhamento dos projetos estruturais e na monitoria e avaliação destes projetos quando de sua

implementação. Manifesta preocupação com o fato de esses projetos terem sido aprovados preliminarmente sem a participação das ONGs. Considera importante a participação das ONGs na discussão do Programa Piloto, já que serviria de "gancho" para as ONGs levantarem a discussão, por exemplo, sobre a questão do zoneamento, ou seja, o Programa seria utilizado para que se começasse a debater uma série de políticas públicas equivocadas.

RICARDO ARNT - Relativamente ao que foi mencionado pelo expositor sobre os obstáculos ligados à questão da transferência de recursos de fora para as ONGs, indaga se isto se deve a uma política do Governo, que talvez não queira fazer acordos internacionais que incluam transferência de dinheiro captado lá fora para ONGs do País, ou talvez isto decorra dos cuidados com a questão de soberania.

EUGÉNIO - Assinala o papel estratégico do Programa Piloto no contexto da Amazônia, uma vez que deverá contemplar não todas as áreas, não sendo, portanto, capaz de transformar a realidade amazônica, mas irá incidir sobre setores estratégicos conjugados. Desta forma, apesar de ser um programa pequeno, dentro do montante geral de investimentos na Amazônia, seu valor estratégico é substancial já que estará incidindo em setores importantes, com a possibilidade de participação das não governamentais.

Manifesta preocupação quanto à incapacidade das entidades de efetivamente intervirem na concepção dos programas estruturais e acredita necessário um trabalho político de articulação das entidades amazônicas, tendo em vista a diversidade e o isolamento de grande parte delas, a fim de que as pessoas passem a pensar de forma global, em termos do contexto global amazônico.

Sugere, por fim, a apresentação de uma carteira de projetos integrados, com a participação das organizações não governamentais e outras entidades.

PEDRO RAMOS - Ressalta a complexidade do Programa Piloto e a necessidade da conquista de espaços para participação da sociedade civil nos vários programas voltados para a Região, através da apresentação de propostas, dados os distintos interesses políticos e econômicos que permeiam esses projetos. Refere, a propósito, a atuação das várias organizações anteriores à criação do GTA e que foram conquistando seus espaços por esforço próprio.

Assinala que as entidades de outras áreas têm muito a contribuir, quando da implementação do Programa, e não precisam esperar o convite do GTA e de outros organismos da Região para fazê-lo, tendo em vista a importância nacional do Programa, cujo objetivo primordial é a proteção de todas

as florestas tropicais brasileiras. Daí a importância da participação de cada uma das ONGs representadas no Seminário, na análise e até numa eventual mudança de rumos do Programa.

CARLOS MILLER - Reportando-se aos comentários feitos pelo companheiro Ricardo Arnt, manifesta preocupação quanto ao Programa Piloto, especificamente no que diz respeito aos projetos estruturais e aos projetos demonstrativos, e assinala a necessidade de participação das várias entidades no seu acompanhamento, para que o Programa realmente funcione em termos de Amazônia. Relata, neste sentido, a atuação da entidade que representa, Fundação Vitória Amazônica e a recente criação, no âmbito das várias entidades, de secretarias técnicas, exatamente para discussão das várias áreas temáticas nele contidas, com vistas a uma consonância entre os dois tipos de projeto e a implementação de um trabalho global.

No que se refere especificamente ao GTA-Amazônia, assinala a criação de uma comissão de técnicos também vinculados a cada uma das áreas temáticas, para um efetivo acompanhamento do projeto.

MODERADOR (Henri Acselrade) - Relaciona os vários pontos já levantados com relação ao tema "O Programa Piloto para as Florestas Tropicais Brasileiras" e que servirão para a fase de debates finais do Seminário:

- Concepção do Programa (linha muito tênue entre programas de conservação e de desenvolvimento).
- Fortalecimento das entidades (perspectiva de sua organização política; possibilidade de a enorme expectativa criada e a ampla legitimidade adquirida pelo GTA gerarem grande frustração ao final do processo e o enfraquecimento dessas entidades, não seu fortalecimento).

JÚLIO BARBOSA - Refere-se a manifesto do Conselho Nacional dos Seringueiros sobre a questão da comercialização da borracha (lançamento em Brasília previsto para o próximo dia 25) e à mobilização nacional da categoria, ao longo do mês de março do corrente ano. Propõe seja o manifesto também subscrito por participantes deste Seminário.

Em resposta às interpelações, manifesta concordância em relação aos comentários feitos pelo companheiro Jean-Pierre sobre a importância do conhecimento e da transmissão da informação.

Esclarece, a seguir, os diferentes papéis representados pelo GTA e pelo CNS, no que se refere ao acompanhamento dos vários projetos na Amazônia, assinalando a importância do GTA, que constitui uma base para a busca de uma socialização da informação, fator importante, a seu ver,

para as alianças entre as várias organizações locais, para a aglutinação das forças envolvidas na análise do programa.

Conclui explicitando a estrutura dos GTAs e os objetivos que embasam sua atuação, em particular no que se refere a seu papel no Programa Piloto e na articulação com as demais entidades.

MODERADOR (Henri Acselrade) - Antes de encerrar esta reunião, comunica a transferência da última Mesa da presente sessão para o início da sessão vespertina, a iniciar-se às 14 horas.

(ENCERRA-SE A SESSÃO)

A QUARTA SESSÃO PLENÁRIA

Às 13h40min do dia 11 de março de 1993, teve início a quarta sessão plenária do Seminário, sob a direção do Sr. Tony Gross, que atuou como moderador e que passou a palavra aos expositores da Mesa 11, Sérgio Guimarães, Luiz Carlos Rossi e Eduardo Martins, para abordagem do tema "Novos Projetos: A Hidrovia Paraná-Paraguai e o Global Environmental Facility (GEF)".

(MESA 11)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR SÉRGIO GUIMARÃES (Forum Mato Grosso)

Assinala, inicialmente, a importância da hidrovia, divulgada, ao lado de todos os outros grandes projetos, como a redenção de Mato Grosso, embora contestada especialmente pelos ambientalistas, considerados por isso inimigos da redenção do Estado. Assinala que isto dificulta a atuação das entidades no sentido de modificar esses projetos e tentar introduzir-lhes algumas melhorias.

Discorre sobre o projeto da hidrovia, que, juntamente com o Prodeagro (Bacia Amazônica), o projeto da hidrovia (Pantanal/Bacia do Paraguai), o projeto da Ferrovia Leste-Oeste, a Ferrovia da Soja (também Pantanal, abrangendo a região do Cerrado/Chapada dos Parecis), irá definir a economia de Mato Grosso. Assinala que à questão da hidrovia se vincula o contexto do Mercosul, envolvendo cinco países da área.

Destaca o aspecto geo-econômico do projeto da hidrovia, dadas as várias regiões por ele abrangidas, com diversos impactos ambientais e sociais, especialmente a utilização de pesticidas - hoje o maior problema de saúde da população rural do Estado - o processo de erosão do solo e a existência de garimpos nas nascentes do rio. Esclarece que, dos três ecossistemas que compõem o Estado (Amazônia, Cerrado e Pantanal), o Cerrado é onde se localizam as nascentes dos rios, tanto da parte sul, amazônica, quanto da Bacia do Paraguai, sendo, portanto, uma área muito rica, de imensa biodiversidade, importantíssima para o equilíbrio hídrico não só do Brasil mas de todo o Continente, e que se encontra sob um impacto fantástico. Informa que, dado o preconceito da própria sociedade em relação ao Cerrado, por ela considerado um ecossistema de segunda categoria, a questão não é discutida.

Para uma compreensão espacial da questão relacionada com o projeto, destaca o significado da hidrovia, em termos econômicos, para o Estado e para o País, eis que possibilitará a criação de uma ZPE, em Cáceres, de uma Zona de Livre Comércio e de uma saída para o Pacífico.

Assinala o fato de o Forum Mato Grosso preocupar-se bastante com a questão, já que dispõe de poucas informações sobre o projeto, o que considera um dos reflexos da incapacidade operacional da entidade. Manifesta, em especial, preocupação com os impactos ambientais diretos do projeto, já que a hidrovia atravessa o Pantanal e fala-se em intervenções profundas na calha do rio, mas não nos tipos de carga que por ela poderão ser transportadas.

Em termos de impactos indiretos, esclarece que, segundo informações, na análise de custo/benefício está previsto, por exemplo, que a produção de madeira poderá aumentar cinco vezes após a hidrovia ser implantada, o que implica um enorme processo de devastação, com terríveis consequências para o meio ambiente, e dá bem uma idéia da pressão sobre os recursos naturais do Estado que um projeto desse tipo pode acarretar.

Refere-se ao fato de o projeto contar com uma participação bem organizada do setor empresarial, já que sua execução está, basicamente, a cargo da Secretaria de Indústria e Comércio, que nada mais é do que um braço do segmento industrial do Estado (as mesmas pessoas que trabalham na Federação das Indústrias trabalham na Secretaria).

Quanto à participação da sociedade, é praticamente nula, excetuando-se apenas os grupos econômicos diretamente interessados, já que a sociedade não se encontra organizada para fazer uma reflexão profunda a respeito do problema, sendo o Forum de Mato Grosso, apesar de suas deficiências, a única instância a preocupar-se de forma global nesse conjunto de projetos e a propor algum tipo de ação.

Propõe uma reflexão conjunta, com vistas à formulação de projetos e à alteração das políticas públicas.

Por fim, enfatiza a necessidade de o Forum ser estruturado e fortalecido, para que possa aglutinar outras forças e levar esse debate à sociedade, rompendo a barreira da falta de comunicação e socializando a informação com outras entidades, ocupando todos os espaços disponíveis.

(MESA 11)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR LUIZ CARLOS ROSSI (Instituto de Estudos Amazônicos/Global Environmental Facility)

Refere-se, de início, ao fato de o Instituto ter sido convidado para dar pareceres sobre os projetos do GEF e também para participar de reuniões do grupo consultivo do programa, o que facilitou a obtenção de alguns textos, embora apenas em nível internacional, já que internamente as dificuldades continuam.

Esclarece que sua exposição se aterá mais aos aspectos técnicos do projeto, a seu ver importantes para serem identificados pontos em que a discussão política pode avançar.

Discorre sobre a proposta do Global Environmental Facility - GEF, surgida em setembro de 1989, em reunião do comitê do Banco Mundial, sendo originária do Governo francês, apoiado pelo Governo alemão, com vistas à criação um mecanismo internacional para o meio ambiente. Deve-se, em parte, à crescente conscientização quanto à degradação ambiental e também à falta de recursos (identificada pela Comissão Brundtland) para projetos de conservação e estratégias de aumento dessa base de recursos para proteção ambiental.

Esclarece que a partir daí o PNUD encomendou um projeto ao World Resources Institute, que acabou por sugerir a criação do International Environment Facility, mecanismo internacional para financiamento de projetos sobre meio ambiente, e que em 1990 o GEF foi aprovado, com uma fase piloto que teria a duração de três anos (1991/1993) e cujos recursos (1,2 bilhões de dólares) pretendem financiar projetos de investimento e assistência em quatro áreas específicas: biodiversidade, aquecimento global, águas internacionais e destruição da camada de ozônio. Assinala que desses recursos, existe um **core fund**, um fundo central - o Global Environment Trust Fund, que possui 861 milhões de dólares, que representam a contribuição de cerca de 25 países, dentre os quais o Brasil, com 5,8 milhões de dólares.

Discorre, a seguir, sobre os diversos financiamentos concedidos pelo GEF e sobre os acordos formais feitos sob a forma de doações ou empréstimos com juros concessionais.

Assinala o fato de a administração do GEF ter um caráter inovador não só do ponto de vista técnico, mas do ponto de vista gerencial. Tecnicamente, pelo fato de lidar com problemas globais de difícil solução e envolver a comunidade científica mundial; gerencialmente, porque sua gestão é feita por três agências internacionais de financiamento e cooperação: o PNUD, Programa de Desenvolvimento das Nações

Unidas, o Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e o Banco Mundial.

Explicita a atuação de cada uma destas agências e enfatiza especialmente o Small Grants Program, do PNUD, cujo principal objetivo é o de demonstrar, através de resultados concretos obtidos com os diversos projetos financiados, o potencial das atividades das comunidades de base e das ONGs para apontar soluções nas áreas de interesse do GEF.

(NOTA DA TAQUIGRAFA: FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA IMPEDE TEMPORARIAMENTE REGISTRO TAQUIGRÁFICO E GRAVAÇÃO, PREJUDICANDO A ELABORAÇÃO DA ATA NESTE PONTO. ENTRETANTO, COMO A EXPOSIÇÃO ESTÁ SENDO FEITA A PARTIR DE LEITURA DE TEXTO PREVIAMENTE PREPARADO, ESTE POR CERTO PODERÁ SER FORNECIDO POSTERIORMENTE).

(...) A título de considerações finais, assinala que, da forma como foram implantados os primeiros **trenches** (?) do GEF, evidencia-se certa centralização institucional e controle pelo Banco Mundial, sendo que as alterações propostas no documento de reestruturação ampliam os poderes do Banco Mundial, levando-o a assumir um papel determinante na elaboração e implementação dos programas.

Considera crucial para o sucesso do GEF a colaboração com os Governos dos países em desenvolvimento e vários outros parceiros, tais como a comunidade científica, as comunidades de base, as ONGs, os bancos de desenvolvimento regionais, agências bilaterais e o setor privado. Ressalta, a propósito, o fato de o Governo brasileiro vir dificultando o acesso às informações sobre o GEF, por não entender que a transparéncia na gestão dos recursos é fundamental para o sucesso do GEF.

Acrescenta, em conclusão, que o debate interno em torno das instituições responsáveis pela Facilities, mecanismo financeiro de repasse, ressalta a importância de se democratizar as informações sobre a gestão do GEF dentro e fora do País.

* *

(MESA 11)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR EDUARDO MARTINS (World Wildlife Fund - WWF)

Esclarece que sua exposição será uma complementação dos dois assuntos anteriormente abordados.

Refere-se, de início, à questão da hidrovia, ressaltando que uma das principais justificativas de sua implantação é o potencial de crescimento da produção agrícola por ela

abrangida (Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, na perspectiva do Brasil), estando o outro tipo de abordagem relacionado fundamentalmente a interesses geopolíticos, principalmente da Bolívia e do Paraguai.

Assinala que a hidrovia já existe, funcionando com uma frota ultrapassada, ociosa, com vários problemas decorrentes da necessidade de modificação do tamanho dos navios para cada parcela de transporte.

Esclarece que o projeto prevê a retificação de rios, um esforço de dragagem muito grande, sinalização e modernização dos portos, além da integração da hidrovia com as rodovias antigas e com outras a serem criadas.

Considera o aspecto mais interessante da hidrovia o fato de sua viabilidade econômica basear-se numa taxa de crescimento da produção, principalmente de grãos, o que deve representar a destruição quase total da região.

Refere-se, a seguir, às grandes inconsistências do projeto, pelo fato de os estudos de viabilidade econômica não considerarem os outros meios de transporte que irão concorrer com a hidrovia, já que, por exemplo, a Ferroeste pretende justificar-se economicamente com base nas mesmas taxas de crescimento anuais.

Quanto aos problemas que a hidrovia poderá causar, esclarece serem de dois níveis: em termos de ação direta, a alteração dos cursos, decorrentes da problema da retificação; ao mesmo tempo, o aprofundamento do leito poderá gerar um problema bastante sério, do ponto de vista do equilíbrio hidrológico.

Considera ter o projeto um caráter tecnocrático, com interesses de grupos na venda de equipamento, inclusive na venda da competência que hoje sobra na Europa em termos de utilização de hidrovias.

No que diz respeito às informações sobre o assunto, ressalta o esforço que as entidades têm feito no sentido de coletá-las, com relativo sucesso. Esclarece que o projeto, formalmente, hoje se expressa através de uma comissão integrada por representantes dos cinco países já citados anteriormente, a qual já estabeleceu que algumas obras que estão sendo feitas poderão ser debitadas à conta da hidrovia, o que significa que a hidrovia já começou a ser implementada do ponto de vista de sua reestruturação.

Assinala não existir licenciamento ambiental para uma parte dessas obras, o que gera um conflito muito grande no tratamento dessa questão, eis que cada país tem uma forma de tratamento do problema ambiental, do ponto de vista normativo.

No que se refere à questão dos interesses, esclarece que a área de política exterior brasileira deseja negociar alguma coisa no nível de países, por ser fundamental, em termos geopolíticos, para o Paraguai e a Bolívia, havendo, ao mesmo tempo, uma pressão muito grande por parte de empresários de Mato Grosso associados a capitais paulistas. a eles somando-se os armadores que operam na região e a ganância dos que vendem equipamentos e dos construtores.

No que tange à venda de equipamentos, afirma estar o projeto atraindo muito a Comunidade Econômica Européia, que já se dispôs a financiar parte dos estudos prévios necessários ao projeto de detalhamento, havendo, inclusive, certa disputa entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a própria Comunidade em relação ao financiamento de certos itens.

Informa que, quanto à participação das entidades, têm busca do acumular informações e começar a tratar, no âmbito do Forum e das entidades de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, de estabelecer alguma forma de intervenção no processo. Na opinião dessas entidades, a melhor forma de tratar do assunto seria através de uma análise crítica do aspecto econômico do projeto, dadas suas incoerências, em termos de manipulações e desvios, e também através de uma avaliação dos ônus ambientais que se verificarão caso a hidrovia venha a cumprir o previsto no projeto.

No que se refere ao ponto de vista do GEF, esclarece que, basicamente, o GEF faz parte de uma estratégia de alguns países desenvolvidos, no sentido de concentrar no Banco Mundial todos os mecanismos financeiros destinados à área ambiental - e isto é fruto de entendimentos internacionais ocorridos na Rio-92 ou anteriores mesmo a ela.

Esclarece que há críticas de caráter generalizado ao desempenho do GEF, pelo fato de um volume razoável de recursos ter sido gasto em atividades-meio e um volume pequeno em atividades-fim, o que demonstra que as megaburocracias envolvidas (PNED, PNUD e Banco) estão, na realidade, apenas preocupadas em manter suas próprias máquinas.

Considera inadequada a forma como o Banco vem atuando, pelo fato de encontrar estruturas de governo e formas de participação da sociedade extremamente frágeis e interferir de tal forma no desenho dos projetos que acaba tornando impossível sua implementação. Exemplifica com o caso do PMACI.

Assinala que a experiência acumulada com o Programa Piloto mostra que as comissões têm muita dificuldade em funcionar, sobretudo pelo processo de disputa de poder existente no âmbito do próprio Governo.

Por fim, enfatiza a importância dos recursos existentes, dado o papel fundamental que poderão cumprir na questão relacionada com a preservação do meio ambiente no Brasil, embora considere necessário haver um nível de esclarecimento, de acesso às informações e de intervenção muito maior do que a expressão política ou as expressões sociais já conseguiram ter.

* *

FASE DE INTERPELAÇÕES

SÉRGIO - Agrega alguns elementos à questão da hidrovia.

Em primeiro lugar, o fato de constituir uma concepção não muito recente, já que remonta aos governos militares.

Assinala que a região abrangida pela hidrovia é a maior área contínua de terras agricultáveis do Planeta, daí a proposta de ligá-las por hidrovias até a Bacia Amazônica.

Segundo, no que diz respeito à barragem de Itaipu, assinala que uma das disputas fundamentais entre Brasil e Argentina estava ligada à idéia de aumentar a altura da barragem e que com 150 e poucos metros de altura é impossível a construção de escusas, o que torna Itaipu um porto alfandegário, ao invés de Buenos Aires, como era o objetivo da Argentina. Este o motivo principal da saída da Argentina das obras de Itaipu.

Aponta outra questão que considera importante para discussão pelo Seminário: presença das agroindústrias no oeste e sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. Assinala a importância estratégica da construção da Ferroeste e da hidrovia, já que (especialmente considerando-se a evolução da Sadia nos últimos anos), com Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tornando-se grandes produtores de grãos, principalmente de soja, tais indústrias teriam todas as facilidades para suas exportações.

Assinala ser este o cerne dos interesses do capital na região, que tornam claros os objetivos da hidrovia.

ANALZITA MILLER - Acredita que a questão da hidrovia apresenta uma engrenagem muito maior do que é possível avaliar. Assinala a maior sensibilidade do Estado de Mato Grosso em relação ao problema, pelo fato de a hidrovia já existir há muito tempo, atravessar o Pantanal, ecossistema extremamente sensível e de enorme importância para o Planeta.

Indaga em que nível se encontra a negociação no Banco Interamericano, até agora o mais definido para financiar o projeto.

ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA - Refere que, além da questão referente à estrada de ferro que compete com a hidrovia, há também a da Tietê-Paraná, em que se tenta explorar o mesmo filão, envolvendo interesses de construtoras, fabricantes de equipamentos etc.

Acredita importante,, no caso, refletir sobre os interesses internos e externos que se aliam para a venda de equipamentos, obras etc., embora não se deva restringir a atuação à análise desses megaprojetos. Reporta-se aos comentários feitos há pouco, quanto à possibilidade de a hidrovia vir a transformar-se na maior área de produção agrícola de todo o mundo, e manifesta preocupação quanto ao melhor modelo de desenvolvimento para a região.

Sugere que, além de discutir os detalhes do financiamento ou os interesses localizados, seja definido um modelo, o que permitirá fazer as críticas e as indagações corretas.

RUBENS BORN (RUBINHO) - Esclarece a questão referente às dificuldades técnicas ligadas à construção das eclusas de Itaipu.

EDUARDO MARTINS (?) - Refere-se à questão da competição entre possibilidades de escoamento, a qual acredita precisa ser amadurecida. Menciona as críticas que no Estado do Paraná têm sido feitas à hidrovia, já que visam beneficiar Paranaguá, não obstante o projeto da Ferroeste ser muito mais avançado.

Concorda em que o fundamental seja questionar o modelo e informa que, neste sentido, sua entidade, em certa oportunidade, coletou informações e organizou um grupo de pessoas para discutir o assunto e para tentar entender o que estava acontecendo.

Quanto à posição do BID, considera-a estranha e contraditória, no que se refere ao projeto da hidrovia. Dado o envolvimento do PNUD no processo de financiamento, manifesta dúvidas sobre como e quem pressionar.

LUIS CARLOS ROSSI - (Lê documento que contém resposta do BID ao NDI (?), de janeiro do corrente, sobre estudos de viabilidade do projeto.)

JOÃO PAULO CAPOBIANCO - Refere-se à questão do GEF e do financiamento para biodiversidade. Manifesta dúvidas sobre até que ponto se consegue identificar, no Banco Mundial, a contribuição para inviabilidade do projeto e até que ponto os projetos são prejudicados no âmbito do Governo brasileiro.

Propõe uma reflexão, pelo Seminário, sobre como conseguir modificar a forma de relacionamento com o Banco Mundial e outros organismos internacionais.

RUBENS BORN - Considera a posição do GEF muito importante e acredita necessário colocar na balança também este novo ator, o GEF, do qual faz parte o Banco Mundial e que se constitui em um novo canal que reforça o sistema atual.

LUIZ CARLOS ROSSI - Esclarece que, apesar de o GEF ser um programa tripartite, ou seja, com três instituições internacionais de cooperação e planejamento, o Banco Mundial domina claramente o instrumento, o que demonstra a capacidade dos países ricos de centralizar o controle no Banco Mundial.

MODERADOR (Tony Gross) - Informa que agora o Seminário sai da fase de estudo de casos e passa a uma análise mais estratégica e mais global, com as Mesas 12 e 13, que abordarão os temas "As Políticas Nacionais e os Projetos Multilaterais" e "As Políticas Internacionais e os Bancos Multilaterais".

Assinala que estes temas suscitam questões fundamentais ao debate, do ponto de vista de elaboração de estratégia de atuação: papel dos bancos multilaterais na elaboração das políticas nacionais, isto é, que tipo de influência os bancos têm junto aos governos dos países tomadores de empréstimo e como é jogo entre a sociedade civil, representada por ONGs, nos países maiores acionistas e, portanto, com maior poder de voto nessas instituições e que tipo de aliança é possível entre organizações da sociedade civil desses países desenvolvidos e daquela dos países em desenvolvimento tomadores de empréstimos.

Anuncia mais uma mudança de pauta, invertendo-se a posição das duas próximas mesas, e convida primeiramente os expositores da Mesa 13, Michael Bailey e Trisha Feeney (OXFAM), Stephan Schwartzman (EDF) e Helmut Hagenan (ARA).

(MESA 13)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR MICHAEL BAILEY (OXFAM)

Esclarece a atuação dos organismos internacionais e o papel do Congresso norte-americano no contexto do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, destacando a excelente atuação das ONGs dos Estados Unidos, em termos de pressão sobre os dois Bancos.

Ressalta igualmente a importância dos demais atores, Japão e Comunidade Econômica Européia, bem como, no caso específico do Japão, as dificuldades de influenciar em sua

política, em virtude da inexistência de ONGs japonesas ou entidades semelhantes com interesse de fazer campanhas e mobilizar a opinião pública.

No caso do Banco Mundial, assinala que, somadas as contribuições e poder de votação da Alemanha, França e Reino Unido (Inglaterra), o resultado é a mesma influência formal dos Estados Unidos, convertendo-os em atores não hegemônicos, mas bastante significativos, aspecto que, portanto, deve ser levado em conta por qualquer trabalho de lobby.

Destaca, a seguir, a importância do BID, no que se refere a seus investimentos no Brasil, semelhantes ao volume do Banco Mundial, sendo que poderão ser ampliados na medida em que o Banco canalize os recursos "verdes", embora haja pressões no sentido de o Banco reduzir seus investimentos no Brasil, em favor de uma distribuição mais equitativa em toda a América Latina e Caribe. Ressalta os principais investimentos desse Banco no País, especialmente em áreas de saneamento com que o BID demonstra enorme preocupação.

A propósito, lança um desafio tanto para as ONGs quanto para as organizações populares, no sentido de refletirem sobre a forma de participarem no desenho, elaboração e implementação desses projetos futuramente.

Ainda quanto à atuação do BID, comenta o interesse deste Banco em atuar na área de turismo, especialmente no Nordeste do Brasil, por ser um setor chave para a vida nordestina e por ter também implicações na questão do meio ambiente.

Destaca o fato de o BID vir a tornar-se muito mais presente na área urbana do que na área rural, nos anos 90.

Informa sobre mudanças na pauta do Banco Mundial em relação ao Brasil, possivelmente investindo em projetos especificamente dirigidos à redução dos índices de pobreza, aí incluídos projetos para as áreas de educação, saúde e infra-estrutura urbana. E que, na medida em que o Brasil entre em acordo com o Fundo Monetário Internacional quanto a programas de estabilização, é possível que o Banco Mundial venha a investir em programas de ajuste estrutural, além de interessar-se por programas de compensação social, com recursos para ajudar as populações mais carentes, especialmente nas áreas urbanas, pelo fato de estas serem por ele consideradas politicamente muito mais importantes que o interior.

Considera tais programas, porém, muito mais difíceis de serem avaliados do que os outros implantados no País e, por conseguinte, representam um desafio para as ONGs e para os movimentos sociais acompanhá-los e negociá-los.

Sugere que, tendo em vista o Banco estar começando agora a elaborar um documento de política para o Brasil, que contém um perfil da situação de pobreza do País que servirá de referência para qualquer projeto, as ONGs procurem saber se há espaço para as ONGs e demais entidades participarem desse processo.

Finalmente, sugere que as entidades não se esqueçam da importância da CEE como um dos atores aqui, no Brasil, onde atua através de uma agência intergovernamental, particularmente no que diz respeito ao Programa Piloto e, no passado recente, no Projeto Carajás, estando agora a abrir financiamentos que estão abertos às ONGs do Hemisfério Sul, que podem solicitar fundos diretamente à CEE, bem mais que aos bancos multilaterais. Assinala, ainda, ser a CEE politicamente muito importante na questão das relações comerciais Brasil-Europa.

Lança uma provocação às ONGs: além de tentarem resolver os problemas relacionados com a atuação dos bancos multilaterais no Brasil, deveriam prestar atenção à atuação dos bancos nacionais, como o BNDES, o FINOR e uma série de outras entidades cuja capacidade em desperdiçar ou gastar mal os fundos que lhe competem administrar, sem transparência e sem qualquer prestação de contas à população, é muito maior que a do Banco Mundial. Sugere a realização de um seminário sobre tais bancos na próxima oportunidade.

* *

FASE DE INTERPELAÇÕES

MARCOS ARRUDA - Apresenta alguns enfoques sobre o Banco Mundial e, secundariamente, sobre o Fundo Monetário Internacional, como agências de financiamento com poder global, além dos bancos regionais.

Discorre sobre o grupo de trabalho do qual faz parte em Genebra, para oferecer aos participantes do Seminário um instrumento a mais de trabalho na luta que empreendem contra a opressão das populações brasileiras.

Reafirma a oferta de cooperação do grupo com as ONGs brasileiras.

(MESA 13)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR HELMUT HAGENAN (ARA)

Discorre sobre o significado do ARA, que é um grupo de trabalho para assuntos de florestas tropicais e de preservação de espécies, envolvendo uma rede informal de

pequenas ONGs também ligadas à questão das florestas tropicais, especificamente da Amazônia.

Aborda, a seguir, os interesses alemães no contexto do tema de responsabilidade da Mesa 13.

Assinala que, na condição de terceira economia mundial, a Alemanha tem grande interesse nas relações econômicas com o Brasil, havendo um comércio muito intenso entre os dois países, além do endividamento do Brasil com bancos alemães, o que forma o **background** do relacionamento econômico Brasil-Alemanha.

Acrescenta um outro aspecto igualmente importante, o da segurança ecológica, com a busca de soluções globais para problemas que não podem ser equacionados de forma bilateral ou unilateral.

Discorre, em seguida, sobre os mecanismos utilizados pelo Governo alemão para alcançar seus objetivos, destacando a atuação do Ministério da Cooperação Econômica, que se encarrega dos assuntos ligados aos bancos e outros organismos multilaterais, apesar dos poucos recursos de que dispõe.

Destaca o fato de a cooperação financeira da Alemanha em relação ao Brasil ser prejudicada pela existência de legislação brasileira que proíbe a participação de empresas alemãs na execução de projetos, embora tenha sido retomada a partir da preocupação ecológica, de proteção ao meio ambiente.

Ressalta o exemplo do Projeto Grande Carajás como outro grande mecanismo de colaboração econômica alemã, num volume de 100 milhões de marcos,

Enfatiza o caráter inovador da atuação da Alemanha junto ao Banco Mundial, recentemente - exemplifica com o caso do GEF e do Programa Piloto - e concorda com as críticas dirigidas ao Governo alemão, por sua co-responsabilidade nos fracassos do Polonoroeste e do Projeto Carajás. Informa que, no caso, o Governo alemão reagiu e mostrou maior sensibilidade, mostrando-se contrário a projetos do Banco Mundial que eventualmente viessem a causar danos às populações envolvidas - esclarece que isto se deveu a campanhas de mobilização da sociedade civil.

Assinala, ainda, que, na busca por novos instrumentos de colaboração financeira, a Alemanha foi também inovadora ao apoiar a criação do GEF, juntamente com a França, e também na implantação do Programa Piloto, iniciativa do Chanceler da Alemanha.

Em conclusão, refere-se à importância das reformas estruturais no Banco Mundial, a partir da mudança de diretrizes e alterações, por exemplo, na política relacionada com a proteção das florestas tropicais. A propósito, refere a atuação de grupos que, juntamente com o maior partido de oposição da Alemanha, o Social-Democrata, elaboraram um documento com uma série de críticas, para obrigar a Diretoria Executiva a obedecer a determinados critérios na preparação dos projetos.

* *

(MESA 13)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR STEPHAN SCHWARTZMAN (EDF)

Retoma, de início, a apreciação sobre os mecanismos de pressão da forma como são utilizados nos Estados Unidos.

Detalha a estrutura administrativa do Banco Mundial, ressaltando o fato de seu Diretor Executivo ser indicado pelo Departamento do Tesouro, cabendo ao Congresso legislar sobre as ações do Banco e, portanto, determinar a política por ele adotadas. Desta forma, o acesso dos vários movimentos populares, nos Estados Unidos, se faz através do Congresso e respectivas comissões técnicas que controlam a utilização das verbas alocadas ao Banco.

Destaca a importância do movimento ambientalista naquele país, o qual é bastante organizado e amplo, já que as entidades ambientalistas congregam mais de 6 milhões de associados.

Esclarece que esse mecanismo de pressão pode igualmente ser utilizado pelas entidades brasileiras.

Quanto à política norte-americana, isto é, do Tesouro, para o Brasil, informa ser de descrença total, em face da falta de credibilidade do Governo brasileiro, e que, por enquanto, com relação ao atual Governo, a política dos Estados Unidos para o Brasil, nos bancos multilaterais, será de isolamento.

Assinala que, de modo global, é interessante levar em conta o fato de haver um novo Governo nos Estados Unidos, com um vice-presidente ecologista, Alberto Gore, que poderá ser de grande ajuda para o movimento.

Quanto à atuação do Banco especificamente, considera importante uma reforma de caráter estrutural, na filosofia do Banco e em sua postura relativamente ao acesso às informações pelas populações atingidas e pela opinião pública, de modo geral, dos países tomadores de empréstimos.

Declara ser este um tema consensual entre os movimentos, também claramente suscitado ao longo deste Seminário.

Sugere, por fim, a participação de representantes das ONGs locais nesses momentos importantes da agenda internacional.

(MESA 13)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DA SRA TRISHA FEENEY (OXFAM)

Aborda a política de seu país, a Inglaterra, frente ao Banco Mundial. Recorda o fato de o Governo inglês seguir uma tradição de não transparência, particularmente no que se refere à política internacional. Daí ser normal para ele que o Banco Mundial atue da forma sigilosa como vem atuando, o que dificulta a ação das entidades junto àquele Governo, que reivindicam espaços e a análise de documentos relacionados com projetos e decisões.

Destaca que a política do Governo inglês tem sido a de aceitar o que o Banco propõe. Acredita, porém, que tal situação tende a mudar pouco a pouco, sobretudo a partir de campanha que a OXFAM e outras entidades vêm fazendo relativamente a uma barragem em construção na Índia (Namada?), a fim de suspender este projeto.

Discorre sobre a atuação do grupo a que pertence, no contexto da OXFAM, o Aid and Environment Group, integrado por ambientalistas, como a WWF, os Amigos da Terra e outras entidades que atuam mais no setor social. Assinala que dada a representatividade desses grupos, o Governo tem pelo menos ouvido suas reivindicações.

Menciona que outro problema encontrado por essas entidades era o pouco interesse que o Parlamento inglês dispensava a essas questões, dado o alto grau de desinformação dos Parlamentares, e a omissão do representante do Banco na Inglaterra, o qual aprovava qualquer projeto que lhe chegasse às mãos.

Critica a posição do Banco em relação a projetos que contenham aspectos negativos, em termos ambientais, e manifesta concordância quanto à necessidade de uma reformulação na postura do Banco, com seus funcionários dedicando mais tempo à fiscalização e ao monitoramento dos projetos. Acredita, porém, na capacidade do Banco em reagir às críticas e transformar-se numa entidade melhor, que realmente vise à proteção do meio ambiente e à redução dos níveis de pobreza.

Discorre, a seguir, sobre as atividades e a estrutura da OXFAM. Destaca os principais setores em que a entidade vem atuando: estudos sobre o comércio internacional, em termos

de seu impacto sobre o mundo em desenvolvimento; projetos de ajuste e programas de ajuda à pobreza; formação de um grupo de trabalho, na Inglaterra, para, com outras agências, trabalhar mais de perto a questão dos ajustes; **lobby** e monitoramento das políticas gerais do Banco Mundial, do BID e da Comunidade Econômica Européia.

Sugere ao Seminário que, no que diz respeito à questão da participação das entidades, seja feita uma versão, em português, do boletim da OXFAM, publicado periodicamente e que apresenta temas importantes sobre a política da CEE em vários setores.

Propõe, ainda, que prossigam as viagens de representantes das entidades, a exemplo do que fizeram os integrantes do Pólo Sindical, e que sejam realizadas oficinas de trabalho sobre a atividade de **lobby**, convidando as entidades mais populares, para desmistificar um pouco a imagem dos bancos multilaterais e outros organismos internacionais, como a Comunidade Européia, informando a influência destas organizações sobre a vida do cidadão comum.

Assinala o desejo da OXFAM de colaborar na preparação de um tipo de informativo para orientar sobre como obter dessas instituições financeiras fundos ou financiamentos não só com relação a problemas de meio ambiente, mas a outros em que se envolvam pequenos produtores, microempresas etc.

(INTERVALO)

(Reabre-se a sessão às 16h29min, com a apresentação da Mesa 12, que abordará o tema "As Políticas Nacionais e os Projetos Multilaterais").

((MESA 12)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR SÉRGIO SAUER (CPT)

Referindo-se à parte do tema que lhe cabe expor, discorre sobre a questão do campo e a política agrária no Brasil.

Assinala a gravidade do momento político brasileiro, no que se refere à questão agrária, particularmente em função do incidente ocorrido na semana passada no Paraná, com a morte de três PM's num confronto com integrantes do Movimento dos Sem-Terra - todos os envolvidos estão presos e o líder dos sem-terra já foi assassinado pela polícia.

Informa que, dentro desse contexto, a UDR voltou a manifestar-se com certa veemência, através de declarações de seu novo presidente e com a promessa de reabertura de seus 300 escritórios nacionais, especialmente tendo em vista a proximidade da revisão constitucional.

Esclarece, ainda, que estudos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, órgão da ONU, com sede em Roma, referente à questão agrícola, constataram que o Brasil, Sri Lanka, Malí, Zâmbia e o Quênia são os países em que mais cresceram os níveis de pobreza rural nos últimos vinte anos, ocupando o Brasil o terceiro lugar dentre as nações mais pobres, em termos rurais, de toda a América Latina, só perdendo para a Bolívia e Peru, chegando a 73% o índice da população rural que vive abaixo dos níveis de pobreza.

Menciona a conclusão do FIDA, de a principal causa da pobreza brasileira situa-se no fracasso dos programas internacionais de ajuda, aspecto importante quando se discutem as políticas públicas brasileiras.

Em relação à política agrária, considera importante relembrar que da década de 60 até hoje mais de 30 milhões de pessoas deixaram o campo no Brasil e que a estrutura fundiária apresenta um dos maiores índices de concentração de todo o mundo, eis que quase 68% das propriedades são minifúndios, mas detendo apenas 9,5% das terras agricultáveis do País, enquanto, em compensação, 29% dos latifúndios detêm 85% das terras - os vinte maiores latifundiários brasileiros detêm quase 18 milhões de hectares de terras.

Esclarece que essa política fundiária teve início nos anos 60, em torno da chamada "revolução verde", que mais contribuiu para a concentração de terras no País e também na América Latina.

Menciona, a propósito, dados da CEPAL sobre a situação social do campo, segundo os quais 1,3 milhão de trabalhadores rurais sobrevivem sem qualquer remuneração e que 5,2 milhões recebem até um salário mínimo, sendo que para 50% da população pobre economicamente ativa no campo o nível de participação de renda agrícola caiu, de 22,2%, nos anos 70, para 17,6%, nos anos 80, enquanto os dez mais ricos subiram de 36% para 47%.

Destaca o aspecto da concentração de renda no País e entende impossível falar-se em democracia, em preservação ambiental e em participação da sociedade civil sem uma profunda reforma agrária e sem respeito aos direitos humanos.

Refere-se a estudos da CPT sobre o trabalho escravo no Brasil, envolvendo mais de seis mil pessoas na área rural, incluindo mulheres e crianças, e sobre o assassinato de lavradores e líderes sindicais, o que demonstra que continua a deterioração das relações no campo brasileiro.

Menciona, igualmente, dados obtidos pela CPI da Violência, instaurada pelo Congresso Nacional em 1992, a qual concluiu

pela existência de cinco grandes causas para a violência no campo: estrutura fundiária; poder político dos grandes proprietários de terra; omissão do Ministério Público; ineficácia do Poder Judiciário e, finalmente, omissão do Congresso Nacional.

Assinala a regulamentação, em 1992, da Lei Agrária, que resultou em fracasso e frustração para os trabalhadores, eis que, embora a maioria dos vetos do Presidente Itamar Franco tenha amenizado um pouco essa frustração, foi vetado também o único artigo em que a lei era explícita nos casos de confisco de terra e que abria uma porta para a solução do trabalho escravo no campo.

Refere também o fato de grande parte do Orçamento Federal estar comprometida com empreiteiras para obras de reassentamento.

Com relação à política agrícola, informa que o último pacote baixado pelo Governo Collor só continha dois pontos fundamentais, competitividade internacional e modernização tecnológica, ou seja, produção de monocultura para exportação, com opção pela soja, que resultou na redução, em termos reais, de todos os preços mínimos dos produtos da cesta básica, com a consequente redução da safra agrícola e importação de alimentos pelo País.

Manifesta preocupação pelo fato de esses problemas da terra não terem ainda sido equacionados no País e estranha que os bancos multilaterais tenham influência nessas políticas brasileiras.

Refere-se, ainda, aos graves problemas gerados, na área rural, pelos grandes projetos de irrigação, especialmente no Vale do São Francisco, com o desalojamento das respectivas populações rurais, os quais contaram com a participação de várias empresas multinacionais.

Assinala a importância, na questão fundiária, da política governamental de subsídios, inclusive para a ocupação da Amazônia, tornando necessário para o Governo o dinheiro dos bancos.

Destaca também a questão dos agrotóxicos, produzidos por empresas multinacionais, bem como o elevado índice de óbitos e acidentes no campo, decorrentes de sua má utilização.

Refere-se à questão do zoneamento previsto em projetos como o Prodeagro, o Prodecer e outros, que, com grandes investimentos de capital japonês, visam basicamente à produção de grãos, em médias propriedades, em particular de soja, para exportação para o Japão. Destaca, no caso, a grande importância do cerrado brasileiro, por sua localização geográfica (Planalto brasileiro), eis que nele

se origina a grande maioria dos rios brasileiros, e o fato de nele se concentrar a maior parte dos investimentos agrícolas para produção de monocultura com finalidade de exportação, através do uso intensivo de agrotóxicos.

Conclui afirmando que os interesses dos bancos internacionais não visam beneficiar o Terceiro Mundo, mas, sim, seus investidores, localizados no Primeiro Mundo.

* *

(MESA 12)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR CARLOS ALBERTO RICARDO (CEDI)

Numa análise crítica da atuação das organizações não governamentais e demais entidades da sociedade civil organizada, assinala que, da leitura das atas deste Seminário, pode-se observar que, nas questões nele discutidas, o chamado plano nacional tem, para os expositores, uma conotação, em geral, bastante negativa, já que o "nacional" aparece sempre como um empecilho, algo que não funciona, um "buraco negro", raras vezes mencionado como possuindo um valor estratégico na relação entre o local e o internacional.

Sugere uma reflexão no sentido de que este encontro poderia resumir-se a um conjunto de recomendações a serem aproveitadas não se sabe como, ou um conjunto de solicitações de informações do plano local para o plano internacional e recomendações genéricas que seriam aproveitadas segundo formas e arranjos de organização a serem discutidas no âmbito desta reunião.

Assinala o fato de que a campanha dos bancos multilaterais é articulada, historicamente, por grandes organizações ambientalistas norte-americanas, com conexões abaixo do Equador, as quais, de modo geral, resultaram em coletivos de enfrentamento dos efeitos de políticas não discutidas previamente e que em alguns casos deram certo e em outros, não.

Constata a existência, neste Seminário, de um certo patamar comum de insatisfação e sugere, a propósito, uma discussão sobre os caminhos para superar as várias limitações.

Acredita que, nesse contexto, o plano nacional fica bastante prejudicado, pois o "mundinho" das ONGs brasileiras, uma fração pequena da sociedade civil brasileira, diante das chamadas "King ONGs", encontra-se preso entre o mar da economia informal, o mar de políticas públicas privatizadas por interesses de fora do Estado, o mar do sistema produtivo transnacionalizado e o mar da sociedade civil com viés claramente conservador e autoritário. Ressalta que, por

consequente, o panorama nacional, como instância de planejamento e de reflexão, não se mostra muito propício, neste momento em que se realiza este Seminário para discussão de questões tão importantes como a relação com os bancos multilaterais.

Assinala que os vários pontos levantados nas reuniões deste Seminário demonstram que as estratégias de enfrentamento em curso não são suficientes. No caso da Amazônia, por exemplo, a região é a tal ponto desconhecida e desconectada que a voz de sua diversidade é quase imperceptível, diferentemente do que ocorre com o Nordeste e com o Sul. Daí, a seu ver, as diferenças substantivas, em termos de condições de enfrentamento, entre os vários contextos regionais. Sugere sejam trabalhadas estas diferenças, no que se refere às estratégias a serem utilizadas.

À vista dos impasses apontados no Seminário, sugere também uma reflexão sobre como poderiam ser eles superados de um modo quase ideal, articulando novas formas de enfrentamento dos bancos multilaterais, no plano local e internacional, com condições se não equipotentes, pelo menos equivalentes.

Oferece, em conclusão, várias propostas de novos modelos de atuação das várias entidades, nos planos nacional e internacional, para saírem da minoridade política em que o País se encontra e superarem uma estrutura e um formato institucional ultrapassados.

Considera bastante produtivo este Seminário, por haver demonstrado que, mesmo onde a luta mais avançou e conseguiu alguns resultados, os próprios representantes dessa luta acusam a existência de impasses, que prejudicam qualquer tentativa de influência, de correção de rumos, de propostas etc.. Isto para que as entidades deixem a lógica da resistência e entrem na lógica propositiva com chances de enfrentamento.

Propõe, finalmente, seja formado um grupo de trabalho, no âmbito das ONGs, para proceder a uma exegese das atas deste Seminário e, da mesma forma, seja marcado um seminário para análise do Orçamento da União.

* *

(MESA 12)

RESUMO DA EXPOSIÇÃO DO SR RUBENS BORN

Solidarizando-se com os conceitos há pouco expostos pelo expositor que o antecedeu, destaca a necessidade de uma reflexão para que se possa entender o contexto internacional

e o contexto nacional e tentar compreender as políticas nacionais.

Critica o que, em sua opinião, tem sido a atuação um pouco primária das ONGs neste Seminário, por se preocuparem basicamente com empreendimentos e não com o aspecto global das políticas, já que é difícil afirmar se em alguns setores da vida pública brasileira há políticas explicitamente formadas e formalizadas.

Assinala que os empreendimentos dependem da hegemonia e da correlação das forças políticas e econômicas envolvidas e que a característica do mundo contemporâneo é a cooperação, palavra que, na verdade, significa dependência e complementariedade. Destaca que, no entanto, essa dependência e essa complementariedade ocorrem assimetricamente em relação ao poder que cada país detém, sendo quatro, portanto, as principais características do mundo das ONGs: dependência, complementariedade, assimetria de poder e interesses contraditórios.

Quanto à questão das negociações multilaterais e ao problema do meio ambiente e desenvolvimento, concorda com o que foi levantado por outros expositores, no sentido de que é preciso definir o problema que se deseja resolver, a partir de alguns conceitos.

Como provocação para reflexão, sugere sejam debatidas outras questões e não apenas as relacionadas com o meio ambiente, os índios, as florestas etc. A seu ver, seria importante, por exemplo, pensar na questão ambiental urbana, das grandes cidades, e não apenas sobre o que acontece na Amazônia, por ser insustentável o padrão de cidade atualmente existente, com todos os conflitos dele decorrentes.

Concorda igualmente com o expositor anterior, no que diz respeito à necessidade de começar a fazer com que os parceiros internacionais se voltem para a problemática urbana, levando em conta o público alvo. Enfatiza a importância de alianças das ONGs com tais parceiros.

Para concluir, refere o fato de algumas políticas nacionais não se mostrarem claras, definidas. Enfatiza, a propósito, a necessidade de se pensar exatamente nesse cenário internacional de negociações multilaterais e tentar saber qual o papel das ONGs e quais instrumentos seriam eficazes nesse contexto, ou seja, como dar visibilidade a outras ONGs brasileiras que nem pelos aqui presentes têm sido consideradas.

FASE DE INTERPELAÇÕES

JOÃO DAL POZ - Considera pertinente a provocação lançada pelo expositor Carlos Alberto Ricardo, relativamente à formação de um grupo de trabalho para análise do Orçamento da União. Sugere que o expositor ofereça maiores detalhes sobre o assunto.

ANALZITA MILLER - Sugere maior reflexão dos participantes do Seminário a respeito do "esverdeamento" dos projetos financiados pelos bancos multilaterais, com vistas a uma preocupação maior com a qualidade de vida das áreas envolvidas (exemplifica com o projeto de desassoreamento do rio Cuiabá, Mato Grosso), e sobre as formas de condução do processo no Brasil.

LUIZ DALLA COSTA - Solicita esclarecimentos sobre a questão do financiamento para as ONGs, referida pela representante da OXFAM.

Quanto à importância da pressão sobre os países europeus que detêm poder junto ao Banco Mundial, assinala que desconhece grupos, na Europa, afora a OXFAM, que tenham conseguido exercer esse tipo de pressão sobre os respectivos governos. Indaga, pois, quais seriam esses outros grupos e qual a possibilidade de intercâmbio neste sentido.

Sugere ampliar a discussão sobre a aplicação dos financiamentos e a questão da democratização da informação.

THOMAS - Aduz comentários sobre os programas de estabilização e reajustes estruturais dos bancos multilaterais, bem como sobre a divisão de trabalho estabelecida entre o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional no que tange à prioridade das chamadas políticas compensatórias, tanto no nível do combate à pobreza quanto no de proteção ao meio ambiente.

Chama a atenção para o risco de as entidades brasileiras só se preocuparem com tais políticas e menosprezarem outros aspectos igualmente importantes.

Refere-se ao que considera inadequação dos vários projetos internacionais de financiamento, em face dos diversos problemas econômicos regionais de caráter específico, e à importância de uma mudança de postura por parte dos bancos multilaterais.

MICHAEL BAILEY - Destaca a necessidade de uma efetiva pressão sobre as autoridades brasileiras e de mudança no comportamento das entidades nacionais. Esclarece que os grandes projetos aqui referidos hoje não são do Governo brasileiro, mas financiados pelos bancos multilaterais.

Ressalta também a importância de ser feito um trabalho de **lobby**, na área internacional, pelas entidades brasileiras. Informa sobre a intenção de seu grupo de publicar um guia a respeito do assunto, bem como sobre as várias fontes de financiamento (CEE, BID, Clube etc.), destacando os riscos e as oportunidades por elas oferecidas.

Transmite a intenção de sua entidade de prosseguir em seu trabalho de **lobby** a favor dos grandes projetos do Brasil e de colaboração com o esforço das organizações brasileiras. Sugere a realização de **workshops** a respeito do assunto, em continuação a este Seminário, também para discussão de formas de obtenção de fundos das organizações multilaterais.

Assinala a intenção do Banco Mundial em utilizar as ONGs como executors de programas sociais, bem como no desenvolvimento de projetos econômicos, de ajuda a microempresas etc. Exemplifica com o caso do projeto de compensação da Bolívia, em que boa parte dos recursos foi canalizada através de ONGs. Esclarece, ainda, que há um debate político sobre se isto é ou não conveniente, havendo, no momento, uma avaliação dessa experiência.

* *

DEBATES FINAIS

MODERADOR (Tony Gross) - Resume os principais pontos levantados ao longo do Seminário e que servirão de tema para a fase de debates finais:

- Necessidade de informação básica a respeito dos projetos e etapas de financiamento: como detectar a formulação de projetos, como acompanhar o equilíbrio de forças, como detectar mudanças de prioridades etc.
- Natureza dos bancos multilaterais, sua influência sobre os governos e em que medida esta se reflete no trabalho de acompanhamento por parte das ONGs; papel e atuação das autoridades da área econômica dos países tomadores de empréstimo.
- Identificação dos projetos (como ocorre sua implementação na ausência de um grande projeto nacional); atuação das ONGs em nível internacional.
- Atuação das ONGs em nível nacional (preocupação com o fato de os bancos multilaterais não serem os únicos atores); ampliação do leque de monitoramento de instâncias.

YARA PIETRICOWSKY DE OLIVEIRA - Sugere sejam apontados alguns caminhos sobre o tipo de ação a ser adotado daqui para a frente, tendo em vista a detonação do processo pelo

Seminário e a partir da consciência de que as entidades brasileiras têm enorme carência de percepção do que realmente desejam.

Informa estar sendo registrada a ata deste encontro, a qual será encaminhada a todos os participantes e servirá de subsídio para futuras ações.

SÉRGIO GUIMARÃES - Assinala terem sido apontados neste Seminário vários indicativos da necessidade de uma reflexão sobre o interrelacionamento das ONGs, movimentos populares e área internacional. Sugere uma discussão mais clara sobre o tipo de relação desejado em termos de cooperação na questão dos bancos multilaterais, dos projetos e das lutas específicas que se tenta desenvolver nas várias regiões.

Enfatiza a necessidade de uma definição sobre os passos a serem seguidos, para evitar dispersão após este encontro.

CARLOS ALBERTO RICARDO - Discorda do ponto de vista expandido pelo debatedor anterior, eis que, em sua opinião, o momento não é oportuno para esse tipo de discussão. Reafirma a importância da elaboração de propostas alternativas e formas de ação paralelas.

Sugere uma reflexão sobre a eficácia das entidades de representação (ONGs, movimentos populares etc.) no relacionamento com o mundo dos organismos internacionais de financiamento. Reafirma a necessidade de uma preocupação com o patamar das várias instâncias e dos vários desafios a serem por elas enfrentados.

Reafirma sua opinião quanto à fragilidade do modelo institucional brasileiro e do modelo de enfrentamento das entidades brasileiras para fazer face a todo o contexto internacional. Destaca, mais uma vez, a relevância desta questão e de uma discussão sobre o tema a partir de grupos específicos.

Quanto à questão do Orçamento da União, insiste na formação de um grupo de trabalho para sua análise.

YARA PIETRICOWSKY DE OLIVEIRA - Informa que, com relação ao Orçamento, já existe um grupo de trabalho do IBASE, no INESC, que se prepara exatamente para traduzi-lo e verificar como se dá a alocação dos vários recursos do Governo Federal. Esclarece que este trabalho terá início ainda no corrente ano e se insere no âmbito de um projeto mais amplo.

STEPHAN SCHWARTZMAN - Refere-se à fragmentação das questões levantadas pelo Seminário sobre os bancos. Manifesta dúvidas sobre até que ponto haveria suficiente massa crítica para tratar-se da problemática referente às políticas nacionais.

OLÍMPIO BARBANTE (Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados) - Considera importante uma aproximação do conjunto das organizações não governamentais que atuam no Parlamento, onde também interagem os Bancos e os Governos na formulação das políticas públicas, considerando-se também o fato de os Bancos estarem cada vez mais contactando o Congresso Nacional. Informa que este trabalho já vem sendo feito pelo INESC, mas, dado o volume e a diversidade de assuntos, esta entidade encontra dificuldades para levar a cabo sua tarefa.

Informa sobre a atuação da Comissão que representa junto às ONGs e a distribuição de um boletim informativo mensal de suas atividades. Assinala que solicitação feita pela Comissão às ONGs, sobre contribuições e estudos críticos a respeito de projetos de lei que tramitam naquele órgão técnico da Câmara dos Deputados, até agora não foi respondida, o que, a seu ver, demonstra, até certo ponto, a incapacidade institucional das organizações não governamentais.

Informa que, no que diz respeito à próxima revisão constitucional, a Confederação Nacional das Indústrias e a Confederação Nacional da Agricultura já têm pronta sua estratégia de **lobby**, nos quais, logicamente já está embutido o **lobby** dos bancos.

YARA PIETRICOWSKY DE OLIVEIRA - Esclarece que o INESC tem estado sempre presente no Congresso Nacional, especialmente junto à Comissão integrada pelo debatedor.

JOÃO PAULO CAPOBIANCO - Comenta a atuação das ONGs brasileiras e enfatiza a necessidade de estas criarem um espaço de articulação, inclusive para fins de circulação da informação.

Propõe a criação de dois grupos de trabalho: um, para avançar a discussão feita ao longo deste Seminário e fixar um programa e, outro, para análise do Orçamento.

Assinala que qualquer interferência só se dará através de um trabalho permanente das entidades, de acompanhamento dos vários programas.

GUSTAVO LUIS RIBEIRO - Comenta sobre a ação dos organismos multilaterais, a complexidade e heterogeneidade dos projetos com que lidam e o campo de mecanismos e alianças neles envolvidos, com a consorciação de grande número de elites. Neste sentido, é de opinião de que a atuação das ONGs para se contraporem a este quadro, depende da eficácia com que elas operam, embora no caso se trate de enfrentar as maiores corporações transnacionais.

Refere-se ao quadro de perplexidade em que se insere a atuação do Banco Mundial e sugere a criação de uma instância diferente, de uma nova comunidade de comunicação, para atuar internamente no Banco Mundial, com real poder de intervenção no sistema político de encaminhamento das decisões dentro do Banco.

Concorda com o ponto de vista exposto pelo Moderador, quanto à necessidade de se reverter o fluxo de informação e de poder político. Propõe, neste sentido, a criação de uma espécie de federação de ONGs brasileiras em Washington para monitorar essas grandes agências internacionais.

JÚLIO BARBOSA - Comenta sobre o alto grau de desinformação verificado entre as diversas ONGs, questão que mais se evidenciou ao longo das discussões do Seminário. Manifesta concordância com o ponto de vista exposto pelo representante da Câmara dos Deputados, no sentido de uma presença mais efetiva das entidades no Congresso Nacional e de sua maior articulação.

RENATO ATHIAS - Refere-se ao problema da informação e considera fundamental criar-se um sistema para socializar a informação no âmbito das ONGs.

Enfatiza a necessidade de uma discussão sobre como promover ações concretas, por parte das organizações não governamentais, nos níveis nacional e internacional.

Da mesma forma, considera importante a questão da fiscalização dos recursos aplicados nos vários projetos.

RICARDO ARNT - Faz uma análise crítica da atuação das OGNs brasileiras na área internacional.

Em relação à maciça atuação dos bancos multilaterais, considera importante que as ONGs não negligenciem nesta área e participem, juntamente com os parceiros no exterior, especialmente a comunidade ambientalista, dessa campanha dos bancos, sugerindo a esses parceiros, inclusive, a criação, nos países tomadores de empréstimos, de grupos específicos não apenas para monitoramento dos projetos dos bancos multilaterais, como também das atividades dos bancos nacionais de desenvolvimento, da questão dos subsídios, enfim, dos orçamentos internos e outras.

Considera extremamente importante que as ONGs mudem sua postura e se voltem para a ação dos organismos nacionais, deixando de depender exclusivamente das iniciativas do Banco Mundial. Sugere que, por exemplo, haja um contacto mais estreito com os Parlamentares federais, com vistas às elaboração de projetos de lei que permitissem acesso a

informações do setor público referentes a projetos privados financiados por agências estatais.

JEAN-PIERRE - Apela no sentido de que as entidades do exterior se articulem melhor para exercerem pressões mais fortes, mais unitárias sobre os organismos multilaterais, para evitar perda de tempo por parte das entidades nacionais.

Sugere a criação de grupos de trabalho comum, para fortalecimento das atividades das ONGs.

Assinala a necessidade de se pensar sobre a existência, importante, de um espaço regional, situado entre o local e o internacional, o qual é preciso construir, articulando tais dimensões.

Quanto ao trabalho de **lobby**, concorda com a realização de **workshops**, mas entende que tais oficinas serão mais eficazes se já se fizer o **lobby**. Exemplifica com o conjunto dos problemas urbanos, que já poderiam servir para essa atividade.

Quanto à rede de ONGs, afirma já existir atualmente e acredita ser preciso apenas dar um pouco mais de consequência e consistência a suas atividades.

Sugere, finalmente, a criação, no exterior, de um escritório de representação, com um pequeno grupo de pessoas.

HENRI ACSELRADE - Entende falsa a questão Orçamento/bancos multilaterais, pelo fato de os dois temas não serem excludentes, e que um não deve ser considerado mais importante que o outro. Ressalta a importância da lógica global que conforma as partes envolvidas e que leva ao fortalecimento de certos atores nessa correlação mundial de forças e ao enfraquecimento de outros.

Discorda do ponto de vista expandido pelo expositor Carlos Alberto Ricardo, no que diz respeito a um novo modelo de estratégia de enfrentamento, e concorda com o companheiro Rubens Born, no sentido de uma mudança de foco das políticas, desconsiderando o tempo como fator decisivo, em favor de procurar-se o ponto sensível da questão, que permita mudar exatamente a correlação de forças, ou seja, a relação entre ONGs, bancos e governos.

Assinala que o que caracteriza esta relação é justamente o fato de que onde o Banco entra ele fragmenta a sociedade - portanto, o sujeito político - criando um conjunto de atingidos (ribeirinhos, afetados por barragens, populações deslocadas, índios etc.) e que têm que se reconstituir como sujeito político através de um processo bastante complexo. Esclarece que a estratégia do Banco é justamente esfacelar

essas comunidades que constituem o sujeito político, o que é ajudado pela diferenciação de condições objetivas de enfrentamento por parte das ONGs.

Considera necessário que as ONGs iniciem um trabalho no sentido de se constituírem em ator político, tendo em vista esse fato global, e, por outro lado, entender também a política dos bancos em relação às ONGs, dada a importância destas para aqueles organismos internacionais de financiamento.

RAIMUNDO - Procede à leitura de manifestação da CUT sobre nota publicada em boletim do SINDISEP, com ataques ao Serviço Público.

Quanto ao Seminário, expressa a opinião de que é necessário promover o fortalecimento das ações regionais, para que possam trazer ressonância às políticas públicas, no nível nacional e no nível internacional. Refere-se, ainda, à questão da circulação da informação, que considera importante.

Solicita o apoio do Seminário a duas iniciativas da CUT: Grito dos Povos da Amazônia por Cidadania e Desenvolvimento, a realizar-se no próximo mês de maio, e a I Conferência da Amazônia Oriental, em junho, em Belém do Pará.

NILO (Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT) - Faz comentários sobre a questão da eficácia, levantada por outros debatedores, e assinala que aí entram variáveis muito complicadas que precisam ser levadas em conta e que tornam, portanto, bastante complexa sua discussão.

Considera importante a idéia da criação de uma rede para fortalecimento da atuação das ONGs, mas manifesta preocupação com o fato de já existirem redes no País e que não têm demonstrado certa capacidade de funcionar, em termos não só de distribuição de informações, mas como formuladores de propostas, de políticas e de ações.

Oferece a colaboração de sua entidade ao trabalho das ONGs e sugere a formação de parcerias para a realização de um seminário para discussão das políticas financeiras.

Propõe, ainda, que a ata do presente Seminário seja igualmente enviada aos poderes públicos e às organizações que dele não puderam participar, bem como a criação, pelo Alternex, de uma conferência nacional para circulação de informações, a fim de evitar a dependência de redes internacionais.

Sugere, para finalizar, uma atividade de triangulação com os demais países atingidos por grandes projetos financiados pelas agências multilaterais.

STEPHAN SCHWARTZMAN - Informa sobre a existência de quatro documentos de interesse da maioria das ONGs: o primeiro é um resumo das conclusões do primeiro seminário realizado na Câmara dos Deputados, no ano passado, e os outros são agendas internacionais, que se encontram disponíveis para os interessados na sede do INESC.

Resume as principais propostas apresentadas na fase de debates: criação de um grupo para análise do Orçamento, formação de um grupo para a exegese da ata desta reunião e criação de uma comissão de países atingidos por projetos do Banco Mundial.

TONY GROSS - Assinala apresentação de proposta no sentido de que os representantes brasileiros que eventualmente estejam em Washington por ocasião da próxima reunião do Banco Mundial levem esta proposta (?) para a reunião paralela.

YARA PIETRICOWSKY DE OLIVEIRA - Sugere que os que se interessarem em agregar-se aos diversos grupos, entrem em contacto com o INESC.

(Debates paralelos, fora do microfone, a respeito da formação e dos tipos de atuação dos vários grupos propostos e cuja criação foi aprovada por consenso).

MODERADOR (Tony Gross) - A Mesa agradece aos organizadores, INESC, EDF e OXFAM, a realização deste Seminário, bem como a participação de todos os presentes, e dá por encerrado o encontro.

(ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO)